



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FABIO BATISTA

SOBRE PODER E CORPO EM FOUCAULT

Londrina
2015

FABIO BATISTA

SOBRE PODER E CORPO EM FOUCAULT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcos A. G. Nalli.

Londrina
2015

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Bibliotecária Responsável: Marlova Santurio David – CRB 9/1107

B333s	Batista, Fabio. Sobre poder e corpo em Foucault / Fabio Batista. – Londrina, 2015. 97 f. Orientador: Marcos A. G. Nalli. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Filosofia, 2015. Inclui bibliografia. 1. Foucault, Michel, 1926-1984 – Teses. 2. Poder (Filosofia) – Teses. 3. Corpo humano (Filosofia) – Teses. 4. Filosofia francesa – Teses. I. Nalli, Marcos A. G. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título. CDU 1(44)
-------	--

FABIO BATISTA

SOBRE PODER E CORPO EM FOUCAULT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do grau de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre
Gomes Nalli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Américo Grisotto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Castor Mari Martin Bartolomé Ruiz
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Londrina, 23 de abril de 2015.

Aos meus pais, Gregório Batista e Aparecida de Fátima Ribeiro Batista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, professor Marcos Nalli, que desde a primeira conversa se mostrou acolhedor. Valeu pela atenção e tempo dedicados à minha pesquisa, valeu pelas palavras de apoio. Valeu por tudo.

Agradeço ao professor Eder, que sempre foi muito atencioso.

Aos professores das disciplinas optativas: Maria Cristina Müller, Elve e Weber.

Aos professores que participaram da banca de qualificação: Sônia e Américo, muito obrigado pelas ricas sugestões.

Ao professor Castor M. M. Bartolomé Ruiz, que prontamente aceitou participar da banca de defesa.

Ao pessoal das bibliotecas Central e Setorial de Ciências Humanas.

Ao pessoal da secretaria de Pós CLCH.

Aos amigos de turma: Marcelo, Pablo, Caio, Sérgio e Lorena. Ao André em especial, pela hospedagem em seu apartamento.

Aos meus amigos Rogers, Érica e Richard que também me receberam em suas casas.

Agradeço à Prefeitura de Ribeirão do Pinhal pelas caronas semanais.

Por fim, agradeço à Fundação Araucária e CAPES pela bolsa.

<http://www.uel.br/cch/filosofia/pages/paginas-dos-docentes/jose-fernandes-weber.php>

Desde seus primeiros escritos, a grande pergunta que domina todo o pensamento foucaultiano é, em definitivo, a seguinte: como foi possível o que é? Essa possibilidade é sempre histórica, não é a expressão de nenhuma necessidade; as coisas poderiam ter sido de outro modo e também podem ser de outro modo.

Edgardo Castro

Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há 'algo inteiramente diferente': não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.

Foucault

BATISTA, Fabio. **Sobre poder e corpo em Foucault**. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2015.

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada tem como tema poder e corpo na filosofia de Foucault. Na qual partiu-se de tal problema: por que tal tema, a partir do estudo das disciplinas, passou a ocupar um papel de destaque no início de 1970? E tendo um lugar de importância na década de 1970, entre os objetos e problemas investigados por Foucault, que tratamento recebeu, como foi pensado? Nossa hipótese era de que temas tais como instituições, internamento, terapêutica asilar, hospital e medicina indicavam uma atenção de Foucault, já na década de 1960, ao tema do poder. Já o corpo, por sua vez, apareceu atrelado aos estudos do olhar médico, e do corpo utópico. Tudo isso apontava que havia em Foucault, antes da década de 1970, um estudo sobre o poder e o corpo. E ao fim, firmou-se: sim, entre uma década e outra encontram-se pontos de contato, temáticas que se tocam: do internamento, e do hospital à disciplina; do corpo doente, e do corpo utópico ao corpo dócil e útil.

Palavras-chave: Foucault. Poder. Corpo.

BATISTA, Fabio. **About power and body over Foucault.** 2015. 97 f. Dissertation (Master of Philosophy) – Londrina, State University of Londrina – 2015.

ABSTRACT

The research bears the subject power and body on Foucault's philosophy. The kick up point was the following issue: why does such issue, beginning from the studies of discipline, got an outstanding role in early 1970? And thus having an outstanding spot in the 70s, between the objects and issues investigated by Foucault, what treatment did it receive? How was it thought over? Our hypothesis was that issues such as institutions, admission to the hospitals, resting home therapeutics, hospital and medicine indicated Foucault's attention towards power in the 60s. As far as body is concerned it has been connected to the studies of medical view as well as the utopian body. All of it pointed that there was in Foucault, before the 70s, a study on power and body. Eventually, it turned out a positive outcome: between a decade and another there are contact points and interrelated subjects: from hospital admission, from hospital to discipline; from teachers, and from utopian body to docile and serviceable body.

Keywords: Foucault. Power. Body.

LISTA DE ABREVIATURAS

HL	História da loucura na idade clássica.
NC	O nascimento da clínica.
CU	O corpo utópico.
OD	A ordem do discurso
NGH	Nietzsche, a genealogia e a história.
SP	A sociedade punitiva.
VFJ	A verdade e as formas jurídicas.
VP	Vigiar e punir: o nascimento da prisão.
PP	O poder psiquiátrico.
AN	Os anormais.
DE	Ditos e escritos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - UMA ABORDAGEM ACERCA DO PODER E DO CORPO NAS OBRAS DA DÉCADA DE 1960	14
1.1 O INTERNAMENTO: SEU CARÁTER ASSISTENCIAL, ECONÔMICO, MORAL E REPRESSIVO: HOSPITAL GERAL, WORKHOUSES E ZUCHTHAUS	14
1.2 O ASILO: INTERNAR COM LIBERDADE E CURAR	22
1.3 MEDICINA E CORPO	29
1.3.1 Medicina Clássica, Doença e Corpo.....	29
1.3.2 Hospital, Médicos e Vigilância	31
1.3.3 Medicina Anátomo-Clínica, Doença e Corpo.....	34
1.4 UMA CONFERÊNCIA DE 1966 - “O CORPO UTÓPICO”	38
CAPÍTULO II - DISCIPLINA E CORPO	45
2.1 DOIS MODELOS DE EXERCÍCIO DO PODER: EXCLUSÃO DO LEPROSO E INCLUSÃO DO PESTÍFERO	45
2.2 GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE AS PRISÕES E O TEMA DO PODER.....	49
2.3 O PANOPTISMO	53
2.4 DISCIPLINA.....	66
2.4.1 Disciplina: como forma interna de controle da produção dos discursos.....	66
2.4.2 Disciplina, como conjunto de técnicas e procedimentos para o exercício do poder: uma tecnologia política do corpo	67
2.4.3 Uma breve história da disciplina: das comunidades religiosas aos operários	69
2.4.4 Vigiar, normalizar, examinar	73
2.4.5 Jeremy Bentham e o <i>Panopticon</i>	77
2.5 CORPO: DOS SUPLÍCIOS AO ADESTRAMENTO DISCIPLINAR	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
Um corpo indócil e inútil	90
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

O que se apresenta doravante, nesta dissertação, é um estudo acerca do tema poder e corpo em Foucault. Vejamos, portanto, o itinerário de tal estudo: o que ele procura mostrar e como mostra.

No âmbito das investigações foucaultianas é comum se demarcar três períodos, como afirmou Muchail (2004, p. 9-20) em “A trajetória de Michel Foucault”. Nota-se um primeiro período na década de 1960, o qual denominou-se arqueologia, marcado, sobretudo, pelas pesquisas que visavam analisar discursos e práticas acerca da loucura; discursos e práticas sobre a medicina; e as condições de possibilidade de nascimento das ciências humanas. Já a partir dos anos de 1970, período compreendido como genealógico, tem-se um acentuado enfoque sobre os poderes, o corpo e a sexualidade. E, por fim, na década de 1980, Foucault ocupou-se, em especial, com questões de caráter ético ou com a constituição do sujeito ético, ao direcionar suas pesquisas às fontes da Antiguidade. Contudo, é certo que não há entre eles limites intransponíveis, já que, de certa forma, muitos temas e problemas estiveram presentes nos três períodos da obra de Foucault. Por exemplo, o tema poder e corpo, foi explorado várias vezes e por diferentes modos, seja nos anos de 1960 ou nos anos de 1970.

Inicialmente, importam-nos os textos do primeiro período e, posteriormente, no segundo capítulo, os do período genealógico, para, então, compreendermos: por que o tema de poder e corpo passou a ocupar um papel de destaque no início de 1970? E tendo um lugar de importância na década de 1970, entre os objetos e problemas investigados por Foucault, que tratamento recebeu e como foi pensado?

Assim, reportamo-nos à arqueologia, num movimento que vai da HL¹ até VP². Partiu-se da hipótese de que temas tais como instituições, internamento, e terapêutica asilar indicavam uma atenção de Foucault, já na década de 1960, ao tema do poder, e o hospital em conexão com a sociedade, e em conexão com a medicina, também indicava o mesmo. Já o corpo, por sua vez, foi inicialmente estudado por Foucault a partir da perspectiva médica, e o corpo junto à utopia. Tudo isso apontava que havia em Foucault, antes da genealogia, um estudo do poder e do

¹ História da loucura na idade clássica.

² Vigiar e punir.

corpo e, portanto, aquilo que se encontrava na década de 1970, tinha um ponto de partida, ainda que muito tímido, já na arqueologia. Ponto de partida: com isso não afirmamos que o pensamento de Foucault seja linear, mas que temas e problemas foram retomados sobre outra perspectiva. Que entre a arqueologia e a genealogia encontram-se pontos de contato, temáticas que se tocam. Do internamento, e do hospital à disciplina; do corpo doente, e do corpo utópico ao corpo dócil e útil.

De acordo com Deleuze (1992, p. 130), “antes Foucault tinha analisado sobretudo formas, agora ele passa às relações de força subjacentes às formas. Salta para dentro do informe, de um elemento que ele mesmo chama de ‘microfísico’”. Junto com Deleuze, afirmamos, portanto, que na arqueologia, no que se refere ao nosso tema e problema, Foucault pensou as formas: as instituições, os corpos já dados. Na genealogia passou a estudar as relações de força, as relações de poder, as relações que constituem os corpos e os tipos de poder-saber.

*

É certo que um número considerável de textos – comentários, apropriações e usos - foram produzidos sobre o tema poder e corpo após a publicação de VP em 1975. Foucault, a partir daí, introduziu um problema sobre um tipo específico de exercício do poder: a(s) disciplina(s) ou poder disciplinar, o qual se exercia sobre o corpo com o fim de adestrá-lo, torná-lo útil na mesma proporção que dócil, e vice-versa. Havia nesse problema uma articulação entre poder e corpo, pois de forma sucinta poder disciplinar são: técnicas de poder que se exercem sobre o corpo. Nós procuramos não somente reconstruir este problema e teses acerca do poder-corpo em Foucault, como se fizéssemos um texto meramente informativo. Procuramos problematizar esse binômio e ver por quais caminhos, por quais pesquisas e sob quais condições Foucault o pensou, em suma: procuramos estabelecer uma perspectiva sobre tal problema. Para tanto nos reportamos aos textos da arqueologia e buscamos identificar seu estatuto, sua abordagem, antes de sua aparição como problema central na genealogia.

Desta forma, foi possível encontrar, já na arqueologia, o estudo sobre poder e corpo. Não da mesma forma que foi tratado posteriormente, contudo podemos vê-lo a partir daí. Na arqueologia, e é isto que se encontra em nosso primeiro capítulo, Foucault explorou o tema do poder via o problema do internamento geral dos desrazoados e internamento específico dos loucos (Hospital Geral para os primeiros e asilo para os últimos), em ambos os casos o exercício do

poder foi atrelado à noção de repressão. Há também, no que se refere ao poder o uso das noções de vigilância, olhar e rede quando ele estudou o estatuto do saber médico em sua articulação com o hospital. O corpo, por sua vez, foi tematizado no âmbito de suas pesquisas sobre a medicina e a doença: o corpo empecilho ao saber médico; e o corpo doente, e o corpo cadáver que serviram de auxílio a este saber. E, também, o corpo como matriz das utopias, a primeira das utopias. Esta é a trajetória de nosso primeiro capítulo, a partir da qual pode-se concluir: poder e corpo desde o início foram investigados por Foucault, mas não formavam uma unidade, ambos não se articulavam, foram abordados separadamente. Não se articulavam, e também foram pensados enquanto formas. De um lado: instituições de internamento e hospitais, que cumpriam funções de trancar, fazer parar a circulação, evitar o contágio de doenças. Pois, Foucault não pensava durante as pesquisas arqueológicas em técnicas de poder, o poder era de tipo compacto: parar, reprimir, excluir. E ainda que em NC³ ele tenha usado as noções de rede, olhar, vigilância elas não tinham as mesmas funções e significados que obtiveram no âmbito da genealogia, foram usadas na década de 1960 de forma muito elementar. De outro: o corpo enquanto um tema que se articulava com o estudo da medicina, ou um tema explorado junto ao de utopia, sem ser pensado como constituído e adestrado por tipos de poder-saber.

Já com nosso segundo capítulo abordamos os textos da década de 1970, da chamada genealogia, neles encontramos a articulação entre ambos, em que poder e corpo formam uma unidade de problema. Para tanto, a própria concepção de poder é revista por Foucault: não mais um poder que proíbe, exclui, mas um poder que encerra uma positividade na medida em que produz, fabrica. É na relação, é no exercício do poder sobre o corpo que se fabrica a individualidade, que se normaliza o indivíduo, torna-o apto, treina-o para tal ou tal atividade, criam-se hábitos. Produz-se o soldado, o aluno, o operário. É uma tecnologia de poder positiva, pois se não reprime, não exclui, procura, pelo contrário, sempre fixar e incluir: fixa-se o aluno a um sistema de transmissão de saber; fixa-se o operário a um aparelho de produção: em suma, fabrica-se um indivíduo sujeitado. E como tal produz também saber. Pois, o poder disciplinar produz registros, arquivos com dados e estatísticas sobre os indivíduos, toma-os como casos que podem e devem ser

³ O nascimento da clínica.

examinados. Temos aí a(s) disciplina(s).

Esses dois capítulos nos mostram o nascimento, o deslocamento e a reformulação de tal problema em Foucault, assim não mais o vemos como um problema próprio à década de 1970, mas como um questão que sofreu transformações no decorrer das pesquisas foucaultianas. Saímos do eixo interpretativo que demarca o problema poder-corpo como aquilo que advém da genealogia, e mostramos que Foucault já se ocupava dele na arqueologia, ainda que a partir de outras abordagens: das formas às relações. O que aconteceu, portanto, no pensamento de Foucault durante o início da genealogia foi, de certa forma, uma retomada temática, um retomada que implicou em um modo diferente de abordar um tema que já aparecia na arqueologia. Provam isso, os cursos: PP⁴ e AN⁵, e, certamente VP.

⁴ O poder psiquiátrico (1973-1974).

⁵ Os Anormais (1974-1975).

CAPÍTULO I

UMA ABORDAGEM ACERCA DO PODER E DO CORPO NAS OBRAS DA DÉCADA DE 1960

Este capítulo tem como objetivo mapear e caracterizar o tema poder e corpo no pensamento foucaultiano na década de 1960. Para tanto, abordamos as temáticas do internamento geral e específico; da medicina entre os séculos XVIII e XIX, suas formas de encarar a doença e o corpo, e sua relação com o hospital. Por fim, nos ocupamos com a conferência radiofônica de 1966: “O corpo utópico”, na qual Foucault dedicou-se a pensar o corpo enquanto matriz das utopias. Temas atrelados a uma investigação das formas, ou seja, ainda distantes das técnicas visadas por Foucault durante a genealogia.

1.1 O INTERNAMENTO: SEU CARÁTER ASSISTENCIAL, ECONÔMICO, MORAL E REPRESSIVO: HOSPITAL GERAL, *WORKHOUSES* E *ZUCHTHAUS*

Durante a Idade Média havia um lugar no qual o leproso era enclausurado, posto fora de circuito: eram os leprosários⁶. Mas, em fins dessa mesma época, por volta do século XIV, esses lugares começaram a ficar vazios. Eles se esvaziaram, pois, de acordo com Foucault (2008), a lepra começou a desaparecer ou ao menos diminuir; por quê? Primeiro: o fato de os leprosos estarem isolados fez com que diminuísse o contágio; e segundo: com o fim das Cruzadas interrompeu-se o trânsito entre os habitantes da Europa e os focos de infecção do Oriente. Doravante um espaço social de reclusão permaneceria vazio no limiar das cidades.

Por volta do século XV até meados do XVII, os leprosários ficariam quase vazios; seus habitantes originais praticamente desapareceram. Outras personagens o habitariam, contudo, não havia aí nenhuma unidade possível que organizasse e definisse quem deveria habitá-los. Eles recebiam personagens

⁶ “Fechados em seus muros, os leprosos eram separados dos habitantes da cidade e mantidos isolados o suficiente para não serem observados. Sua posição limiar – nas margens, mas não fora, das cidades – era paralela à profunda ambivalência com a qual eram considerados. Os leprosos eram tidos como perigosos e perniciosos, pois haviam sido punidos por Deus; contudo eram, ao mesmo tempo, *corporalmente* depositários do poder divino e do dever cristão da caridade” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 3; *italico* nosso).

dísparos, de modo que de leprosário a leprosário haviam diferenças entre seus habitantes. Para ilustrar esse estatuto equívoco dos leprosários durante esse período, podemos citar dois exemplos: de acordo com Foucault (2008, p. 4-5) “a partir do século seguinte⁷, Saint-Germain torna-se uma casa de correção para os jovens; [...]. Em Liplingen, o leprosário é logo povoado por incuráveis e loucos”. Esperaremos por mais de dois séculos para que uma percepção, como a chamou Foucault, venha a organizar esses espaços de reclusão. A percepção clássica⁸ os organizará dando a eles mais personagens e um novo significado e função⁹.

Os doentes venéreos foram os primeiros a ocupar esse lugar de reclusão deixado vazio pelo desaparecimento gradual dos leproso. No entanto, ficariam aí por pouco tempo, embora tenham retornado posteriormente. Dos leprosários eles foram conduzidos aos hospitais; e dos hospitais, já em pleno século XVII à reclusão novamente.

Foucault nos mostra que ao passar para o espaço de reclusão “[...] esse mal diversamente da lepra, logo se tornou coisa médica, inteiramente do âmbito do médico” (FOUCAULT, 2008, p. 8). E, que, portanto, não deveria permanecer nos leprosários, como coisa a ser segregada, com um estatuto equívoco como o da lepra que só era alvo de “obscuras práticas médicas” mas não “inteiramente do âmbito médico” (FOUCAULT, 2005, p. 5). Passou-se então a formulação de tratamentos para eles: usava-se o mercúrio, a teriaga, guáiac, e praticava-se a cura pelo suor. Mas no século XVII, o doente venéreo seria isolado de seu contexto médico sendo inserindo novamente no espaço de reclusão ao lado de outros personagens.

A partir de meados do século XVII os leprosários e toda uma rede de instituições passaram a receber uma população que aí teria sua morada definitiva durante mais ou menos um século e meio; população que a nós pareceria heterogênea, mas que na percepção da Era Clássica encontrou sua

⁷ Século XVI.

⁸ Vale lembrar que em *História da Loucura* Foucault estudou três períodos: o Renascimento que ocupou as primeiras quarenta páginas do livro; período que vai de meados do século XIV a fins do XVI. Estudou a Era Clássica que vai de meados do XVII a fins do XVIII. E a Modernidade, início do XIX. O livro tem como foco, sobretudo, a Era Clássica à qual Foucault dedicou quase todo o livro.

⁹ Vale aqui citarmos Muchail: “A lepra regride, os leprosários se esvaziam. Porém, os 'valores' e as 'imagens', as 'estruturadas' e as 'formas' que, durante a Idade Média, estão vinculados à instituição do leprosário e ao personagem do leproso vão persistir; exclusão e purificação, segregação e sacralidade, reclusão e salvação serão transpostas, séculos mais tarde, para outras instituições – muitas vezes nos mesmos lugares que antes abrigavam os leproso – e para outros personagens. Entre eles, o louco” (MUCHAIL, 2004a, p. 40).

homogeneidade: são as figuras da desrazão¹⁰: loucos, libertinos, prostitutas, miseráveis, pobres, doentes venéreos. Emergia aí aquilo que Foucault chamou de “o grande internamento”.

Nota-se com isto que uma estrutura de reclusão e segregação presente na Idade Média representada pelos leprosários adentrou os séculos da Renascença timidamente e voltou a ter importância na Era Clássica. A partir da metade do século XVII até fins do século XVIII os antigos leprosários somados a outros prédios formaram os espaços nos quais se internaram lado a lado toda uma população de desrazoados.

Haveria, portanto, uma estrutura

[...] da segregação social, a da exclusão. Na Idade Média, a exclusão atinge o leproso, o herético. A cultura clássica excluí mediante o hospital geral, a *Zuchthaus*, a *work-house*, todas as instituições derivadas dos leprosários. Eu quis descrever a modificação de uma estrutura exclusiva (FOUCAULT, 2010a, p. 163).

O ano de 1656 parece ser fundamental para essa história da segregação que Foucault descreveu. É desse ano o decreto do poder real¹¹ para a fundação do Hospital Geral em Paris, o qual era formado por vários prédios. Antigos leprosários, como é caso de Saint Lazare, e outros prédios como Salpêtrière que antes de fazer parte do Hospital Geral havia abrigado um arsenal. E Bicêtre que fora antes uma casa de retiro destinado a inválidos do exército (Cf. FOUCAULT, 2008).

Foucault afirma que “à primeira vista, trata-se apenas de uma reforma – apenas de uma reorganização administrativa. Diversos estabelecimentos já existentes são agrupados sob uma administração única; [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 49; itálicos nossos). De modo que, além dos dois prédios referidos acima, muitos outros são agrupados formando uma extensa rede de instituições sobre a cidade de Paris. É importante mencionarmos a passagem do édito de 1656 citado por Foucault na qual é estabelecida esse agrupamento geral de todas as instituições: “A Casa e o

¹⁰ Um tipo de razão que transgrediu, que ultrapassou os limites do bom senso, e por isso se tornou desrazoável e imoral.

¹¹ Foucault “em *História da loucura*, identifica, explicitamente, o estabelecimento do Hospital Geral como sendo uma política direta da autoridade real. Ele o entende como 'uma instância de ordem monárquica e burguesa que se organiza na França, nessa mesma época'. Os atores são identificados, as ações justificadas mais objetivamente e os efeitos das ações detalhadamente apontados. Em seus estudos posteriores, Foucault raramente é tão claro sobre explicações causais a respeito de quem age e por quê, mais tarde, a dinâmica social, estrutural e política será problematizada e retomada” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 6).

Hospital tanto da grande e da pequena Misericórdia quanto do Refúgio no bairro de Saint-Victor, a Casa e o Hospital de Cipião, [...]” (Édito de 1656 *apud* FOUCAULT, 2008, p. 49). “Todas são agora destinados aos pobres de Paris” (FOUCAULT, 2008, p. 49).

Ora, e quais eram os objetivos ao se agrupar tais instituições para os pobres? Ao se criar, portanto, o Hospital Geral:

Trata-se de *recolher, alojar, alimentar* aqueles que se apresentam de espontânea vontade, ou aqueles que para lá são encaminhados pela *autoridade real ou judiciária*. É preciso também zelar pela *subsistência*, pela *boa conduta* e pela *ordem geral* daqueles que não puderam encontrar seu lugar ali, mas que poderiam ou mereceriam ali estar. Essa tarefa foi confiada a *diretores* nomeados por toda a vida, que exercem seus *poderes* não apenas no Hospital como também em toda a cidade de Paris sobre todos aqueles que dependem de sua jurisdição: [...] (FOUCAULT, 2008, p. 49, *itálicos nossos*).

Havia aí uma ação de internação que poderia ser voluntária ou em certa medida forçada pelos poderes real ou judiciário. Internação voltada para assistência aos pobres. Contudo, uma assistência não só àqueles que residiam nos prédios do Hospital; era preciso ocupar-se também daqueles que não se encontravam internados, mas que mereciam estar ali. Cuidava-se da subsistência, da boa conduta e da ordem, de modo que o Hospital parecia ser uma instituição voltada para ordenar a cidade. Observamos com isso que esse hospital não tinha o mesmo significado que hoje recebe: lugar de cura. Era antes de tudo lugar de assistência e de ordem moral: zelava-se pela boa conduta e ordem geral¹². E, ainda que, um médico fosse nomeado pelos diretores, o qual deveria visitar duas vezes por semana todos os prédios do Hospital, ele não era, definitivamente, um estabelecimento médico, era “[...] antes uma *estrutura semijurídica*, uma espécie de entidade administrativa que, ao lado dos *poderes* já constituídos, e além dos tribunais, *decide, julga e executa*” (FOUCAULT, 2008, p. 50; *itálicos nossos*). Foucault mostrou como esse poder era exercido, de que meios e instrumentos os diretores dos estabelecimentos se valiam para julgar e executar. Era todo um instrumental à disposição para fazer reinar uma ordem no interior de seus prédios e

¹² No curso de 1972-1973, “A sociedade punitiva”, Foucault estudou novamente o tema da reclusão. Há nesse curso uma passagem na qual ele discorre sobre a reclusão enquanto forma de intervir na conduta dos indivíduos evitando a desordem. p. 36 (FOUCAULT, 1997. p. 27-44).

por vezes fora. Eram eles: “*postes, golilhas de ferro, prisões e celas* no dito Hospital Geral e nos lugares dele dependentes conforme for de seu parecer [...] (Édito de 1656 *apud* FOUCAULT, 2008, p. 50; *itálicos nossos*). Assim, fica claro, que ainda que esse estabelecimento recebesse o nome de hospital, ele não tinha o significado e função que hoje recebe¹³. Em tal estabelecimento o que se procurava era antes assistir e punir seus habitantes do que estabelecer qualquer cuidado médico. Foucault afirmou que se havia um médico no Hospital Geral que visitava todos os seus prédios era antes para evitar doenças nesses lugares. Vejamos: “se há um médico no Hospital Geral, não é porque se tem consciência de que aí são internados doentes, é porque se teme a doença naqueles que já são internados” (FOUCAULT, 2008, p. 115). Definitivamente essas instituições não eram lugares de cura, mas antes exerciam outras funções. Pode-se dizer que a princípio havia no internamento uma precaução social e econômica. Na França e Inglaterra os primeiros a serem encerrados entre os muros das instituições de internamento foram os pobres, miseráveis, vagabundos e mendigos. Diante disso, nascia uma nova forma de se tratar os vagabundos, pois, “enquanto nos períodos anteriores, de pleno desemprego, a cidade se protegia dos bandos de vagabundos colocando guardas nas portas, agora constrói casas de internamento intramuros” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 7). Não somente para vagabundos, mas para todo um grupo de desempregados: pobres, mendigos, miseráveis. Eles eram assistidos, contudo tinham que aceitar o constrangimento *físico* e moral do internamento. Tirava-os de circulação e eram postos entre os muros dos hospitais.

O internamento foi em suas origens, de acordo com Foucault, uma resposta a uma crise econômica que afetou o mundo ocidental em pleno século XVII, muito provavelmente em função de uma crise econômica espanhola (Cf. FOUCAULT, 2008). E, posteriormente, segundo o filósofo, esse motivo econômico oscilaria entre dois extremos. Foucault notou que

[...] fora dos períodos de crise, o internamento adquire um outro sentido. Sua função de *repressão* vê-se atribuída de uma nova utilidade. Não se trata mais de prender os sem trabalho, mas de dar trabalho aos que foram presos, fazendo-os servir com isso a prosperidade de todos (2008, p. 67; *itálico nosso*).

¹³ No ano de 1974 Foucault abordou a história do hospital em uma conferência: “O nascimento do hospital” (FOUCAULT, 2004b. p. 99-112).

Temos algo de importante nessa citação: “sua função de repressão”. Aqui fica claro, nas próprias palavras de Foucault, o caráter repressivo do internamento. Ainda que ele fosse assistência, o internamento também procurava reprimir: recolher entre seus muros e manter a ordem, assistir e moralizar todos aqueles que lá eram encerrados, e também aqueles que lá mereciam estar. Para tanto, não só na França, mas também na Alemanha e Inglaterra, foram criadas instituições de internamento: na Alemanha, as *Zuchthaus*, e na Inglaterra, as *workhouses*.

E seja nas *Zuchthaus*, nas *workhouses*, ou nas instituições francesas, o trabalho fazia parte do cotidiano de todas. O qual, no entanto, não tinha uma função unívoca. Pois junto à função econômica, produtiva, ele também assumiu uma função moral. De tal modo que o trabalho, em alguns momentos da história do internamento, serviu somente para submeter o interno a se livrar da ociosidade (na medida em que essa era vista como o pecado por excelência).

Vale perguntar, e o que se produzia em tais instituições? De acordo com Foucault (Cf. 2008), fazia-se meias, tecia-se lã e aplainava-se madeira. Mas também, por exemplo, para apenas ocupar os internos, “um arquiteto, Germain Boffrand, projetou em 1733 um poço imenso. Que logo se revelou inútil. Mas continuou-se com as obras para ocupar os prisioneiros” (FOUCAULT, 2008, p. 68-69). E cada vez mais, sobretudo durante o século XVIII, a função econômica do trabalho nessas instituições se apagava. Assim,

Hamburgo ou Plymouth, *Zuchthäusern* e *workhouses* – em toda a Europa protestante, edificam-se essas fortalezas da ordem moral nas quais se ensina, da religião, aquilo que é necessário para o descanso das cidades. Em terras católicas, a finalidade é a mesma, mas o domínio religioso é um pouco mais acentuado. A obra de São Vicente é testemunho disso. [...]. Nas casas de Caridade toma-se o maior cuidado com esta *ordenação* da vida e das consciências, que no decorrer do século XVIII aparecerá de modo cada vez mais claro como a razão de ser da internação (FOUCAULT, 2008, p. 76-77; itálico nosso).

Primeiro: podemos observar que tais instituições não eram apenas estatais, mas religiosas, e, entretanto, tinham finalidades próximas: em um caso algo como uma política assistencial; em outro, caridade. Segundo: observa-se com essa passagem que a ordenação da vida e das consciências, em pouco mais de cinquenta anos, tornou-se um dos pontos principais da internação. Dessa forma, o

internamento assumiu funções e, porque não dizermos significados diversos em sua trajetória: social, econômico, moral, sem, contudo, serem eles mutuamente excludentes, antes talvez coexistindo em certos momentos de sua história. Uma vez que, a precaução social se faz presente na função da correção moral, por exemplo. Põem-se entre os muros dessas instituições aqueles que poderiam pôr em desordem a vida na cidade, pensava-se que com isso sanava-se a miséria exterior e corrigia-se a conduta dos mesmos, temos com isso uma coexistência entre assistência e punição/correção moral.

Uma observação de Nalli a respeito do uso do termo punição no âmbito HL é esclarecedora, vejamos:

deve-se observar como Foucault recorre a um termo para punição que tem toda uma carga metafórica interessante; Foucault nos fala de “*châtiment*”, cuja forma verbal é “*châtier*”, que tem o sentido figurado de polir, burilar, aprimorar. Bem diferente do termo de que ele vai se valer no início da década de 1970, com *Vigiar e punir*, agora bem mais literal: *punir* (2006, p. 98).

Importa notar o caráter de aprimoramento que a punição no internamento encerrava. Se havia aí um burilar, um aprimorar ele era de ordem moral. E Foucault nos lembra que uma divisa que Howard leu em Mayence poderia ter sido encontrada em todas essas instituições: “*Se foi possível submeter os animais ferozes, não se deve desesperar de corrigir o homem que se perdeu*” (HOWARD *apud* FOUCAULT, 2008, p. 77; itálicos nossos). Ordenar e corrigir são os imperativos dessas instituições que cobrem a Europa nesse período, cujo meio mais usado parece ser o trabalho. O internamento com o objetivo de pôr em ação a máxima inscrita em Mayence, ou seja, “corrigir o homem que se perdeu”, não só pôs entre seus muros e em suas celas pobres, mendigos e miseráveis, mas toda uma população que transgredia a ordem moral estabelecida: o pobre e ocioso, o devasso e o libertino, o blasfemo e também o louco; os chamados desrazoados.

Mas, de que modo uma pessoa se tornava um interno? Já vimos que os *diretores* tinham um poder quase que absoluto dentro e fora dessas instituições. Entretanto, devemos observar que também um *tenente* de polícia em meados do século XVII podia solicitar o pedido de internamento, sob a condição de ser subscrito por um ministro. E, mais ainda, por meio das chamadas *cartas régias*, as famílias podiam solicitar o internamento. Mas não só as famílias, por vezes os vizinhos

podiam fazer uso delas. Segundo Foucault, “o internamento foi colocado pela monarquia absoluta à disposição da família burguesa”¹⁴ (FOUCAULT, 2008, p. 91-92), de modo que os pais ao perceberem um desvio de conduta em seu filho, ou os vizinhos ao se sentirem incomodados por certos comportamentos de uma dada pessoa poderiam solicitar a internação dos mesmos. A carta régia teve uma vigência de quase um século, de 1692 até 1784. É importante notar aqui o desenrolar desse tipo de pedido de internamento posto a serviço das famílias:

a família ou o círculo da pessoa faz o pedido ao rei, que o concede e outorga após a assinatura de um ministro. Alguns desses pedidos fazem-se acompanhar de certificados médicos. Mas são os casos menos numerosos. Normalmente, é a família, a vizinhança e o cura da paróquia que são convidados a dar seus depoimentos (FOUCAULT, 2008, 128).

Mais uma vez fica em evidência o caráter não médico do internamento. Internamento com um estatuto social, econômico, moral e provavelmente político, porque ao menos na França o Hospital Geral é uma instituição criada sob a égide real.

Com o que apresentamos até aqui sobre o internamento e seu caráter de assistência, mas também de correção e punição, pode-se pensar que ele tinha um caráter negativo? De acordo com Machado ele vai além, não é somente negativo. Vejamos: para Machado ele não somente separa e isola, ou seja, exerce uma função negativa, mas também positiva: “[...]: ele é positivo, não no sentido, é evidente, de um juízo de valor, mas no de criador de realidade e de saber. Institui um outro da sociedade, um estrangeiro aos olhos da razão e da moral, [...]” (MACHADO, 2006, p. 58). Ora, como definir uma posição entre esse caráter negativo e positivo do ato de internamento, compreendido como ato de poder? A leitura de Machado é certamente amparada a partir de uma passagem de HL:

Pois o internamento não representou apenas um papel negativo de exclusão, mas também um papel positivo de organização. Suas práticas e suas regras constituíram um domínio de experiência que teve sua unidade, sua coerência e sua função. Ele aproximou, num campo unitário, personagens e valores entre os quais as culturas anteriores não tinham percebido nenhuma semelhança (FOUCAULT, 2008, p. 94).

¹⁴ Na década de 1970 Foucault retomou as cartas régias (*lettre-de-cachet*) sob outra perspectiva. Não somente como meio para se conseguir internar uma pessoa, mas pensou-a enquanto tecnologia de poder que se exercia no nível capilar.

Ainda que essa passagem possa reforçar a hipótese de Machado, pensamos que no máximo é possível admitir uma caráter ambíguo do internamento: uma reclusão que ao excluir cria um mundo, uma coerência interna, forma uma população. Pois tudo indica que é somente a partir dos anos de 1970 que o poder para Foucault passa a ser visto como aquilo que produz e cria, encerra uma positividade, que poder e saber andam lado a lado. No contexto de HL é certo que o poder para Foucault ainda se encontra no âmbito da repressão, como aquilo que diz não e proíbe, ainda que por vezes seus efeitos possam ser positivos. Ou seja, não haveria erro na leitura de Machado, mas seria ela uma perspectiva unilateral, na medida em que o ato de internamento em HL tem um caráter ambíguo: pode ser positivo, mas Foucault argumentou muito mais a favor de seu caráter negativo, como mostramos acima.

Vimos até aqui, sobretudo, as instituições de internamento, e quem e por quais motivos eram encerrados nelas. Doravante passaremos a outra instituição. Não mais com um caráter de internamento geral, mas, mais específico, com um fundo científico, uma instituição de caráter médico para cuidar de uma certa patologia. Veremos doravante o nascimento do asilo.

1.2 O ASILO: INTERNAR COM LIBERDADE E CURAR

Um novo espaço de reclusão é constituído no século XIX. As instituições de internamento que durante quase cento e cinquenta anos internaram toda uma população de desrazoados perdem seus significados. Aos poucos o internamento é questionado e perde seu índice de evidência. Desse modo vale perguntar: por que se separaram aqueles que há décadas estavam postos lado a lado? O que se passou então em fins do século XVIII e início do XIX para que o internamento geral perdesse sua importância? Dois parecem ser os motivos para uma crise da percepção clássica do internamento. De um lado, a ociosidade e a pobreza não são mais vistas como escolhas imorais. Passam a ser vistas como mão-de-obra barata para produção de riquezas de países com um capitalismo nascente. Portanto, um caráter econômico motiva o não internamento de pobres e vagabundos. Esta população mesma é vista como riqueza para a nação, porque, se ela produz riqueza ela é riqueza em potência, que doravante deve ser posta em uso. De outro, o internamento passou a ser visto como excessivo. Ele passa a ser visto

como um excesso enquanto punição. Ora, que tipo de punição é essa que mistura categorias? Pondo lado a lado loucos, libertinos, sodomitas, criminosos, vagabundos. Deve-se separar os loucos dos demais, sobre o perigo dos demais deixarem esses espaços de reclusão desprovidos de razão tal como os loucos. Temos aí uma nova percepção, a qual se escandalizou com essa mistura admitida até então (Cf. DREYFUS; RABINOW, 2010). Vejamos o que o próprio Foucault disse acerca disso:

Durante um século e meio, em toda a Europa, o internamento realiza sua função monótona: as faltas são diminuídas, os sofrimentos aliviados. De 1650 à época de Tuke, Wagnitz, Pinel, os Frades Saint Jean de Deus, os Congregados de Saint Lazare e os guardiões de Bethlem, de Bicêtre e da *Zuchthäusern* declinam ao longo de seus registros as litâneas do internamento: “debochado”, “imbecil”, “pródigo”, “enfermo”, “espírito arruinado”, “libertino”, [...]. Entre todos, nenhum indício de alguma diferença: apenas a mesma desonra abstrata (2008, p. 83).

Durante todo esse período uma percepção acerca da unidade entre todos esses internados admitiu sem nenhum constrangimento que ocupassem as mesmas instituições. Mas em fins do século XVIII isso deixou de ser aceito pelos motivos arrolados acima. Anteriormente, não havia constrangimento a percepção clássica reconhecia a unidade da desrazão. Contudo, entre a multiplicidade de vozes, de tipos, de personagens que compunham tal unidade, o louco era – por um lado – só mais um, e por outro, era um tipo peculiar, extremo em sua imoralidade e sua incurabilidade.

A partir das críticas ao internamento separam-se os desrazoados. Ao louco restando um espaço de reclusão destinado agora somente a ele. De acordo com Nalli institui-se a “separação que é geográfica mesmo, dada a sua periculosidade para os demais, bem como para os cidadãos livres e saudáveis. Sua separação evitava assim alguma possibilidade indesejável de contágio” (2006, p. 150). Ele, o louco, doravante, ao deixar de lado sua marca de imoralidade, passará ao registro daquele que deve ser curado de sua doença. Pinel em Bicêtre e Tuke em seu Retiro iniciaram o que podemos chamar de procedimentos de cura dos loucos nos primeiros anos do século XIX. A história da psiquiatria, afirmou Foucault, criou em torno de ambos, Pinel e Tuke, um mito: ao afirmar que foram eles que livraram os loucos das celas e correntes do internamento clássico inserindo-os num contexto

médico de cura. E se Foucault em suas investigações os toma como representantes dessa nova forma de encarar o louco, é para mostrar que há aí o nascimento de um outro tipo de reclusão: passando de um espaço de reclusão geral para um específico; de um espaço de punição a um outro que se presume terapêutico.

Essa história da libertação dos loucos e seu reconhecimento como doentes que podem e devem ser curados não é a descoberta de uma verdade sempre dada mas nunca antes encontrada, disse Foucault. Pelo contrário, o louco, antes da Era Clássica e, portanto, antes de sua integração no seio da desrazão, tinha sua individualidade reconhecida desde a Idade Média. Desse modo, o século XIX não marca uma etapa de progresso na história do conhecimento da loucura, mas só mais uma transformação em sua história. A esse respeito Foucault é elucidativo:

É necessário retornar um momento ao que foi a personagem do louco antes do século XVII. Existe uma tendência para acreditar que ele recebeu seu indício individual de um certo humanitarismo médico, como se a figura de sua individualidade pudesse ser apenas *patológica*. Na verdade, bem antes de ter recebido o *estatuto médico* que o *positivismo* lhe atribuiu, o louco havia adquirido – já na Idade Média – uma espécie de densidade pessoal. Individualidade da personagem, sem dúvida, mais que do doente. [...]. O louco não teve necessidade das determinações da medicina para alcançar seu reino de indivíduo. O cerco que a Idade Média lhe estabeleceu bastou para tanto. Mas esta individualidade não permaneceu nem estável, nem inteiramente móvel. Ela se desfez e, de algum modo, se reorganizou no decorrer da Renascença. Desde o fim da Idade Média, essa individualidade se viu designada para a solicitude de um certo humanismo médico. Sob que influência? Não é impossível que o Oriente e o pensamento árabe tenham representado, aqui, um papel determinante (2008, p. 120).

De acordo com Foucault, se entre os árabes foram criados hospitais destinados aos loucos já no século VII, no Ocidente, os primeiros hospitais com tal finalidade foram criados por volta do século XV, na Espanha, mas também em outros lugares da Europa, como o Bethleem, na Inglaterra. Hospitais com um caráter médico. Dirigidos por médicos, procurava-se a cura da alma através da música, dança e espetáculos. Os loucos também deveriam ter aí uma “vida de jardim” (FOUCAULT, 2008, p. 134) que colocasse o espírito em relação com o ritmo das colheitas. Iniciava-se, como disse Foucault, uma reorganização da individualidade do louco por essa época. Importa notar que se na Idade Média ele circulava por entre

os campos e cidades, já no Renascimento¹⁵ seu estatuto começa a se alterar, tornando-se aquele que tem uma alma que pode ser curada em um hospital. Apesar dessa alteração, nota-se que o louco, tanto durante a Idade Média como na Renascença, era marcado por um índice de individualidade, a qual se perdeu a partir de meados do século XVII. O louco internado como um elemento no conjunto dos desrazoados é silenciado e apagado. Vejamos o caráter dessas transformações:

ora, o que caracteriza o século XVII não é o fato de haver ele avançado, menos ou mais rapidamente, pelo caminho que conduz ao conhecimento do louco, e com isso ao conhecimento científico que se pode ter dele; é, pelo contrário, o fato de tê-lo distinguido com menos clareza; de certo modo, o louco foi absorvido numa massa indiferenciada. Esse século misturou as linhas de um rosto que já se havia individualizado há séculos. Com relação ao louco [...] dos primeiros asilos da Espanha, o louco da era clássica é internado com doentes venéreos, os devassos, os libertinos, os homossexuais, e perdeu os índices de sua individualidade; ele se dissipa numa apreciação geral do desatino¹⁶ (FOUCAULT, 2008, p. 121).

Só apareceu como “indivíduo” em fins do XVIII e, sobretudo, no século XIX com a medicina positivista: marcado doravante com o signo do patológico e com uma instituição de reclusão específica. Tem-se a partir desse momento um saber pretensamente objetivo, marcado por um caráter científico, o qual identificou loucura e doença mental: a psiquiatria.

Ora, se o louco perdeu sua individualidade durante a Era Clássica no que podemos chamar de um internamento geral, ele a recobrou de forma evidente com outros significados em fins do século XVIII, pois, com a instauração da crítica interna e externa ao internamento resta ao louco um espaço específico de reclusão. Os demais desrazoados, parcial e gradativamente, foram libertos ou foram enviados à instituições próprias à sua categoria, como é o caso da prisão para os criminosos. Aos pobres saudáveis libertos deve-se impor a obrigação do trabalho produtivo; aos pobres doentes a assistência, mas uma assistência doravante com um caráter privado, no seio da família, por vezes subsidiada pelo Estado. Ao louco, por sua periculosidade e impossibilidade de assistência a domicílio, resta somente o

15 Além dos hospitais para os loucos, por vezes no século XV os loucos são banidos das cidades, e entregues a mercadores e marinheiros. São eles assim entregues às águas. Era a “Nau dos loucos” que os conduzia de uma cidade a outra. Havia aí também um simbolismo ambíguo próprio da água: a qual prendia, mas também podia purificar.

16 Nos textos de Nalli (2006) e Machado (2006), citados aqui, ambos preferiram traduzir *déraison* por desrazão a desatino. Assim também usaremos como tradução de *déraison* o termo desrazão.

isolamento solitário (Cf. MACHADO, 2006). Temos nesse espaço de reclusão reorganizado para o louco: medicalização e objetivação. Deve-se encarar o próprio espaço do asilo como um espaço terapêutico o qual propicia a cura. Como Machado disse: “*é a organização de um espaço de liberdade entre quatro paredes que dá à própria reclusão uma virtude terapêutica. Descoberta essencial, e de grande futuro: a liberdade, vigiada e isolada, cura*” (MACHADO, 2006, p. 68-69; *italicos nossos*). Há, portanto, no projeto de cura da loucura a união entre reclusão e cuidados médicos. Cuidados médicos, mas que a princípio não advém como que de uma invasão exterior, contudo é a partir da própria organização asilar que devemos buscar esse efeito médico que visa curar¹⁷. O espaço asilar se tornaria terapêutico antes mesmo da psiquiatria instalar-se nele, o qual é condição de possibilidade da psiquiatria. A objetivação, por sua vez, se dá na vigilância que se instaura com os guardas. Vigilância¹⁸ que objetiva, que torna possível um conhecimento sobre a loucura. O qual só faz aumentar o controle sobre o louco, tornando-se com isso mais radical o controle da razão sobre a loucura.

Foucault deu especial atenção a dois casos: Pinel na França, em Bicêtre, e Salpêtrière; e Tuke, na Inglaterra, em seu Retiro. Ambos teriam postos em uso procedimentos de fundo moral, ainda que justificados por uma atividade médica.

Um dos procedimentos utilizados por Tuke em seu Retiro é o *trabalho*, o qual deveria levar o louco a retomar novamente um contato com a regularidade da vida cotidiana, longe, portanto de fins produtivos, mas usado somente como forma de ordenamento moral. Cabe observarmos que sob contexto diferente o trabalho, como vimos, também teve sua importância no “grande internamento”. E agora no asilo de Tuke

o trabalho vem em primeira linha no “tratamento moral” tal como é praticado no *Retiro*. Em si mesmo, o trabalho possui uma força de coação superior a todas as formas de coerção física, uma vez que a regularidade das horas e a obrigação de chegar a um resultado separam o doente de uma liberdade de espírito que lhe seria funesta e o engaja num sistema de responsabilidade (FOUCAULT, 2008, p. 480).

¹⁷ Aproximadamente treze anos após a publicação de HL, Foucault em uma conferência – “O nascimento do hospital” (2004b) – retoma essa relação entre organização do espaço, agora hospitalar, e seus efeitos de cura. Organização que se deu a partir do uso dos procedimentos disciplinares.

¹⁸ Ver-se-á no contexto do segundo capítulo que a noção de vigilância foi para Foucault um componente fundamental para se pensar a disciplina/poder disciplinar.

O trabalho, além de impor uma regularidade à vida do louco, o colocaria em contato com um regime de responsabilidade, o qual deve ser entendido como um imperativo de fazer o louco se reconhecer como tal. Assumir a responsabilidade pelos erros cometidos no âmbito do espaço asilar e, sobretudo, responsabilidade por sua doença. Esse reconhecer-se como louco seria a via principal para a cura das ilusões do espírito. Muito próximo dessa perspectiva foi a de Pinel na França que procurava fazer o louco reconhecer que infringia os padrões éticos universais. Como isso se dava? No caso do Retiro, o trabalho ocupava um lugar de destaque na terapêutica assim como o *olhar* do guarda que vigiava e espiava. No caso de Pinel, afirmaram Dreyfus e Rabinow: era através de diferentes técnicas que o louco deveria reconhecer as normas sociais; “[...] técnicas de reciclagem, de alteração da consciência e de *disciplinarização do corpo e do espírito*” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 11; itálicos nossos).

Que técnicas seriam essas? Foucault estabeleceu uma distinção entre os instrumentos de punição do grande internamento e do asilo. No primeiro caso imitava-se os castigos dos condenados comuns, celas e sevícias físicas. Já o asilo parece inventar os seus procedimentos punitivos, os quais podem ser considerados terapêutico-punitivos, como observou Dreyfus e Rabinow (Cf. 2010). Na verdade, o que o asilo pareceu inventar fora antes usado pela medicina do século XVIII como remédios, como no caso de Pinel que usou banhos e duchas. O que se pode chamar de *hidroterapia*. De acordo com Foucault

na medicina da época clássica, banhos e duchas eram usados como remédios de acordo com a imaginação dos médicos sobre a natureza do sistema nervoso: tratava-se de refrescar o organismo, [...]. É verdade que se acrescentava também, entre as consequências felizes da ducha fria, o efeito psicológico da surpresa desagradável, que interrompe o curso das ideias e muda a natureza dos sentimentos; mas aqui, ainda estamos na paisagem dos sonhos médicos. Com Pinel, a ducha torna-se francamente judiciária; a ducha é a punição habitual de simples polícia constituída permanentemente no asilo (2008, p. 495).

Isso porque na perspectiva foucaultiana o asilo era um microcosmo judiciário de julgamento perpétuo: por uma falta, ou por se recusar a se alimentar ou trabalhar o louco era, no próprio espaço do asilo acusado, julgado e condenado. E para castigá-lo usava-se, portanto os banhos e duchas, mas também a camisa-de-força. No fim esperava-se do louco o remorso, esperava-se que se reconhecesse

culpado, esperava-se que ele se dobrasse.

Em outro lugar (“A água e a loucura”) em um texto de 1963, portanto, dois anos após a publicação de HL, Foucault explorou a relação simbólica entre ambas. Aí ele indica que a água na medicina asilar do século XIX é mais que uma punição habitual, “francamente judiciária”. É punição, mas uma punição que conduz a cura do louco: portanto, terapêutica. Próximo da leitura de Rabinow e Dreyfus: no asilo os procedimentos punitivos, podem ser considerados terapêutico-punitivos. Vejamos Foucault: “[...] aplica-se a ducha para que o delirante reconheça que aquilo que ele diz é ilusão, falsas crenças, imagens presunçosas – puro e simples delírio. O louco deve-se reconhecer como louco: [...]” (FOUCAULT, 2010b, p. 207).

Se o asilo é uma instituição médica à diferença do internamento geral, o médico tem aí uma importância mais moral do que científica. Caráter moral que no decorrer do século XIX é encoberta com as pretensões científicas da psiquiatria que procurou se tornar uma área particular da medicina. E ainda que ele tenha sido fundamental para o asilo, foi mais a personagem do médico que adentrou o asilo do que uma ciência. “O médico só pôde exercer sua autoridade absoluta sobre o mundo asilar na medida em que, desde o começo, foi Pai e Juiz, Família e Lei, não passando sua prática médica, durante muito tempo, de um comentário sobre os velhos ritos da Ordem, da Autoridade e do Castigo” (FOUCAULT, 2008, p. 498). Ora, assim, se o médico foi personagem de extrema importância nesse espaço terapêutico, foi antes por via dos valores que encarnava do que por um saber que detinha.

*

No internamento da era clássica, como vimos, o índice de individualidade do louco fora dissipado e recoberto pela unidade homogênea da desrazão. No asilo, todavia, ele estará em uma reclusão solitária, no qual será reconhecido em sua particularidade individual. Dos hospitais gerais ao asilo o itinerário é marcado por uma série de instituições e discursos heterogêneos. Ou seja, a história que Foucault descreve do “grande internamento” ao internamento específico é marcada por continuidades, mas, sobretudo, por descontinuidades.

E tudo indica que em HL, seja nas instituições do “grande internamento” ou no asilo, o poder é visto por Foucault como repressão. Pois, foi o

próprio Foucault que usou essa noção por diversas vezes: *répression*¹⁹. É certo que o objeto de tal repressão se alterou, passou-se dos desrazoados aos doentes mentais. Seus agentes também se modificaram, dos diretores de hospitais e componentes da polícia, a vigilantes e médicos. Mas, era como Deleuze (Cf. 1992) lembrou, Foucault nesse momento estudava as formas, só posteriormente passará as relações de força, as tecnologias de poder.

*

Até aqui nosso foco de investigação foi, sobretudo, HL. Vamos estudar nas próximas seções o NC, obra posterior a primeira, publicada em 1963. A qual teve como móvel a análise das condições de possibilidade da medicina moderna, a “passagem” da medicina clássica à medicina moderna. A nós, importa procurar saber que lugar o binômio poder-corpo teve aí.

1.3 MEDICINA E CORPO

1.3.1 Medicina Clássica, Doença e Corpo

Qual o lugar que o corpo ocupou nas investigações de Foucault sobre medicina clássica e medicina moderna? Nas, respectivamente, chamadas medicina classificatória (XVII – XVIII) e medicina anátomo-clínica (XIX)? Na medicina classificatória sua importância era ínfima, irrelevante, era mais um estorvo aos propósitos médicos da época. Devia-se abstrair o doente, o corpo doente. Já na anátomo-clínica o corpo doente era privilegiado. Foucault afirmou que

para nossos olhos já gastos, o corpo humano constitui, por direito de natureza, o espaço de origem e repartição da doença: [...]. Essa ordem do corpo sólido e visível é, entretanto, apenas uma das maneiras de a medicina espacializar a doença. Nem a primeira, sem dúvida, nem a mais fundamental (2008a, p. 1).

Ademais, deve-se observar que se procuramos estabelecer um estudo acerca do corpo em NC, isto decorre de nosso problema. Não é porque o corpo está em destaque nessa obra, pelo contrário, ele é coadjuvante. O que importou em primeiro lugar a Foucault foi o estudo acerca da medicina e da doença.

¹⁹ Este termo aparece atrelado ao de poder nas páginas: 57; 60; 70; 77; 85; 99; 100; 104; 108; 1112; 144; 187; 338; 418; 438; 440; 445; 477; 544; 545; 548; 567 (FOUCAULT, 2008).

A citação acima exemplifica essa posição que o corpo aí ocupa. Ele é posto em cena sob o tema da doença. Contudo, de qualquer modo, vamos ao corpo.

Na medicina dos séculos XVII e XVIII o que importava era estabelecer um quadro nosográfico das doenças. Para tal a medicina se aliou à história natural e à taxonomia, a qual procurava classificar as plantas e animais. A medicina, por sua vez, procurava classificar as doenças em gênero e espécie. Procurava-se, portanto, constituir no âmbito da medicina uma classificação das doenças tal como no âmbito da história natural. Isto mediante um olhar de superfície. Vejamos:

[...]. A doença se define por sua estrutura visível; mostra-se inteiramente a um olhar que percorre seu ser de superfície. Essa verdade totalmente dada na aparência são os sintomas. Guiando-se por eles, considerados como o ser da doença, a medicina pode identificar a essência de cada doença e situá-la em um quadro nosográfico de parentescos mórbidos: definir uma doença é enumerar seus sintomas (MACHADO, 2006, p. 89).

O que se fazia era estabelecer uma ordem das doenças independente do corpo doente, o qual nesse contexto, em última instância, era compreendido como acidente, acidente na medida em que o objeto do saber médico eram as representações. Por sua vez a doença sob tal olhar teria uma natureza a ser conhecida, fora das circunstâncias do corpo que estaria doente. Não havia aí uma coincidência entre doença e corpo doente, pois o espaço de configuração e espaço de localização da doença não se identificavam. Não, na medicina clássica/classificatória o corpo não era o espaço de origem nem de configuração da doença, nem mesmo era importante. Na verdade era da tarefa do médico saber considerar a doença sem privilegiar o corpo. Por quê? “a medicina clássica, fundada no modelo taxonômico da história natural considera, portanto, a doença uma essência, independente do corpo doente, essência que deve ser analisada em gênero e espécies a partir de analogias de forma; é uma medicina das espécies patológicas” (MACHADO, 2006, p. 90).

Havia, portanto, uma consideração da doença enquanto uma essência; natureza a se realizar.

No sistema epistêmico ou epistemológico da medicina do século XVIII, o grande modelo de inteligibilidade da doença é a botânica, a classificação de Lineu. Isto significa a exigência da doença ser compreendida como fenômeno natural. Ela terá espécies, características observáveis, curso e desenvolvimento como toda planta (FOUCAULT, 2004b, p. 107).

Natureza selvagem que deveria ser preservada em um lugar natural, por oposição à civilização e ao hospital, os quais eram considerados artificiais (Cf. FOUCAULT, 2008a). Isto, contudo, trouxe implicações: como preservá-la ao abrigo da civilização e do hospital? Qual o lugar adequado para essa finalidade? O lugar natural para a doença seria a família desqualificando assim o hospital como artificial, no qual das proximidades e misturas poderiam advir doenças das doenças.

1.3.2 Hospital, Médicos e Vigilância

Ao nos determos na descrição dessa implicação não estamos nos afastando do nosso objeto de estudo, pelo contrário, Foucault, em NC, ao tratar da doença enquanto fenômeno natural e sua relação com a família e o hospital trouxe novamente o tema da instituição e, em especial, do olho e da vigilância²⁰. Olho e vigilância, ambos caros aos seus estudos de início da década de 1970 como se mostrará no próximo capítulo.

Vejamos, portanto, as descrições de Foucault acerca da doença, do lugar natural (família), do artificial (hospital) e seus desdobramentos:

a medicina das espécies implica, portanto, uma espacialização livre para a doença, sem região privilegiada, sem opressão hospitalar – uma espécie de repartição espontânea em seu local de nascimento e desenvolvimento que deve funcionar como o lugar em que ela desenvolve e realiza sua essência, em que ela chega a seu fim natural: a morte, inevitável se esta é sua lei; a cura, frequentemente possível, se nada vem perturbar sua natureza. No lugar em que aparece, ela deve, pelo mesmo movimento, desaparecer. Não é preciso fixá-la em um domínio medicamente preparado, mas deixá-la, no sentido positivo do termo, ‘vegetar’ em seu solo de origem: o lar, espaço social, concebido da forma mais natural, [...]. Ora, este tema coincide exatamente com o modo como o pensamento político reflete o problema da assistência (2008a, p. 18-19).

²⁰ Tal como já apareceu quando discorremos sobre o asilo e seus procedimentos terapêutico-punitivos.

Pensamento médico e político se encontram aí: ambos, por motivos diferentes, questionaram os hospitais. O primeiro como se destacou afirmou que o hospital não é o lugar para aquele que adoeceu em função do modo de ser da doença. Que ela não deve estar em um lugar artificial como o hospital, mas no lar, na família. O pensamento político, por sua vez, criticou os hospitais enquanto locais de assistência: seja ao pobre ou ao pobre doente. De acordo com Foucault o hospital era inadequado e ineficaz, era preciso que o pobre trabalhasse. E que o pobre doente fosse assistido em seu lar²¹. Ora,

na medida em que se faz os pobres trabalharem eles serão assistidos sem empobrecer a nação. O doente, sem dúvida, não é capaz de trabalhar, mas se é colocado no hospital torna-se uma dupla carga para a sociedade: a assistência de que se beneficia só a ele diz respeito, enquanto sua família, deixada ao abandono, se encontra, por sua vez, exposta à miséria e à doença (FOUCAULT, 2008a, p. 19).

O que se observa com esta citação? Sem dúvida parece que o hospital é desnecessário aos planos políticos de fins do século XVIII. Se a assistência ao pobre doente deveria ser domiciliar de modo a atender a todos, o campo de atuação da medicina, esperava-se, deveria ser expandido: dos hospitais para o lar. E de lar em lar abrir-se-ia para o campo social. Assim, “começa-se a conceber uma presença generalizada dos médicos, *cujos olhares cruzados formam uma rede e exercem em todos os lugares do espaço, em todos os momentos do tempo, uma vigilância constante, móvel, diferenciada*” (FOUCAULT, 2008a, p. 33; itálicos nossos). Menos de uma década depois, Foucault voltou a tratar disso, mas de forma a problematizá-lo de modo radical, sobre outra perspectiva. As noções de olhar, rede e vigilância estariam no cerne de suas pesquisas acerca do poder e da disciplina nos anos de 1970²².

Ainda em NC as noções de vigilância/vigilante aparecem novamente atrelada à atividade do médico: “além do papel de técnico da medicina, ele

²¹ Tal questionamento e reorganização do hospital no século XVIII, foi como apontamos, objeto de estudo de Foucault no ano de 1974 em “O nascimento do hospital” e, posteriormente, em 1976 em “A política da saúde no século XVIII”. Ambos, por outras vias e enfoques, também abordam este problema já presente em o NC.

²² Sobretudo em VP. O estudo sobre vigilância e olhar ocuparam um lugar de importância em VP, na medida em que ambos estão entre os componentes da(s) disciplina(s) ou poder disciplinar, o qual recebeu sua forma mais acabada com o *Panopticon* de Jeremy Bentham. Veremos isto de forma mais detalhada no segundo capítulo.

desempenha um papel econômico na repartição dos auxílios, um papel moral e quase judiciário em sua atribuição: ei-lo convertido no '*vigilante* da moral e da saúde pública'" (FOUCAULT, 2008a, p. 44; itálico nosso). O médico deveria assumir neste contexto funções que ultrapassavam os limites de sua competência. Para além do exercício da medicina ele deveria também ser um "vigilante da moral e da saúde pública" (CABANIS *apud* FOUCAULT, 2008a, p. 44); ao lado do clérigo que cuidava dos sofrimentos da alma ele deveria aliviar os do corpo.

Embora as críticas tenham sido expressivas, a favor de outra atividade médica, àquela praticada a domicílio, vale lembrar que o hospital não desapareceu por completo desse cenário, pois, ainda que criticado, ele tinha sob certas circunstâncias sua importância. De acordo com Foucault o hospital reforçou aquilo que ele chamou de uma vigilância contínua.

o hospital deve ter lugar nessa configuração em que as instâncias médicas são múltiplas para melhor assegurar uma vigilância contínua. Ele é necessário para os doentes sem família: mas é necessário também nos casos contagiosos, e para as doenças difíceis, complexas, 'extraordinárias', a que a medicina, em sua forma cotidiana, não pode fazer frente. [...]. O hospital que em sua forma mais geral só traz os estigmas da miséria, aparece no nível local como indispensável medida de proteção. Proteção das pessoas sadias contra a doença; proteção dos doentes contra as práticas das pessoas ignorantes; [...]; proteção dos doentes uns com relação aos outros (2008a, p. 44-45).

O hospital tal como a rede de olhares do médico sob a sociedade se completam em uma vigilância contínua. O médico que se encontra nos lares dos doentes, dos pobres doentes deveria se tornar o vigilante da saúde e moral pública. Ao pobre que não tivesse lar viria o hospital em seu auxílio. Contudo, o hospital ia além. Sua função era de proteção das pessoas sadias contra as doentes; de parar as doenças contagiosas. Já no âmbito da década de 1970, mais precisamente nos anos de 1974 e 1976, respectivamente "O nascimento do hospital" (2004b) e "A política da saúde no século XVIII" (2004d) tem-se uma retomada desse tema. Sob uma nova reorganização arquitetural, espacial e funcional o hospital tornou-se uma "máquina de curar". Até meados do século XVIII ele era um lugar de assistência, de repressão social e punição, a exemplo do Hospital Geral, mas, doravante e gradualmente, medicina e hospital se identificam: há um hospital medicalizado e uma medicina hospitalar.

*

Da medicina classificatória e a ínfima importância que o corpo nela teve passamos às considerações acerca do hospital. E, como vimos, não de uma forma abrupta. Doravante passar-se-á à medicina anátomo-clínica e ao corpo, e veremos que em tal tipo de medicina o corpo passou a ter um lugar ímpar.

1.3.3 Medicina Anátomo-Clínica, Doença e Corpo

Na medicina clássica o corpo não era privilegiado, pois era visto como acidente e, de certa forma, obstáculo ao olhar médico que procurava ao modo da história natural classificar as doenças em espécies, independente do corpo doente. Essa medicina constituía um quadro nosográfico no qual o doente era irrelevante: “é preciso que quem descreve uma doença tenha o cuidado de distribuir os sintomas que a acompanham necessariamente, e que lhes são próprios, dos que são apenas acidentais e fortuitos, como os que dependem do temperamento e da idade do doente” (SYDENHAM *apud* FOUCAULT, 2008a, p. 7).

No decorrer de seu livro sobre a clínica, nosso filósofo descreveu as condições de possibilidade de sua emergência em fins do século XVIII em oposição à medicina classificatória. Há nesta obra aquilo que podemos chamar de uma contratese: de acordo com a história escrita até meados dos anos de 1960, sempre se afirmou que o nascimento da medicina moderna havia sido marcado pelo abandono da teoria e da filosofia em favor da observação e da empiria. Ou seja, narrava-se até então uma história na qual a medicina moderna tornava-se finalmente científica por abandonar uma linguagem imprecisa e qualitativa em favor de uma linguagem científica fundada em uma percepção acurada. Foucault diante disso afirmou:

de fato, esse presumido empirismo repousa não em uma redescoberta dos valores absolutos do visível, nem no resolutivo abandono dos sistemas e de suas quimeras, mas em uma reorganização do espaço manifesto e secreto que se abriu quando um olhar milenar se deteve no sofrimento dos homens. O rejuvenescimento da percepção médica, a iluminação viva das cores e das coisas sob o olhar dos primeiros clínicos não é, entretanto, um mito; no início do século XIX, os médicos descreveram o que, durante séculos, permanecera abaixo do limiar do visível e do enunciável. Isso não significa que, depois de especular durante muito tempo, eles tenham recomeçado a perceber ou a escutar mais

a razão do que a imaginação; mas que a relação entre o visível e o invisível, necessária a todo saber concreto, mudou de estrutura e fez aparecer sob o olhar e na linguagem o que se encontrava aquém e além de seu domínio. Entre as palavras e as coisas estabeleceu uma nova aliança fazendo *ver* e *dizer*, [...] (2008a, p. VIII-IX).

Assim, a medicina moderna teria um caráter empírico, mas não por mudança de uma linguagem qualitativa para uma quantitativa, e não por um abandono da imaginação e uso cada vez maior da razão. O que ocorreu foi antes uma transformação mais “profunda”, “uma nova aliança entre ver e dizer”. “O espaço da experiência parece identificar-se com o domínio do olhar atento, dessa vigilância empírica aberta apenas à evidência dos conteúdos visíveis” (FOUCAULT, 2008a, p. X). Este é o momento da clínica²³.

Machado (2006, p. 88) também afirmou que a ruptura entre a medicina das espécies e a medicina do século XIX não foi uma simples redescoberta do visível, a transformação é de outra ordem: “no nível do objeto, a ruptura que inaugura a medicina moderna é o recorte de um novo domínio, a demarcação de um novo espaço: a passagem de um espaço da representação, ideal, taxonômico, superficial, para um espaço objetivo, real, profundo”. Isto significa que se passou do quadro nosográfico ao corpo doente; do conhecimento como representação ao conhecimento como conhecimento de um objeto empírico.

Na esteira dessas transformações, já no início do século XIX, Bichat exortava: “abram alguns cadáveres: logo verão desaparecer a obscuridade que apenas a observação não pudera dissipar” (BICHAT, *apud* FOUCAULT, 2008a, p. 162). Vimos que durante quase dois séculos a doença não se identificou com o espaço corporal. A partir de Bichat as coisas mudariam, o qual retomou as lições de Morgagni sobre anatomia²⁴. Da medicina classificatória à medicina anátomo-clínica, passou-se de um olhar de superfície a um olhar de profundidade. Foi a conjugação da clínica com a anatomia patológica que possibilitou a partir de então que a medicina considerasse o corpo em sua profundidade, como lugar de localização da doença.

23 Discorrer sobre a historicidade da clínica talvez possa ser desnecessário aos nossos propósitos. Somente vale lembrar que na investigação empreendida por Foucault temos durante o século XVIII uma protoclinica; em fins do mesmo século a clínica; e no início do XIX a anátomo-clínica, a qual resultou da união entre a clínica e a anatomia patológica.

24 Ainda que alterando-as, pois passou-se dos órgãos para os tecidos. De acordo com Machado: “enquanto o princípio básico da anatomia de Morgagni é a diversificação das doenças segundo os órgãos atingidos, o princípio básico da anatomia de Bichat é o isomorfismo dos tecidos” (MACHADO, 2006, p. 96).

Assim, “na experiência anátomo-clínica, o olho médico deve ver o mal se expor e dispor diante dele à medida que penetra no corpo, avança por entre seus volumes, contorna ou levanta as massas e desce em sua profundidade” (FOUCAULT, 2008a, p. 150).

O conhecimento do corpo morto, a dissecação do cadáver na articulação com a clínica possibilitou à medicina uma nova maneira de ver e dizer, uma nova verbalização e espacialização da doença. Portanto, o cadáver e a morte serviram ao conhecimento do corpo vivo e da doença. O conhecimento acerca do corpo do indivíduo vivo passou pela dissecação do corpo morto. A clínica tornou possível à autopsia e à anatomia patológica diminuir o tempo entre a morte e a abertura do cadáver. E por todas essas implicações o corpo, vivo ou morto, adquiriu novos contornos no campo do saber médico: daquilo que era ignorado e evitado a algo central nas investigações médicas acerca das doenças.

Por fim, vale dizer que a clínica “[...] levantou a velha proibição aristotélica; poder-se-á, finalmente, pronunciar sobre o indivíduo um discurso de estrutura científica” (FOUCAULT, 2008a, p. XIII). Ora, ver-se-á no capítulo II que o indivíduo moderno é o produto da imbricação poder-saber: ele é o efeito de procedimentos e técnicas de poder-saber. Aqui, contudo, Foucault ainda não havia assumido esta perspectiva, ou seja, não pensava o indivíduo como aquilo que é constituído, mas como algo sobre o qual se constitui o saber médico moderno.

*

De forma indireta encontramos em NC o tema poder-corpo. Vejamos: Foucault analisou os discursos do saber médico dos séculos XVIII e XIX para descrever a ruptura entre a medicina clássica e moderna, ou seja, entre a medicina classificatória e a medicina anátomo-clínica. Foi nesse contexto de análise que se pôde observar referências ao corpo. Na medicina classificatória sua importância era ínfima. O médico deveria identificar a doença a partir dos sintomas e não através do corpo doente. O corpo nessa circunstância era apenas uma superfície sob a qual o médico observava e descrevia a doença. Contudo, na anátomo-clínica o corpo doente passou a ter um lugar de importância, não somente a superfície, mas a profundidade do corpo passou a ser privilegiada com Bichat.

O tema do poder apareceu quando Foucault estudou o lugar que o hospital teve nesse contexto. O hospital foi criticado como lugar de assistência e, assim, reorganizado. A assistência, por sua vez, deveria se dar, sobretudo, a

domicílio; e foi nesta circunstância que a atividade médica se pôs ao lado do poder: ele, o médico, deveria ser o vigilante da saúde e da moral pública. Entretanto, nas partes em que Foucault discorreu sobre as funções do médico e do hospital em fins do século XVIII não se encontra, tal como na HL, a noção de repressão. Se identificamos a recorrência do tema do poder em NC foi a partir de outra noção: a de vigilância, a qual vem vinculada a de olho e rede. A atividade médica mais o hospital cumpriram a função de estabelecer uma rede de vigilância sobre o espaço social.

Em HL a repressão apareceu no âmbito dos estudos sobre o internamento geral da Idade Clássica e sobre o asilo no século XIX. Desse modo, em ambos os casos, seja como medida de assistência e punição (internamento geral), seja como possibilidade de cura (asilo – internamento específico), Foucault identificou tais ações como repressão que se exercia sobre os desraizados ou sobre o louco. Encontra-se em ambos os casos uma perspectiva sobre o poder que é da ordem do proibir, fazer parar, excluir, a qual foi problematizada por Foucault na década de 1970, repensada e rearticulada. Contudo, já em o NC, ou seja, ainda em 1963, dois anos após a publicação de HL, a noção de repressão saiu de cena. O que apareceu foi vigilância, rede, olhar. E foram elas – vigilância, olhar - que foram retomadas posteriormente quando Foucault na década de 1970 empreendeu uma investigação sobre a dinâmica e os procedimentos de poder que se exerciam sobre o corpo nas sociedades ocidentais. Daí nasceu a temática da disciplina. Nota-se com isto que aqueles componentes próprios à disciplina já estavam presentes nos estudos de Foucault da década de 1960, ainda que sobre eles Foucault não houvesse afirmado uma positividade, uma produtividade, tal como posteriormente afirmou, sobretudo, em PP e VP. Desse modo nosso retorno aos textos da década de 1960 se justifica, na medida em que é comum quando se trata de estudar o binômio poder-corpo em Foucault de se usar somente os dos anos de 1970. Para usar uma expressão cara a Foucault, nosso retorno mostrou as “condições de possibilidade” do nascimento da articulação precisa entre poder e corpo no âmbito de sua genealogia do poder.

Doravante passar-se-á ao estudo de um texto que nos indica a importância, ainda que pequena, do corpo no pensamento foucaultiano já nos anos de 1960, embora a perspectiva de abordagem seja diferente da posteriormente realizada. Trata-se de uma conferência de 1966.

1.4 UMA CONFERÊNCIA DE 1966 - “O CORPO UTÓPICO”

Em uma conferência de 1966 Foucault discorreu sobre o corpo, cujo título é: “O corpo utópico”²⁵. Curta, pois pensada para ser proferida em uma emissora de rádio, contudo, como veremos, rica.

Sabe-se hoje que Foucault produziu inúmeros textos sob diversas circunstâncias, os quais em sua maioria atualmente se encontram reunidos nos chamados DE²⁶. Encontram-se aí entrevistas, conferências, introduções, comentários acerca de literatura, artes plásticas, cinema, e também sobre livros de outros filósofos, enfim, um riquíssimo material a partir do qual podemos compreender melhor o pensamento do filósofo francês.

Contudo, esse pequeno texto sobre o corpo não se encontra nos volumes dos DE. Ele foi publicado recentemente no Brasil, juntamente com outro texto. Este último já conhecido do público brasileiro: “As heterotopias” ou “Outros espaços”²⁷. É provável que a ideia de publicá-los em um mesmo livro tenha nascido da temática que subjaz aos dois: o espaço, o lugar. Mas a nós importa, em especial, o primeiro que trata do corpo.

Poderiam objetar: “por que em meio aos livros e outros textos de maior importância, se ocupar de um simples texto que nem foi publicado em vida por Foucault?”. “Ora”, poderíamos responder: “se paramos para estudar tal texto, ainda que aparentemente sem muita relevância, é em vista de nosso tema e problema”.

Até aqui encontramos o corpo estudado por Foucault em NC, o qual foi tratado como um objeto secundário, que subjaz aquilo que o filósofo realmente estava preocupado ali: medicina e doença. Aqui por outro lado é o próprio corpo que está em foco.

E qual problema apresentaria esse texto? Seria este: qual a relação do corpo com a utopia? Ele é o contrário de uma utopia? A primeira vista tudo indica que sim. Mas, não: o corpo é uma utopia. Vamos ao texto, e vejamos o que podemos extrair dele para elucidar esta tese.

²⁵ Em 1966 o corpo é pensado a partir do tema proposto a Foucault, “Utopia e literatura”. E só posteriormente, na década de 1970, que o corpo estará atrelado ao poder.

²⁶ Ditos e escritos. A primeira edição francesa em quatro volumes é de 1994 e reúne os mais variados tipos de textos de entre 1954-1988. Os quais foram organizados em ordem cronológica. E no Brasil já temos a tradução desses volumes, contudo, organizada tematicamente.

²⁷ Ver: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*: estética: literatura e pintura, música e cinema. Vol. III. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b.

Foucault o inicia afirmando que o corpo é o contrário de uma utopia. Ou seja, que o corpo é um lugar, enquanto a utopia seria um não-lugar, ou se se aceitar o paradoxo, poder-se-ia dizer: a utopia é um lugar sem lugar. O corpo, por sua vez, talvez seja um lugar no qual se está irremediavelmente preso; como parece indicar o texto:

Posso até ir ao fim do mundo, posso, de manhã, sob as cobertas, encolher-me, fazer-me tão pequeno quanto possível, posso deixar-me derreter na praia, sob o sol, e ele estará sempre comigo onde eu estiver. Está aqui, irremediavelmente, jamais em outro lugar. *Meu corpo é o contrário de uma utopia*, é o que jamais se encontra sob outro céu, lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o qual, no sentido estrito, faço corpo (FOUCAULT, 2013, p. 7; itálicos nossos).

Aquilo que sou e faço parece ser inseparável do meu corpo. Pois, ainda que possamos fazer muitas coisas como Foucault indicou acima, - esconder-se, encolher-se, deitar-se - estarei sempre preso a ele; pois, é com ele, por via dele que só poderei fazer. O que implica em dizer que uma utopia deve ser considerada o seu contrário? Se sim. Por quê? Em que medida Foucault pôs corpo e utopia lado a lado para opô-los? Na medida em que ele parece pensar o corpo como lugar e utopia como não-lugar. Vejamos:

A que se deve o prestígio da utopia, a beleza, o deslumbramento da utopia? A utopia é um lugar fora de todos os lugares, mas um lugar onde terei um corpo *sem corpo*, um corpo que seria belo, límpido, transparente, luminoso, veloz, colossal na sua potência, infinito na duração, solto, invisível, protegido, sempre transfigurado; pode bem ser que a utopia primeira, a mais inextirpável no coração dos homens, consista precisamente na utopia de um corpo incorporal (FOUCAULT, 2013, p. 8).

Temos, portanto: corpo e utopia; lugar e não-lugar; aquilo que nos prende; e aquilo que nos propiciaria a fantasia de um corpo incorpóreo, um corpo invisível, imaterial. Um corpo no qual talvez nos encontrássemos menos amarrados, o qual fosse mais flexível e que, assim, também nem mesmo fosse um corpo. Ainda, para além da utopia enquanto um lugar mágico, o qual está próximo de um país de Alice que Lewis Carrol criou, temos, de acordo com Foucault, mais duas formas utópicas de nos livrarmos do corpo, duas formas de apagarmos esse lugar ao qual estamos presos. Ambas há muito já conhecidas de todos: o país dos mortos, que

“[...] são as grandes cidades utópicas que nos foram deixadas pela civilização egípcia” (FOUCAULT, 2013, p. 8), e a alma. Esta última conhecida das religiões e das filosofias, ainda que sob significados diferentes. O corpo é impuro, lugar do erro; a alma pura, lugar do conhecimento. A alma deve apagar o corpo, ou ao menos pô-lo de lado, do contrário permaneceremos no plano do sensível e do devir, portanto, no plano das opiniões e sem acesso a verdade que somente a alma pode alcançar²⁸. Foucault (Cf. 2009) voltou ao tema da alma em contraposição ao corpo no primeiro capítulo de VP, invertendo a proposição tradicional acerca do tema. De acordo com nosso filósofo: “a alma, prisão do corpo”. Em VP trata-se de tal problema: o que se tem é a ideia de uma produção da “subjetividade” ou “consciência” que delimita e define os modos de ser de um indivíduo. Esta produção estaria atrelada sobretudo aos saberes de radical *psi*: psicologia, psiquiatria

Por sua vez a utopia, de acordo com Foucault, enquanto lugar mágico, ou o além túmulo, ou ainda a alma, é aqui a expressão de uma recusa obstinada do corpo. Entre essas, a mais forte forma utópica de apagar o corpo seria a última. Em muitas religiões – cristianismo, por exemplo - ela é aquilo que desde sempre deve ser cuidado e salvo; aquilo que sobrevive à morte do corpo. Na filosofia, desde a Antiguidade – Platão, por exemplo - o corpo parece ser simples acidente, ou um cárcere do qual é preciso se libertar²⁹. Em ambos os casos a alma é sempre mais importante que o corpo, a qual em um dado momento deve prevalecer sobre ele.

Mas seria assim simples: o próprio corpo não conteria lugares sem-lugar? “Minha cabeça, por exemplo, ah minha cabeça: estranha caverna aberta para o mundo exterior por duas janelas, duas aberturas, sei disso, pois as vejo no espelho” (FOUCAULT, 2013, p. 10). A partir daqui encontramos o ponto de inflexão no texto de Foucault. Se até aqui ele afirmou que o corpo é o contrário de uma utopia e argumentou para justificar isso. Doravante, ele pergunta, mas não seria o próprio corpo uma utopia? Como veremos, o corpo parece ser antes utópico que não utópico. Ou talvez encerre as duas possibilidades: utopia e não utopia. Para esse ponto há uma passagem a qual é de extrema importância, na qual Foucault disse:

²⁸ Esse argumento, no âmbito da Filosofia, a favor da alma em detrimento do corpo, nos remete a tradição que vai de Parmênides a Descartes, passando por Platão. Em Platão: o corpo, prisão da alma.

²⁹ Acerca do tema alma e corpo na filosofia ver tópicos 2a e 2b do texto de Orlandi: “Corporeidades em minidesfile” (Cf. ORLANDI,2004).

Corpo incompreensível, corpo penetrável e opaco, corpo aberto e fechado: *corpo utópico*. Corpo absolutamente visível, em um sentido: sei muito bem o que é ser olhado por alguém da cabeça aos pés, sei o que é ser espiado por trás, vigiado por cima do ombro, surpreso quando percebo isso, sei o que é estar nu; *no entanto*, este mesmo corpo que é tão visível, é afastado, captado por uma espécie de invisibilidade da qual jamais posso desvencilhá-lo. Este meu crânio, atrás do meu crânio, que posso tocar com meus dedos, mas nunca ver; [...]. O corpo, fantasma que só aparece na miragem dos espelhos e, ainda assim, de maneira fragmentária. Preciso, verdadeiramente, dos gênios e das fadas, da morte e da alma, para ser ao mesmo tempo indissociavelmente visível e invisível? [...]

Não, verdadeiramente, não há necessidade da mágica nem do feérico, não há necessidade de uma alma nem de uma morte para que eu seja ao mesmo tempo opaco e transparente, visível e invisível, vida e coisa. *Para que eu seja utopia, basta que seja um corpo* (2013, p. 10-11; itálicos nossos).

Ou seja, as utopias não são o contrário do corpo. O próprio corpo encerraria as possíveis utopias por sua disposição anatômica: costas e nuca que não vejo de imediato. Ele pode ser visível e invisível; opaco e transparente. Assim, ele seria fonte primeira de todas as demais formas de utopia. Ainda que depois elas pareçam se voltar contra ele para apagá-lo como vimos acima, nos casos do lugar mágico, país dos mortos, e da alma.

Ora, diante disto, pode-se perguntar: como não nos perdermos de uma vez por todas? Como diante dessa potência utópica que é o corpo, ainda sabemos que temos um corpo, e que cá estamos? A resposta, segundo Foucault, seria: “[..], graças ao espelho e ao cadáver, é que nosso corpo não é pura e simples utopia” (FOUCAULT, 2013, p. 15). O espelho e o cadáver servem como meios de sempre nos trazer de volta, ou de nos por sempre aqui no corpo-lugar. É por eles que descobrimos nossos corpos; ambos nos ensinam que temos um corpo. Pois,

As crianças, afinal, levam muito tempo para saber que têm um corpo. Durante meses, durante mais de um ano, elas têm apenas um corpo disperso, membros, cavidades, orifícios, e tudo isso só se organiza, tudo isso literalmente toma corpo somente na imagem do espelho. De modo mais estranho ainda, os gregos de Homero não tinham uma palavra para designar a unidade do corpo. Por paradoxal que seja, diante de Tróia, abaixo dos muros defendidos por Heitor e seus companheiros, não havia corpos, mas braços erguidos, peitos intrépidos, pernas ágeis, capacetes cintilantes em cima de cabeças: não havia corpo. A palavra grega para dizer corpo só aparece em Homero para designar cadáver. É o cadáver, portanto, o cadáver e o espelho que nos ensinam (enfim, ensinaram aos gregos e agora ensinam às crianças) que temos um corpo, que este corpo tem uma forma, que esta forma tem um contorno, que no contorno há uma espessura, um peso; em suma, que o corpo ocupa um lugar (FOUCAULT, 2013, p. 15).

A imagem do espelho ensinando às crianças que elas têm um corpo, e o cadáver, o corpo morto, inerte, ensinava aos gregos da antiguidade. Temos com eles dois exemplos de como historicamente pode-se combater a permanente tentação do corpo utópico. E se a isso dissessem: “o espelho e o cadáver também são *outros lugares*. Porque o espelho traz uma imagem do meu corpo e não ele mesmo. E jamais poderei estar ali onde se encontrara o meu cadáver”. Ao que Foucault responderia: “[...] descobrimos então que unicamente as utopias podem fazer refluir nelas mesmas e esconder por um instante a utopia profunda e soberana de nosso corpo” (FOUCAULT, 2013 p. 15-16). Mas, haveria uma forma exemplar de acabar, ainda que momentaneamente, com o corpo utópico; um modo de se aniquilar esse “impulso” à utopia. Qual seria esse meio? O amor, ou, como afirmou Foucault, fazer amor. Ora, se o espelho e o cadáver, ainda que também utopias, servem para nos ensinar que há um corpo; por que o amor seria um meio mais eficaz para esse fim? Talvez porque nesse último caso entre em cena de forma evidente um elemento importante. Vejamos:

Seria talvez necessário dizer também que fazer amor é sentir o corpo refluir sobre si, é existir, enfim, fora de toda utopia, com toda densidade, entre as mãos do outro. Sob os dedos do outro que nos percorrem, todas as partes invisíveis de nosso corpo põem-se a existir, contra os lábios do outro os nossos se tornam sensíveis, diante de *seus* olhos semicerrados, nosso rosto adquire uma certeza, existe um olhar, enfim, para ver nossas pálpebras fechadas. O amor, também ele, como o espelho e como a morte, sereniza a utopia de nosso corpo, silencia-a, acalma-a, fecha-a como se numa caixa, tranca-a e a sela. É por isso que ele é parente tão próximo da ilusão do espelho e da ameaça da morte; e se, apesar dessas duas figuras perigosas que o cercam, amamos tanto fazer amor, é porque no amor o corpo está *aqui* (FOUCAULT. 2013, p. 16).

Dissemos acima que diante do espelho e do cadáver, ainda que ambos nos ensinem que temos um corpo, estamos ainda frente à utopias, pois nós não nos encontramos nem em um nem em outro. O primeiro é imagem em um espaço inacessível; o segundo é morte, e assim ausência. Contudo, diante dessa utopia quase incontornável que é o corpo, nos restaria um único e último meio através do qual ele se acalmaria: o corpo está aqui, é através do amor que isso ocorreria, disse Foucault. Por quê? Talvez porque nesse último caso a presença do *outro* corpo diante de seu corpo, assegure o lugar do corpo aqui e agora. Parece ser

isto que Foucault indicou: “Sob os dedos do outro que nos percorrem, todas as partes invisíveis de nosso corpo põem-se a existir, [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 16). A presença do outro, a intensidade desse encontro durante o entrelaçamento dos corpos seria fundamental para apagar todas as utopias – isso parece certo na medida em que o pronome *seus* aparece em destaque no trecho acima citado. Contudo, poderiam dizer: mas, diante do cadáver do outro não se teria o mesmo efeito? Provavelmente não, porque no caso do cadáver o que temos é a inércia do outro. E o que Foucault parece indicar com fazer amor é que através desse encontro entre os corpos o importante é a presença do outro que lhe toca, lhe beija e lhe vê; é só assim, de acordo com Foucault, que o corpo está aqui, e não em outro lugar.

*

O título, “o corpo utópico”, é curioso. Pois, de saída poderia se perguntar: qual a relação entre corpo e utopia? A princípio como vimos poderia se pensar que o corpo é o contrário de uma utopia, pois, ele é o lugar absoluto ao qual estaríamos presos, e uma utopia seria um não lugar. Porém, Foucault mostrou, que o próprio corpo encerra utopias: “Enganara-me, há pouco, ao dizer que as utopias eram voltadas contra o corpo e destinadas a apagá-lo: elas nascem do próprio corpo e, em seguida, talvez, retornem contra ele” (FOUCAULT, 2013, p. 11). Um exemplo? De acordo com Foucault uma das utopias mais velhas na qual o corpo é o ator principal é a lenda dos corpos imensos. É a lenda dos gigantes que se conta na Europa, Ásia, África. Ora, se o corpo e as utopias se põem lado a lado, ele como o próprio ponto de origem e de aplicação delas, como sabemos que temos um corpo? Que estamos aqui com ele? O espelho, o cadáver e o fazer amor seriam as vias pelas quais poderíamos acalmar a utopia de nossos corpos, sobretudo através da última forma, através do entrelaçamento dos corpos no sexo, no amor.

Com a análise de tal conferência verificamos que o corpo na arqueologia recebeu ao menos um tratamento mais detido. Mas, vale destacar, que ele é pensado não ao lado do poder, corpo e poder não foram articulados aqui. Portanto, tal forma de pensar o corpo que se encontra nessa conferência de 1966 passará por uma transformação radical a partir de 1973. Não mais o corpo utópico, mas o corpo disciplinado.

*

O que buscamos com este capítulo foi compreender em que medida poder e corpo apareceram na arqueologia, em quais textos e com quais

características e significados; procurou-se de certa forma caracterizar a sua gênese nas pesquisas foucaultianas: como apareceu? qual sua importância? E, embora ele já estivesse presente, foi somente em textos como NGH³⁰ (1971) ou VFJ³¹ (1973), como veremos, que ele tomou a cena. Por que esta virada? Quais os motivos?

³⁰ Nietzsche, a genealogia e a história.

³¹ A verdade e as formas jurídicas.

CAPÍTULO II

DISCIPLINA E CORPO

Este capítulo é dedicado ao estudo do poder e do corpo na década de 1970. Nele encontra-se uma abordagem menos linear dos textos, pois é possível cruzá-los com uma maior facilidade na medida em que o tema estudado por nós é amplamente investigado por Foucault nestes anos. Nesse capítulo trata-se de compreender as possíveis transformações dos conceitos de poder e corpo, e a partir disso demarcar-se-á as possíveis permanências e mudanças no pensamento de Foucault no que se refere a este tema.

2.1 DOIS MODELOS DE EXERCÍCIO DO PODER: EXCLUSÃO DO LEPROSO E INCLUSÃO DO PESTÍFERO

Em AN³² Foucault dedicou parte de uma aula a discutir os pressupostos de uma possível “teoria do poder”. Com isto ele procurava se posicionar no campo das pesquisas que se ocupavam de tal tema.

De acordo com ele muitas análises supunham que a função principal do poder seria a de reprimir, ou seja, a noção fundamental desses estudos seria a repressão: o exercício do poder implicaria em fazer parar, limitar, proibir, excluir. Contudo, Foucault buscava pensá-lo de outro modo, importava pensar não somente seu caráter negativo, mas também, e sobretudo, sua face positiva. O problema era: não que a noção de repressão não tivesse sido válida. Sim, ela fora válida e importante para muitos estudos, tal como para o estudo do grande internamento de início do século XVII feito por ele mesmo em HL. Mas, para se estudar a forma como o poder passou a ser exercido a partir de meados do século XVIII essa concepção já não seria de muita relevância. Vale destacar, portanto, que o Foucault genealogista cria uma leitura própria sobre o poder, na medida em que na arqueologia prevalecia uma concepção mais ortodoxa do poder, que o associava à repressão. Neste sentido, sua leitura genealógica se opõe à arqueológica.

Temos, portanto, de acordo com Foucault dois modelos de exercício do poder fundamentais na história do Ocidente: um comportaria um caráter negativo:

³² Aula de 15 de janeiro de 1975, sobretudo das páginas 36 a 45.

reprimir, excluir; o outro, um caráter positivo: fixar; incluir. Vejamos o próprio Foucault: “parece-me que, no fundo, no que diz respeito ao *controle do indivíduo*, o Ocidente só teve dois grandes modelos: um é o da *exclusão do leproso*; o outro é o modelo da *inclusão do pestífero*” (FOUCAULT, 2011, p. 38; itálicos nossos).

O modelo da exclusão do leproso foi ativo desde a Idade Média até meados do século XVII. O leproso era excluído, rejeitado, posto para fora dos muros da cidade. Tinha-se um corte, uma ruptura entre o leproso e o não leproso, assim demarcava-se o limite entre dois mundos³³. Sobre isto Foucault afirmou que “em suma, eram de fato práticas de exclusão, práticas de rejeição, práticas de ‘marginalização’, como diríamos hoje. Ora, é sob essa forma que se descreve, e a meu ver ainda hoje, a maneira como o poder se exerce sobre os loucos, sobre os doentes, sobre os criminosos, [...]” (FOUCAULT, 2011, p. 37). Ao que o filósofo de Poitiers objetou: não. Para ele, tal modelo teve seu tempo, teve sua importância, e se hoje se procura compreender como e que tipo de poder se exerce sobre os indivíduos deve-se recorrer a outro modelo, pois, não basta aplicar sempre o mesmo modelo, uma espécie de modelo teórico; sempre a mesma concepção de poder enquanto repressão a todo tempo e lugar. Deve-se diagnosticar que tipo de poder se exerce em tal momento³⁴.

Ora, para Foucault desde o século XVIII um poder produtivo passou a existir, ou, melhor, foi reativado³⁵. O modelo, portanto, não era mais a exclusão do leproso, mas a inclusão do pestífero. Se no primeiro modelo o procedimento é de repressão, já no segundo o procedimento tem por objetivo a “produção”. Para descrever este modelo Foucault recorreu à cidade pestilenta que instituiu a quarentena. Mas, o que era isto, a quarentena? Era uma medida de combate à peste que fazia parar a cidade. A qual era dividida em setores a serem vigiados. Em uma vigilância que se pretendia ininterrupta. Dividia-se a cidade em bairros, os

³³ No início de nosso primeiro capítulo é apresentado esse modelo de forma mais detalhada, a partir de uma análise de HL.

³⁴ É provável que esta passagem seja muito esclarecedora: “Acho, continuo achando, que essa prática ou esse modelo da exclusão do leproso foi um modelo historicamente ativo, ainda bem tarde na nossa sociedade. Em todo caso, quando, em meados do século XVII, deu-se início à grande caça aos mendigos, aos vagabundos, aos ociosos, aos libertinos, etc., e sancionou-se, seja pela rejeição para fora das cidades de toda essa população flutuante, seja por seu internamento nos hospitais gerais – acho que ainda era a exclusão do leproso, ou esse modelo, que era politicamente ativado pela administração real. Em compensação, existe outro modelo de controle que me parece ter tido uma fortuna histórica muito maior e muito mais duradora” (FOUCAULT, 2011, p. 38).

³⁵ Foucault não fez muitas explicações acerca desta reativação do modelo da peste no século XVIII. Pensamos que ele pressupôs que o leitor conhecesse a história da peste, a qual eclodiu na Europa por volta do século XIV.

bairros em quarteirões e os quarteirões em ruas. Em cada rua um vigia, em cada quarteirão um inspetor e em cada bairro também um inspetor, por fim, um governador era responsável pela cidade. Havia, portanto, uma pirâmide hierárquica a qual possibilitava uma vigilância contínua. A partir daí uma análise pormenorizada era exercida sobre os habitantes da cidade. Tudo deveria ser observado e registrado. De que modo? Todo dia, duas vezes, era feita uma chamada em cada casa para verificar se entre os moradores tinha alguém doente. Da vigilância e controle dos moradores constituía-se um registro na administração central da cidade. Produzia-se desse modo um certo saber sobre a população de tal cidade em estado de quarentena. Verifica-se aí o caráter positivo e produtivo desse modelo de poder; e a imbricação entre poder e saber. Portanto, é possível notarmos a diferença entre os dois modelos, pois

enquanto a lepra pede distância, a peste implica uma espécie de aproximação cada vez mais sutil do poder aos indivíduos, uma observação cada vez mais constante, cada vez mais insistente. Não se trata tampouco de uma espécie de grande rito de purificação, como na lepra; trata-se, no caso da peste, de uma tentativa de maximizar a saúde, a vida, a longevidade, a força dos indivíduos (FOUCAULT, 2011, p. 40).

Trata-se de acordo com Foucault de uma substituição que se tornou cada vez mais certa a partir do século XVIII, e uma das mais importantes invenções desse século. Um acontecimento fundamental no campo do controle político. De uma reação negativa, de uma forma negativa de poder, passou-se a uma forma positiva de poder. Isto é: “a reação à peste é uma reação positiva; é uma reação de inclusão, de observação, de formação de saber, de multiplicação dos efeitos de poder a partir do acúmulo da observação e do saber” (FOUCAULT, 2011, p. 41). Este é o modelo de exercício do poder que prevaleceu no Ocidente? Com base nesta aula podemos dizer que sim.

No entanto, vale perguntar: a substituição do modelo da lepra pelo da peste põe o primeiro em desuso? Em AN, na aula de 15 de janeiro, isso talvez não tenha ficado muito claro. Há aí a afirmação de substituição de um pelo outro, como nesta passagem: “a peste substitui a lepra como modelo de controle político, e é essa uma das grandes invenções do século XVIII, ou em todo caso da Idade Clássica e da monarquia administrativa” (FOUCAULT, 2011, p. 41). Ora, a noção de

substituição nos faz pensar em um provável desuso do modelo da lepra. Pois, o que é substituir? Nada mais do que trocar uma coisa por outra.

Mas, a posição de Foucault sobre o assunto não para aí. Em VP³⁶ temos a afirmação de que os dois modelos não são incompatíveis. Isto é, não há uma substituição, mas um encontro entre os dois modelos; uma aproximação. E no limite, talvez, uma preponderância da peste sobre a lepra. Afirmou Foucault:

[...] é próprio do século XIX ter aplicado ao espaço de exclusão de que o leproso era o habitante simbólico (e os mendigos, os vagabundos, os loucos, os violentos formavam a população real) a técnica de poder própria ao 'quadriculamento' disciplinar. Tratar os 'leprosos' como 'pestilentos', projetar recortes finos da disciplina sobre o espaço confuso do internamento, trabalhá-lo com os métodos de repartição analítica do poder, individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar exclusões – [...], de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcionaram num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc.) (2009, p. 189).

Assim, em VP vemos o modelo da peste no campo da lepra, o que indica um jogo entre ambos os modelos. Mas, tal aproximação implicaria a permanência da função de repressão própria ao modelo da exclusão do leproso? Parece que não: se há divisão binária e marcação (próprio ao modelo da lepra) é para melhor exercer a individualização; é para melhor conhecer.

Esta parece ser, em última instância, a posição defendida por Foucault: a não incompatibilidade entre os dois modelos. Não houve desse modo a saída por completo do modelo da lepra das relações de poder que se estabeleceram a partir do século XVIII. O que tivemos foi provavelmente uma transformação dele nesse jogo com o modelo da peste, na medida em que é uma positividade que se observa no exercício do poder quando se estuda as formas de controle do indivíduo a partir do século XVIII. Foi essa a concepção que Foucault utilizou em suas

³⁶ Livro concluído em 26 de agosto de 1974, e publicado dia 25 de fevereiro de 1975. Ou seja, seu término antecede cronologicamente o curso AN de 1975 (Cf. DEFERT, 1999, p. 40-41). Vale lembrar: ainda que cronologicamente AN seja posterior VP, é ele um curso e que como tal tem suas limitações, suas oscilações, seus titubeios e, neste caso os livros são mais consistentes e elaborados. Outro elemento que pode ser considerado é que Foucault parece se negar às soluções "simples e unas" de que há apenas um único motivo ou causa.

pesquisas sobre o Panóptico³⁷ o qual seria o exemplo paradigmático da disciplina.

A partir daqui, demarcada a posição do Foucault genealogista sobre o poder, vamos apresentar o itinerário para tal chegada, procurar traçar a trajetória desta concepção de poder e em que medida tal concepção agregou em si o corpo.

2.2 GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE AS PRISÕES E O TEMA DO PODER

Na primeira metade da década de 1970 Foucault estudou em especial temas como: poder, prisão, poder-saber, panoptismo e disciplina. E também participou do Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP). Haveria assim relação entre pesquisas e militância? Pensamos que sim, mas, uma relação não causal, a qual seria talvez de via dupla e de incitação mútua³⁸.

O GIP nasceu com o objetivo de propiciar a circulação de informações sobre as prisões. Procurou-se oferecer aos prisioneiros, através de questionários e publicação dos mesmos, os meios através dos quais eles poderiam falar. Ou de forma mais radical: o grupo acreditava que era preciso incitar a falar, não só os prisioneiros, mas todos aqueles que tinham uma experiência sobre a prisão: ex-detentos, familiares, guardas. Não importava ao GIP falar por eles ou torná-los conscientes, pois o GIP acreditava que os detentos eram conscientes de suas condições mais que qualquer intelectual. Não cabia mais ao intelectual tomar a palavra, fazer-se consciência, fazer-se representante. Ademais todos aqueles que lutavam deveriam estar no mesmo nível. Com tais atividades também buscou-se formar uma saber coletivo que serviria como contra-discurso e contra-poder diante da prisão. Vejamos o que o grupo disse a este respeito: “nossa inquirição não foi feita para acumular conhecimentos, mas para aumentar nossa intolerância e fazer

³⁷ “Em sua totalidade, a disciplina espacial do modelo da quarentena, acrescida da exclusão desenvolvida no leprosário, fornece uma visão das novas tecnologias de controle do *Panopticon*” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 250-251).

³⁸ Há uma entrevista de 25 de março de 1972, cujo título é, “O Grande internamento”, a qual é valiosa no que se refere a esta questão. “*Pergunto, então: a relação entre seu engajamento no GIP e, simplesmente, seu trabalho de filosofia. [...]. Gostaria muito que não se estabelecesse nenhuma relação entre meu trabalho teórico e meu trabalho no GIP. Faço muita questão disso. Mas, provavelmente, há uma relação. O que eu estudei em História da loucura tinha alguma coisa a ver com esse fenômeno singular da sociedade ocidental que, no século XVII, se chamou de ‘internamento’*” (FOUCAULT, 2010c, p. 258-259). Há também em VP outra passagem de suma importância: “Que as punições em geral e a prisão se originem de uma tecnologia política do corpo talvez me tenham ensinado mais pelo presente do que pela história. Nos últimos anos houve revoltas em prisões em muitos lugares do mundo” (FOUCAULT, 2009, p. 32).

dela uma intolerância ativa”³⁹ (FOUCAULT, 2003b, p. 6). Dito isto vale lembrar que o grupo não nasceu do nada. Um acontecimento em especial levaria Foucault e demais intelectuais a agir.

Foi após Maio de 1968, o ano das revoltas (Cf. MUCHAIL, 2004d), que a política de segurança pública na França endureceu e as prisões ficaram mais frequentes. De acordo com Vieira:

em nome da República e da defesa das instituições, o ministro do Interior Raymond Marcellin estabelece uma política da ordem, como uma reação à Maio de 68. Essa política da ordem criou um projeto de lei que tornava penalmente responsáveis as organizações de manifestações e instaurou tribunais de exceção, que condenaram à prisão muitos estudantes e jovens operários. Do lado da esquerda, aconteceram muitas manifestações, principalmente em 1970, ano em que elas ocorreram com maior frequência.

Nesse contexto intenso de luta social, destacou-se a ação da organização maoísta e não-leninista *La Gauche Prolétarienne* (GP), composta em sua origem de duas correntes: uma de tendência libertária e a outra, marxista. Em 1970, a organização é dissolvida, e seus militantes entram para a clandestinidade. Desse modo, a polícia começa a tratar todos os atos ligados à organização como ilegais, e relacioná-los diretamente à delinquência (2013, p. 161).

Portanto, o GIP nasceu neste contexto de manifestações políticas pós Maio de 68, as quais levaram muitos militantes esquerdistas, sobretudo maoístas, à prisão (Cf. DEFERT, 1999).

No inverno de 1970 os maoístas do *La Gauche Prolétarienne* que haviam sido presos fizeram a primeira greve de fome para reivindicar o estatuto de presos políticos, e em fevereiro de 1971 mais uma greve. Contudo, o efeito foi mínimo. Foi somente quando os maoístas ampliaram o foco das reivindicações que eles obtiveram atenção da opinião pública e dos jornais. Foi preciso pôr em xeque a prisão enquanto “instrumento de repressão social” (FOUCAULT, 2003, p. 9). E a esta tarefa uniu-se o GIP⁴⁰.

Tudo indica que, embora o GIP tenha tido importância, ele não foi o único lugar a partir do qual Foucault começou a se preocupar com a questão da prisão e do internamento, pois, antes mesmo do nascimento do GIP, cerca de uns

³⁹ Vale destacar que os textos publicados pelo GIP não eram assinados por este ou aquele membro. Com isto o grupo procurava prescindir da imagem tradicional do líder e quebrar uma possível hierarquia. Embora esse texto que citamos acima encontre-se em um livro que reúne textos de Foucault.

⁴⁰ De fevereiro de 1971 a dezembro de 1972.

quatro meses, Foucault afirmou que estava pensando em escrever um livro sobre as penas e a concepção de crime na Europa (Cf. DEFERT, 1999). Ou seja, não há uma relação causal: da ação no GIP à pesquisa sobre a prisão. Difícil e inútil seria estabelecer uma unidade e identidade entre o filósofo e o intelectual militante. Há também que se lembrar que em 1961, ou seja, dez anos antes do GIP Foucault havia estudado o tema do internamento em HL. E que em 1968 na Tunísia experimentou o enfrentamento entre os estudantes e a polícia. Portanto, a militância no GIP não justifica ou explica o porquê dos temas investigados por Foucault na primeira metade do decênio de 1970. No limite, o que se pode afirmar, é que com o GIP, como podemos observar nas entrevistas da época, a questão da prisão e do internamento tornou-se cada vez mais presente e, por consequência, a questão do poder⁴¹. Isto é, se o GIP não foi aquilo que levou Foucault a estudar a prisão, ele ao menos provocou e incitou Foucault a pensar cada vez mais sobre a questão.

Foi por meio dele que Foucault pôde experimentar aquilo que ele chamaria de luta local e a atividade de um intelectual específico⁴². E o mais importante: foi nesse momento que a questão do poder tornou-se central: que poder é este que é exercido no interior das prisões? O que é o poder em suas formas de exercício cotidiano? Assim, nesse contexto de debates e pesquisas Foucault observou que

a prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado nu, nas suas dimensões as mais excessivas, e se justificar como poder moral. [...]: sua tirania bruta aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem (2003f, p. 41).

Destes debates e estudos acerca do tema Foucault começou a notar que o tipo de poder que se exercia nas prisões, também era o mesmo que se exercia nas demais instituições modernas: escolas, fábricas, quartéis, hospitais. Em uma entrevista de 1973⁴³, “Sobre o internamento penitenciário”, isto ficou explícito. Vejamos:

Penso que seja, no fundo, a estrutura do poder própria a essas instituições que é exatamente a mesma. [...]. É o mesmo tipo de poder, é o mesmo poder que se exerce. E está claro que esse poder que obedece à mesma estratégia não pretende, finalmente, o mesmo objetivo. Ele não serve às mesmas finalidades econômicas, quando se trata de fabricar alunos, quando se trata de “fazer” um delinquente, quer dizer, quando se trata de construir esta personagem definitivamente inassimilável na qual se torna o tipo ao sair da prisão (FOUCAULT, 2003h, p. 74).

⁴¹ E por isto resolvemos dedicar algumas páginas ao GIP.

⁴² Ver a este respeito a entrevista “Verdade e poder” em: (FOUCAULT, 2004a, p. 1-14).

⁴³ Outubro de 1973 (FOUCAULT, 2003h, p. 67-80).

A partir daqui é possível notar uma transformação na forma como Foucault tratou a questão da prisão. Se recorrermos às entrevistas de 1971⁴⁴ veremos que a prisão era compreendida como um instrumento de repressão assim como as demais instituições⁴⁵. Com as entrevistas de 1973 vemos que Foucault deixou de pensá-las somente como instrumentos de repressão, isto é, não importava mais a instituição em si, mas saber que de uma instituição à outra havia um mesmo tipo de poder que se exercia, o qual era positivo. Positivo? Sim, na medida em que fabrica(va), faz(ia) um tipo de indivíduo: o aluno, o delinquente. Portanto, nessa entrevista de 1973, ainda que ele não tenha falado diretamente, vê-se Foucault formular suas teses sobre este poder que produz, ao invés de limitar e proibir: trata-se da(s) disciplina(s). Foucault deixou isto mais claro em uma entrevista de junho do mesmo ano: “Prisões e revoltas nas prisões”⁴⁶, quando ele afirmou:

Há, desde o início do século XIX, toda uma série de instituições que funcionaram sob o mesmo modelo, que obedeciam as mesmas regras, [...]. Hospitais, asilos, orfanatos, colégios, reformatórios, usinas, ateliês com sua *disciplina* e, finalmente, prisões, tudo isso faz parte de uma espécie de grande forma social do poder que foi estabelecido no início do século XIX, [...] (2003g, p. 66-67; itálico nosso).

Houve assim, entre 1971-1973, no cerne desses debates e pesquisas sobre prisão e poder uma transformação acerca da concepção sobre o último. De uma concepção de poder como repressão e proibição adotada durante a década de 1960 passou-se a uma concepção de poder enquanto positivo e produtivo, o qual nesse contexto foi denominado por Foucault disciplina. Mas, antes de formulá-lo explicitamente Foucault se ocupou de outra noção: panoptismo. Esta noção parece estabelecer a ponte entre as pesquisas anteriores e VP.

⁴⁴ Por exemplo: entrevista de 18 de março de 1971: “Inquirição sobre as prisões: quebremos a barreira do silêncio”. “A prisão em toda parte”, texto de 5 de maio de 1971. Ambos encontram-se em, (FOUCAULT, 2003. p. 6-12, 26-27).

⁴⁵ Vale citar o primeiro parágrafo do “Prefácio a *Enquête dans Vingt Prisons*” de 28 de maio de 1971: “Tribunais, prisões, hospitais, hospitais psiquiátricos, medicina do trabalho, universidades, órgãos de imprensa e de informação: através de todas essas instituições e sob diferentes máscaras, uma *opressão* que, em sua raiz, é uma *opressão* política, se exerce” (FOUCAULT, 2003d, p. 28; itálicos nossos).

⁴⁶ Entrevista de 2 de junho de 1973. Além das entrevistas sobre o assunto, o ano foi marcado por pesquisas: A sociedade punitiva (primeira aula em 3 de janeiro); A verdade e as formas jurídicas (cinco conferências entre 21 e 25 de maio); O poder psiquiátrico (primeira aula em 7 de novembro).

2.3 O Panoptismo

Antes das investigações pontuais sobre disciplina realizadas sobretudo em PP e em VP, Foucault já havia dado um passo importante nesta direção. Em 1973 na PUC-RJ ele realizou cinco conferências com o objetivo de mostrar a articulação/imbricação do binômio poder-saber; e, de modo mais geral, estas conferências seriam uma síntese dos cursos apresentados até então no *Collège de France*. Para nossos propósitos vale destacar as conferências IV e V. Por que esta opção? Nelas Foucault apresentou a concepção de panoptismo, e poucas foram as vezes que ele se referiu à noção de disciplina⁴⁷. O que queremos dizer com isto? Que antes do panoptismo ser considerado explicitamente como uma formalização da disciplina, Foucault deu mais ênfase a ele sem considerar essa íntima relação entre ambos⁴⁸. O panoptismo seria aquilo que caracterizaria as sociedades ocidentais sobretudo a partir do século XIX⁴⁹.

O que Foucault procurou apresentar na conferência IV foi a formação daquilo que ele chamou de a “sociedade disciplinar”. Ele iniciou tal conferência pela análise da proposta de reforma do sistema penal por parte de teóricos e legisladores franceses e ingleses. Os quais objetivavam alterar as acepções de infração, crime e criminoso. E, buscavam também pôr de lado todo o sistema anterior de penas que parecia a eles excessivamente atroz. Os princípios fundamentais de tal reelaboração teórica da legislação penal seriam: 1º o crime é uma ruptura com a lei, com a lei civil, lei previamente definida; 2º a lei deve ser útil à sociedade, ela define como repreensível o que é nocivo à sociedade; 3º crime é algo que danifica a sociedade, por extensão, o criminoso é aquele que danifica a sociedade, é o inimigo interno da sociedade (Cf. FOUCAULT, 2005). E como tratar esse criminoso? O dano deve ser apagado e se isso não for possível é preciso que o dano não possa mais ser recomeçado. Em suma: “a lei penal deve reparar o mal ou

⁴⁷ Na edição que usamos (FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU, 2005) encontramos somente uma menção a noção de disciplina: ela se encontra na página 118.

⁴⁸ Na verdade tanto disciplina como panoptismo parecem emergir ao mesmo tempo no campo das investigações foucaultianas, contudo ele parece em um primeiro momento explorar mais a segunda noção. Isto pode ser observado tanto no resumo do curso A sociedade punitiva quanto nas conferências também na PUC-RJ: A verdade e as formas jurídicas.

⁴⁹ Ainda que nesse momento Foucault parecesse jogar com três termos: panoptismo, sociedade disciplinar e sociedade punitiva. Contudo, se observarmos atentamente as conferências IV e V é possível afirmar que eles se equivalem: (Cf. FOUCAULT, 2005, p. 87 e 103). Vale lembrar que Defert afirmou que Foucault havia pensado inicialmente em dar o título de A sociedade disciplinar ao curso de 1973 que teve por fim o título de A sociedade punitiva (Cf. DEFERT, 1999, p. 37).

impedir que males semelhantes possam ser cometidos contra o corpo social”. (FOUCAULT, 2005). Daí decorreriam quatro tipos de penas: deportação; vergonha e humilhação; trabalho forçado; pena de talião.

Tiveram projetos, textos e até decretos que previam uma ampla reforma penal afinados com estes princípios. Mas, o que aconteceu, de acordo com Foucault, por volta de 1820 no sistema penal foi outra coisa: “Não que a prática tenha desmentido a teoria, porém ela desviou rapidamente dos princípios teóricos que encontramos em Beccaria e Bentham” (FOUCAULT, 2005, p. 83). As formas de punição previstas pelos reformadores não duraram muito. Elas foram substituídas no início do século XIX por uma pena curiosa: a prisão. É como se uma prática secundária ao sistema penal, o aprisionamento, assumisse o posto principal. Vejamos:

evidentemente, em todos esses projetos, a prisão figura, muitas vezes, como uma das penas possíveis: seja como condição do trabalho forçado; seja como pena de talião para aqueles que atentaram contra a liberdade alheia. Porém, não aparece como forma geral da penalidade, [...] (FOUCAULT, 1997, p. 35).

Não só a prisão não estava prevista no sistema penal do século XVIII, como pena por excelência, como também a legislação penal, os seus princípios, sofreram uma inflexão formidável com relação ao que estava estabelecido na teoria (Cf. FOUCAULT, 2005).

Assim, aconteceram importantes deslocamentos na legislação penal dos reformadores: do social para o individual, na medida em que “ela não procurará mais visar ao que é socialmente útil, mas, pelo contrário, procurará ajustar-se ao indivíduo” (FOUCAULT, 2005, p. 84). Exemplo disso é o uso das circunstâncias atenuantes, isto é, o fato da aplicação rigorosa da lei, tal como se acha no Código, poder ser modificada em função do indivíduo em julgamento (Cf. FOUCAULT, 2005). E passa-se também da punição do ato efetivado, para o controle de virtualidades. O que estava previsto antes era: enquanto não houvesse lei e infração explícita da mesma, não poderia haver punição. Mas, posteriormente, no momento desta inflexão, toda a penalidade do século XIX passa a ser um controle daquilo que o indivíduo possa vir a fazer. Daí a noção de periculosidade, evitar que aquele que é considerado perigoso possa vir a agir. Para tal tarefa foi constituída toda uma rede institucional de apoio à instituição judiciária: a polícia para a vigilância e as

instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas para a correção. O que temos aí? Temos a tese foucaultiana de uma idade da “ortopedia social”, uma “sociedade disciplinar”, “uma sociedade onde reina o panoptismo”. Isto mostra que a vida dos indivíduos em sua totalidade fora ou dentro das prisões é doravante vigiada e posta sob a possibilidade da correção. A prisão enquanto pena universal seria simplesmente a parte de um todo mais amplo, faria parte desse conjunto de instituições de controle e correção.

Entramos assim na idade do que eu chamaria de ortopedia social. [...]. Entre os teóricos que há pouco citei, alguém de certo forma previu e apresentou como que um esquema desta sociedade de vigilância, da grande ortopedia social. Trata-se de Bentham. [...]. Foi ele que programou, definiu e descreveu da maneira mais precisa as formas de poder em que vivemos e que apresentou um maravilhoso e célebre pequeno modelo desta sociedade da ortopedia generalizada: o famoso *Panopticon* (FOUCAULT, 2005, p. 86).

Foucault se detêm aqui em Bentham justamente por este ter apresentado o esquema de um tipo de poder que se exerceria em nossas sociedades no início do século XIX e que teria se prolongado até os dias de hoje. “O *Panopticon* é a utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos – utopia que efetivamente se realizou” (FOUCAULT, 2005, p. 87). Portanto, do título do livro de Bentham, *Panopticon*, Foucault derivou a noção de panoptismo para caracterizar este tipo poder⁵⁰.

Nota-se que teria ocorrido assim um enfrentamento entre certa teoria do Direito Penal e uma tipo de poder. O Direito se baseava: na “lei civil explicitamente estabelecida no interior de uma sociedade pelo lado legislativo do poder político” (FOUCAULT, 2005, p. 80); no crime como infração a esta lei; e na punição a este crime com o objetivo de apagar o dano por ele acarretado ou impedir que ele se repetisse. Por outro lado, esse poder se baseava em procedimentos exteriores à teoria jurídica: era o panoptismo, o qual se fundava na vigilância e na correção das virtualidades. De tal enfrentamento saíram vitoriosos os procedimentos do panoptismo. Ele invadiu o campo do Direito Penal e encobriu sua teoria legalista.

⁵⁰ Este livro descrevia: “Uma forma de arquitetura que permite um tipo de poder do espírito sobre o espírito; uma espécie de instituição que deve valer para escolas, hospitais, prisões, casas de correção, hospícios, fábricas, etc. O *Panopticon* era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior” (FOUCAULT, 2005, p. 87).

Mas, como isso se deu? Pois, de um lado tivemos uma teoria penal que programou certas coisas, por outro, o panoptismo que conduziu a resultados diferentes. Dois exemplos seriam importantes. A partir deles Foucault procurou estabelecer as bases históricas dos procedimentos do panoptismo para assim esclarecer as transformações no âmbito do sistema penal e também no da legislação penal. Foucault procurou mostrar com esses dois exemplos, portanto, o modo como esse tipo de poder se formou no decorrer do século XVIII e ampliou-se por toda a sociedade invadindo inclusive o campo do Direito penal.

*

Na França e na Inglaterra, em fins do século XVII, sobretudo na Inglaterra, teriam sido inventados mecanismos de controle dos indivíduos. A tese foucaultiana é de que

esses mecanismos se formaram obscuramente durante o século XVIII para responder a certo número de necessidades e assumindo cada vez mais importância, se estenderam finalmente por toda a sociedade e se impuseram a uma prática penal (FOUCAULT, 2005, p. 89).

Vejamos primeiro o caso da Inglaterra. Em que consistiam estas formas de controle? De acordo com Foucault elas tiveram quatro momentos: 1º se formaram em níveis baixos da escala social. Nas comunidades religiosas dissidentes do anglicanismo (*quakers*, metodistas) constituíram-se grupos espontâneos para manter a ordem. Criaram a sua “própria polícia”, que cuidava da assistência e da vigilância dos membros de sua comunidade; 2º ao lado dos grupos das comunidades religiosas emergiram sociedades a elas aparentadas, embora mantendo certa distância. Por exemplo: em 1692 fundou-se a *Sociedade para a Reforma das Maneiras*, tratava-se da reforma dos comportamentos, das condutas. Posteriormente, em fins do século XVIII, surgiu uma outra sociedade de maior importância fundada por um bispo e certos aristocratas da corte: *Sociedade da Proclamação*, a qual objetivava o encorajamento da piedade e da virtude. Embora essa sociedade também tivesse um caráter moral e religioso, Foucault (Cf. 2005) afirmou que ela já era um pouco laicizada; 3º formados pela aristocracia e a burguesia tivemos os grupos de autodefesa de caráter paramilitar em resposta às agitações sociais populares de fins do século XVIII. “Eles têm por função fazer reinar a ordem política, penal ou, simplesmente, a ordem, em um bairro, uma cidade, uma

região ou um condado” (FOUCAULT, 2005, p. 91); 4º sociedades econômicas com suas polícias privadas para defender seu patrimônio, seu estoque, suas mercadorias contra os amotinadores, o banditismo, a pilhagem.

Nota-se nesses grupos e sociedades de controle social certas transformações, certos deslocamentos. Vimos que haviam os grupos das comunidades religiosas com o fim de fazer reinar a ordem moral entre eles e em volta deles. E isto por quê? Sobretudo para que pudessem escapar ao poder político, isto é, à legislação penal. Foucault enfatizou que

para escapar desse poder judiciário os indivíduos se organizavam em sociedades de reforma moral, proibiam a embriaguez, a prostituição, o roubo, etc, tudo que permitisse ao poder atacar o grupo, [...], usar algum pretexto para enviar à forca. Trata-se, portanto, mais de grupos de auto-defesa contra o direito do que de grupo de vigilância efetiva. Esse reforço da penalidade autônoma era uma maneira de escapar à penalidade estatal (2005, p. 93).

Isto porque na época a legislação penal inglesa previa mais de 300 casos que podiam levar à forca. Portanto, se havia uma vigilância interna nas comunidades religiosas exercidas por elas mesmas sobre seus membros, isto visa mais a uma autodefesa diante do poder político do que um simples controle de seus membros.

Mas, no decorrer do século XVIII aconteceram deslocamentos. Primeiro: a constituição desses grupos de moralidade, de combate ao vício e autodefesa mudou da pequena burguesia para a aristocracia, os bispos, os duques, pessoas mais ricas. Segundo: enquanto que no início, sobretudo nas comunidades religiosas,

[...] tratava-se de fazer reinar uma ordem moral diferente da lei que permitisse aos indivíduos escapar à lei, no fim do século XVIII – agora controlados, animados pelos aristocratas e pessoas ricas – tem como objetivo essencial obter do poder político novas leis que ratificarão esse reforço moral. Tem-se assim um deslocamento da moralidade à penalidade (FOUCAULT, 2005, p. 93).

Implicado a esses dois movimentos, a esses dois deslocamentos, ele enfatizou que doravante os mecanismos de controle moral e social que nasceram juntos às comunidades religiosas e, portanto, fora do Estado foram progressivamente estatizados inseridos no campo do sistema penal. Vale indicar que

nesses deslocamentos dos mecanismos de poder de baixo para cima, dois procedimentos devem ser destacados: vigilância e controle, ambos caros ao panoptismo e ao sistema penal do século XIX.

Na França, tivemos o segundo exemplo que de certa forma também ajudou a estabelecer as bases do panoptismo: a *lettre-de-cachet*⁵¹. Instrumento estatal para-judiciário o qual não era uma lei ou um decreto, mas uma ordem do rei que concernia a uma pessoa (Cf. FOUCAULT, 2005). Ela podia ter vários fins, por exemplo, através dela poder-se-ia obrigar alguém a casar. Mas, na maioria dos casos ela visa uma punição. Podia-se exilar, privar alguém de uma função, prender.

A *lettre-de-cachet* era um dos instrumentos da monarquia absoluta, porém, não era somente um instrumento de arbitrariedade real, na medida em que não era de uso exclusivo da monarquia. De acordo com Foucault (Cf. 2005), na maioria das vezes ela era solicitada por diversos indivíduos: maridos ultrajados por suas esposas, pais descontentes com seu filho, comunidades religiosas perturbadas por alguém, e assim por diante. Quando solicitadas o procedimento era este:

Todos esses indivíduos ou pequenos grupos pediam ao intendente do rei uma *lettre-de-cachet*; este fazia um inquérito para saber se o pedido era justificado. Quando isto ocorria, ele escrevia ao ministro do rei encarregado do assunto, solicitando enviar uma *lettre-de-cachet* permitindo a alguém mandar prender sua mulher que o engana, seu filho que é muito gastador, [...]. De forma que a *lettre-de-cachet* se apresenta, sob seu aspecto de instrumento terrível da arbitrariedade real, investida de uma espécie de contra poder, poder que vinha de baixo e que permitia a grupos, comunidades, famílias ou indivíduos exercer um poder sobre alguém (FOUCAULT, 2005, p. 96-97).

Ela era, portanto, uma forma dos grupos regulamentarem a moralidade cotidiana da vida social, uma forma de policiamento sob a vida cotidiana para assegurar a ordem. Uma maneira de controle estatal que não era exercida pelo Estado em sua totalidade, mas por indivíduos e grupos sobre outros indivíduos. O Estado assim assegurava os meios para a sua efetivação.

Quais os tipos de condutas que faziam de uma pessoa alvo de uma

⁵¹ Há também em HL uma discussão sobre a *lettre-de-cachet* (carta régia). Em tal livro ela é apresentada como uma das formas para que uma pessoa pudesse ir parar em um Hospital Geral. Aqui Foucault a apresentou sob uma variação: ele estava mais preocupado em descrever seu uso e apontá-la como um dos procedimentos fundadores do panoptismo, e como aquilo que também possibilitou o uso da prisão como pena a partir do século XIX.

lettre-de-cachet? De modo geral eram três tipos de condutas que suscitavam o seu pedido: 1º condutas de imoralidade: devassidão, adultério, sodomia, e assim por diante; 2º condutas religiosas julgadas perigosas e dissidentes, como por exemplo, feitiçaria; 3º conflitos de trabalho. Isto é, “quando os empregadores, patrão ou mestres não estavam satisfeitos com seus aprendizes ou operários nas corporações, podiam se descartar deles expulsando-os ou, em casos mais raros, solicitando uma *lettre-de-cachet*” (FOUCAULT, 2005, p. 97).

Havia um caráter importante da *lettre-de-cachet*: Foucault enfatizou que se ela visava à punição o resultado era quase sempre a prisão de uma pessoa. Entretanto, ela era uma prática para-judiciária, isto é, não fazia parte das penas do direito do século XVII e XVIII. Se a lei punia alguém, as punições eram: condenação à morte, ser queimado, ser esquartejado, ser marcado, ser banido, pagar uma multa.

A prisão que vai se tornar a punição por excelência do século XIX, tem sua origem na *lettre-de-cachet*: “Esta ideia de aprisionar para corrigir, de conservar a pessoa presa até que se corrija, essa ideia paradoxal, bizarra [...] tem origem nessa prática” (FOUCAULT, 2005, p. 98). Portanto, há uma transposição dessa prática que aprisiona para corrigir para o âmbito do Direito.

O deslocamento contínuo do panoptismo, essa transformação no âmbito do Direito por esses procedimentos e práticas exteriores a ele (própria a isto que Foucault chamou de panoptismo) responderia a quê? Seria uma resposta ao aumento da potência das revoltas em fins do século XVIII, a uma necessidade de defesa da indústria, pois até então

as pequenas unidades artesanais, as manufaturas de aparelharem reduzida e relativamente simples, os armazéns com capacidade limitada ao assegurarem os mercados locais não ofereciam muita oportunidade à depredações ou destruições globais. Mas o maquinismo, a organização das grandes fábricas, com importantes estoques de matérias-primas, a globalização do mercado e o aparecimento dos centros de redistribuição de mercadorias colocam a riqueza ao alcance de incessantes ataques. E esses ataques não vêm do exterior, [...], mas vêm, num certo sentido, do interior, daqueles que devem manipulá-la para torná-la produtiva (FOUCAULT, 1997c, p. 39).

Responderia também ao parcelamento da propriedade rural. Além disso, com a multiplicação da pequena propriedade desapareceram os grandes espaços desertos ou quase não cultivados, e também as terras comuns sobre as

quais muitos viviam. Quer dizer, com essa modificação da propriedade rural “desaparecem as margens nas quais os mais pobres e os mais móveis haviam podido subsistir, usufruindo das tolerâncias, das negligências, dos regulamentos esquecidos ou dos direitos adquiridos” (FOUCAULT, 1997c, p. 40). Tudo isso deixou de ser tolerado e permitido sendo doravante alvo de vigilância e punição.

O que abordamos até aqui é aquilo que Foucault chamou de formação da “sociedade disciplinar”, sociedade onde reina o panoptismo. Para tanto reconstituímos a trajetória feita por Foucault acerca das bases históricas que possibilitaram a emergência de tal sociedade, a vigilância e o controle social de tipo inglês, e a prática de aprisionamento francês. Tudo isso se formou sobretudo no século XVIII e tiveram implicações no início do século XIX no âmbito do Direito, alterando assim a legislação penal e os tipos de punições.

*

No século XIX tivemos uma série de atualizações dessas formas de controle e vigilância que apareceram na Inglaterra e na França. O que Foucault procurou descrever foi também o prolongamento ininterrupto do panoptismo sobre a sociedade do século XIX, prolongamento que trouxe novidades em relação aos procedimentos de vigilância e controle do século XVIII. É isto que vamos abordar doravante: as formas atualizadas do panoptismo.

No início da conferência V Foucault disse que o que procurou fazer na anterior foi definir o que chamou de panoptismo. E logo após isso demarcou de forma sucinta o que entedia por esta noção. Vale citar esta definição precisa:

O panoptismo é um dos traços característicos da nossa sociedade. *É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríptico aspecto do panoptismo – vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade (FOUCAULT, 2005, p. 103; itálicos nossos).*

Para justificar suas teses sobre o panoptismo, Foucault afirmou que muitos no início do século XIX não ignoraram o aparecimento dessa forma de poder. Entre eles um alemão, Julius, professor na Universidade de Berlim que escreveu vários volumes com o título de *Lições sobre as prisões*; e Treilhard, um francês que

era conselheiro de Estado e jurista do Império.

Giulius havia percebido uma transformação importante na arquitetura moderna em relação à antiga. Qual era ela? Tinha-se passado de uma arquitetura do espetáculo para uma arquitetura da vigilância. No primeiro tipo de arquitetura tratava-se de resolver o problema de como possibilitar o espetáculo de um acontecimento, de um gesto, de um único indivíduo ao maior número possível de pessoas. Era o caso do teatro, dos discursos, do sacrifício religioso. Esse problema teria se perpetuado até a época moderna. Doravante o problema era outro. Agora era o inverso: como fazer para que o maior número de pessoas fossem vigiadas por um único indivíduo (Cf. FOUCAULT, 2005). Segundo Foucault, Giulius, ao pensar nisso, estaria a pensar na arquitetura das prisões, e até mesmo dos hospitais, das escolas. Ele estaria nos rastros de Bentham. Mas, certamente em uma atitude mais de diagnóstico do que de prescrição como parecia ser o caso de Bentham.

Treilhard teria escrito a apresentação do *Código de Instrução Criminal* de 1808. Ele teria apresentado a ideia de uma vigilância contínua através da metáfora do olho, olhares dispostos em forma de pirâmide: do procurador que não apenas deveria perseguir os indivíduos que cometeram infrações, mas deveria vigiá-los antes mesmo que eles pudessem cometê-las. O olho do procurador deveria transmitir as informações ao olho do Procurador Geral que por sua vez transmitiria ao olho do Ministro da Polícia e este finalmente ao olho do Imperador. É partir desses dois exemplos que Foucault procurou reforçar suas teses sobre o panoptismo que se prolongava cada vez mais. Após isso, há uma passagem que nos parece importante na qual Foucault descreveu uma espécie de objetivo geral da conferência V, pois nota-se que aquilo que é enunciado nessa passagem determinou toda a construção posterior de sua apresentação. Por isso acreditamos que ela deve ser citada na íntegra, vejamos:

Não analisarei aqui todas as instituições em que são atualizadas essas características do panoptismo próprias da sociedade moderna, industrial, capitalista. Gostaria simplesmente de apreender este panoptismo, esta vigilância na base, no lugar em que aparece talvez menos claramente, em que está mais afastado do centro da decisão, do poder do Estado; mostrar como este panoptismo existe, ao nível mais simples e no funcionamento cotidiano de instituições que enquadram a vida e os corpos dos indivíduos; o panoptismo, ao nível, portanto, da existência individual (FOUCAULT, 2005, p. 107).

Na primeira metade do século XIX Foucault encontrou, naquilo que ele chamou de instituição de reclusão, duas formas através das quais esse poder se exerceu: 1ª uma forma compacta; 2ª uma forma branda. Ao primeiro tipo de forma correspondeu por exemplo à fábrica-prisão ou usina-convento na qual os indivíduos permaneciam por tempo indeterminado, saindo muito raramente aos domingos. O tempo era extremamente controlado e coordenado pelas atividades que duravam o dia todo. E tudo isso era predeterminado por um regulamento. Todavia, essa forma não durou muito. Depois de um tempo ela pareceu econômica e politicamente desinteressante: 1º na medida em que tinha, por exemplo, uma aparelhagem montada de forma definitiva, era preciso ser mais ágil; 2º “[...], o perigo político era imediato: dentro desses conglomerados de pessoas internadas, a coisa estava em ebulição” (FOUCAULT, 1999, p. 76). Os procedimentos do panoptismo seriam empregados em instituições menos duras e compactas, ou, como Foucault disse, em instituições de formas brandas. Era preciso manter o operariado sob controle ainda que sob formas menos austeras. Criaram-se as cidades operárias, “o endividamento do operário, o fato, por exemplo, de que ele é obrigado a pagar seu aluguel um mês adiantado, quando ele só toca em seu salário no fim do mês, a venda à prestação, [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 76). Mas, com relação a essa passagem de uma forma compacta para uma branda ele não deixou muito claro se ambas foram contemporâneos ou se uma sucedeu a outra. Ao que parece houve uma certa contemporaneidade entre as duas formas, na medida em que a forma compacta não deixou de existir por completo:

[...]: a forma compacta, forte, encontrada no início do século XIX e, mesmo depois, em instituições como escolas, hospitais psiquiátricos, casas de correção, prisões, etc., e em seguida a reclusão em sua forma branda, difusa, encontrada em instituições como a cidade operária, a caixa econômica, a caixa de assistência, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 112).

Em princípio a reclusão do século XIX, seja em sua forma compacta ou em sua forma branda, poderia ser vista como uma herança direta ou um prolongamento daquilo que encontramos no século XVIII com o controle social e moral inglês e o aprisionamento francês. A resposta que Foucault deu a esta hipótese é interessante. Para ele o que apareceu no século XIX era uma novidade em relação ao século XVIII, pois com isto, talvez ele quisesse apontar para um

deslocamento que também seria uma atualização dos procedimentos do panoptismo. Ele apresentou assim ao menos três diferenças entre o controle inglês, o aprisionamento francês e o controle e reclusão do século XIX.

Como vimos anteriormente no sistema inglês do século XVIII, ao menos em algumas de suas formas, sobretudo nas iniciais, “era o fato de um indivíduo pertencer a um grupo que fazia com que ele pudesse ser vigiado e vigiado pelo próprio grupo” (FOUCAULT, 2005, p. 113). O que aconteceu nas instituições do século XIX foi diferente, pois a vigilância se dava assim: não era como membro de um grupo que se era vigiado e controlado no âmbito de uma instituição, “[...]; ao contrário, é justamente por ser um indivíduo que ele se encontra colocado em uma instituição, sendo esta instituição que vai constituir o grupo, a coletividade que será vigiada. É enquanto indivíduo que se entra na escola, [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 113).

Com relação à prática francesa de internamento via *lettre-de-cachet*, Foucault também fez ressalvas. Nesta prática do século XVIII tratava-se de internar um indivíduo marginalizado em relação à sua família, ou em relação à comunidade a qual pertencia, e assim por diante. Aquele que era internado era antes alguém que não estava de acordo com as regras de convívio, alguém que havia rompido através de sua conduta com aquilo que era socialmente aceito: tratava-se de casos de devassidão, bebedeira, adultério. Internamento que colocava o indivíduo fora de circulação por um tempo indeterminado. “Havia, portanto”, de acordo com Foucault, “na França desta época, uma *reclusão de exclusão*” (FOUCAULT, 2005, p. 114; *itálicos nosso*).

O que aconteceu nas instituições do século XIX foi diverso do internamento francês: não se procurava mais a exclusão, mas fixar os indivíduos. Por exemplo: a fábrica não excluí os indivíduos, pelo contrário, liga-os a um aparelho de produção; a escola não excluí os indivíduos, mas liga-os, mesmo fechando-os, a um aparelho de transmissão do saber; e assim também com as outras instituições. O objetivo é sempre de fixar o indivíduo a um aparelho de produção, saber ou correção. Eis que se poderia questionar: mas não haveria nesses casos também exclusão? Sim, os efeitos implicam em exclusão, mas a finalidade é sempre ligar e fixar; em última instância, o que acontece é uma exclusão por inclusão.

Ao estabelecer a diferença entre o internamento francês e a reclusão moderna, Foucault opôs assim duas noções, vejamos: “eis porque oporei a reclusão

ao sequestro; a reclusão do século XVIII, que tem por função essencial a exclusão dos marginais [...], e o sequestro do século XIX que tem por finalidade a inclusão e a normalização” (FOUCAULT, 2005, p. 114). No limite ele parece apresentar dois pares: de um lado, reclusão e exclusão, do outro, sequestro e inclusão.

Haveria por fim uma terceira diferença: na Inglaterra, especialmente no início, o controle era extra-estatal e até antiestatal. Já na França o Estado estava presente, na medida em se fazia de meio para o internamento via *lettre-de-cachet*. Durante o século XIX as coisas parecem se embaralhar, ou, ora tende à estatização, ou, ora tende a não estatização:

de fato dependendo das instituições, dos países e das circunstâncias, algumas destas instituições são controladas diretamente pelo aparelho do Estado. [...]. Mas o nível em que me situo não leva em consideração essa questão; não me parece que esta diferença seja muito importante. O que é novo, o que é interessante é que, no fundo, o Estado e o que não é estatal vêm confundir-se, entrecruzar-se no interior destas instituições. Mais do que instituições estatais ou não estatais, é preciso dizer que existe uma rede institucional de sequestro, que é intra-estatal; [...] (FOUCAULT, 2005, p. 115).

O que parece importar a Foucault, independentemente de a instituição ser estatal ou não estatal, é o fato de elas funcionarem da mesma forma. Essas funções seriam basicamente três, presentes nas instituições pedagógicas, médicas, penais ou industriais.

Primeiramente, essas instituições controlariam o tempo, total ou parcialmente, dos indivíduos. Em tal conferência os exemplos de Foucault sobre isso giraram sobretudo sobre a venda e a compra desse tempo em uma sociedade que se fazia industrial; e após a compra do mesmo por um salário, sua transformação em tempo de trabalho. Vale lembrar o exemplo anteriormente citado por nós, em sua forma compacta, da fábrica-prisão. Mas, o controle do tempo não se restringiria a ela, se estenderia a todas as instituições modernas, em sua forma compacta ou branda: controle e extração do tempo em sua totalidade ou não.

Não só o controle do tempo, mas também do corpo, esta seria a segunda função dessa rede de instituições de sequestro. Aqui, ao discutir esse ponto, Foucault falou pela primeira vez em disciplina⁵². E já que isso toca no cerne

⁵² A única exceção foi o momento em que se referiu a uma “sociedade disciplinar” nas páginas 79 e

de nossa pesquisa, vale citar a passagem:

Existe algo de muito curioso nestas instituições. É que, se aparentemente elas são todas especializadas – as fábricas feitas para produzir, os hospitais, psiquiátricos ou não, para curar, [...], - o funcionamento destas instituições implica uma *disciplina* geral da existência que ultrapassa amplamente as suas finalidades aparentemente precisas. É muito curioso observar, por exemplo, como a imoralidade (a imoralidade sexual) constitui, para os padrões das fábricas do começo do século XIX, um problema considerável (FOUCAULT, 2005, p. 118).

Importa destacar aqui que no momento em que Foucault se referiu ao controle do corpo trouxe também a noção de disciplina para o debate. Assim, ainda que timidamente, pareceu vincular as duas noções, entre as funções dessas instituições teríamos o controle do corpo, e esse controle se daria através de uma disciplina. O exemplo trazido por Foucault era a não aceitação de uma imoralidade sexual, o controle da atividade sexual nessas instituições. E eis que podemos destacar por contraste a nova forma de se encarar o corpo nesse contexto institucional: até o século XVIII o corpo era essencialmente a superfície de inscrição de suplícios e penas; já no século XIX ele é aquilo que deve se formado, reformado, corrigido.

Por fim a terceira função destas instituições. Esta também é muito interessante: trata-se de um poder polimorfo, que multiplica suas características. Seria ele um poder econômico, político, jurídico e epistemológico.

O poder econômico no caso de uma fábrica: ele “[...] oferece um salário em troca de um tempo de trabalho em um aparelho de produção que pertence ao proprietário” (FOUCAULT, 2005, p. 120). Haveria também um poder político, na medida em que as pessoas que dirigem estas instituições estabelecem regulamentos, dão ordem, expulsam e aceitam indivíduos. Além disso esse poder é também judiciário, porque pode punir e recompensar. Assim, tem-se a ideia de que no interior dessas instituições funcionaria um micro-tribunal permanente. Por fim, e não menos importante, um poder epistemológico, o qual de certa maneira “[...] atravessa e anima estes outros poderes” (FOUCAULT, 2005, p. 121). Trata-se de extrair um saber dos indivíduos e sobre os indivíduos já controlados por esses poderes. Teríamos desse modo duas formas articuladas de extração e produção de

saber: um saber tecnológico e um saber de observação. Ao primeiro corresponderia por exemplo: em uma fábrica anota-se e se registra o saber do operário sobre o seu próprio trabalho, os melhoramentos técnicos, as adaptações, tudo isso é extraído da prática diária do operário pelo poder de vigilância que se exerce sobre ele. Do outro lado, teríamos uma produção de saber sobre o indivíduos, que nasceria da observação, da classificação e da análise de seu comportamento. Um saber de tipo clínico, do tipo da psiquiatria, da psicologia (Cf. FOUCAULT, 2005). Em ambos os casos o saber permitiria a constituição de novas formas de controle. Vemos aqui, portanto, o apoio mútuo entre poder e saber. O exercício do poder propicia a constituição de um certo tipo de saber. E tal saber implica novas formas de relações de poder.

Observamos com essa trajetória as três funções disso que Foucault chamou de instituições de sequestro. Controle do tempo, controle do corpo e um poder com característica polivalente. Tudo isso Foucault subsumiu aquilo que chamou de disciplina em VP. Desta forma suas investigações sobre o panoptismo nas conferências IV e V de 1973 seria uma etapa nas investigações sobre a disciplina? Tudo indica que sim, na medida em que a própria noção de panoptismo explorada em 1973 se integrou à de disciplina.

2.4 DISCIPLINA

2.4.1 Disciplina: como Forma Interna de Controle da Produção dos Discursos

É possível encontrar em Foucault ao menos duas acepções para o termo disciplina (Cf. CASTRO, 2009). Uma primeira que diz respeito ao campo discursivo. E uma segunda que é do âmbito do poder. Vale ressaltar que discurso e poder não se encontram separados, sobretudo a partir de OD⁵³, aula inaugural no Collège de France em 1970. Mas este é um outro problema, o qual ultrapassa os limites de nossa dissertação e, portanto, o deixaremos de lado.

A disciplina compreendida na forma de controle e limitação do discurso apareceu na aula inaugural de 1970. Ela ao lado do comentário e da função do autor formam o que Foucault chamou de procedimentos internos de controle do

⁵³ A ordem do discurso.

discurso. Uma disciplina (biologia, por exemplo) é uma área do conhecimento que se constitui por possuir objetos, proposições consideradas verdadeiras, técnicas, teoria. Ela exerceria seu poder de limitação e controle justamente na medida em que uma proposição, uma tese, só podem ser admitidas em seu interior se aceitarem suas regras, isto é, se estiverem de acordo com o seu plano de objetos determinados, e se inscrevem em seu horizonte teórico. É obedecendo a estas condições prévias e internas de uma disciplina que uma proposição é aceita ou não (Cf. FOUCAULT, 1996). Foucault citou o caso de Mendel para exemplificar o poder de limitação das disciplinas; pois,

muitas vezes se perguntou como os botânicos ou os biólogos do século XIX puderam não ver que o que Mendel dizia era verdade. Acontece que Mendel falava de objetos, empregava métodos, situava-se num horizonte teórico estranhos à biologia de sua época (1996, p. 34).

A outra acepção do termo disciplina foi muito mais explorada por Foucault, sobretudo, entre os anos de 1973-1975. Sua formulação encontra-se disseminada em vários tipos de textos: entrevistas, cursos e livros.

2.4.2 Disciplina, como Conjunto de Técnicas e Procedimentos para o Exercício do Poder: uma Tecnologia Política do Corpo

A disciplina enquanto uma forma de poder apareceu quando Foucault começou a pensar o problema: que poder é este que se exerce nas mais variadas instituições modernas? Que poder é este que incide diretamente sobre os corpos dos indivíduos? Ao mapeá-la em muitos textos desses anos encontramos suas primeiras formulações em três textos dos DE⁵⁴; na conferência, VFJ (1973), em dois cursos do *Collège de France*: SP⁵⁵ (1972-1973); PP (1973-1974). E, por fim, em VP (1975).

Importa a nós, na medida do possível e do necessário, utilizá-los

⁵⁴ a) “Prisões e revolta nas prisões” (1973); b) “Mesa redonda sobre a *expertise* psiquiátrica” (1974); c) “A prisão vista por um filósofo francês” (1975). Contudo, não é possível afirmar de uma vez por todas que é somente nestas entrevistas que se encontram as primeiras referências à disciplina. Sobretudo, porque é enorme a quantidade de textos de Foucault que tem sido publicado no Brasil. Os chamados DE já se encontram com dez volumes.

⁵⁵ A sociedade punitiva.

para a nossa investigação acerca do conceito de disciplina. Contudo, este uso não se dá de forma linear, cronológica, mas de acordo com o que estamos explorando.

*

Foucault destacou em uma fórmula lapidar o que há de mais importante nas disciplinas:

esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as 'disciplinas' (2009, p. 133).

As disciplinas fundamentalmente desempenharam um controle do corpo, com isto elas procuravam sujeitá-lo para fazer uso de suas forças da forma mais eficaz possível; ao passo que ao fim ter-se-ia indivíduos dóceis e úteis. Elas⁵⁶ ou o poder disciplinar é o tipo de poder que emergiu na época clássica (XVII-XVIII), as quais tiveram como objeto e alvo os corpos dos indivíduos; corpo formado e reformado; utilizado e adaptado às necessidades de uma sociedade que passava por transformações sociais e econômicas⁵⁷. Para tal adestramento uma série de técnicas e instrumentos foram movidos, tal como a distribuição no espaço; o controle do tempo; exercícios; vigilância; normalização; exame; panoptismo. Tudo isto dentro das instituições, mas, posteriormente e gradativamente, também fora delas, as quais Foucault chamou de instituições disciplinares em virtude do tipo de poder que nelas era exercido. E, aliás, não só as instituições receberam esta designação. Foucault observou que a sociedade na qual existiam as disciplinas era uma sociedade disciplinar. Embora, as disciplinas enquanto uma forma de poder, tenham se tornado presentes nas sociedades do século XVIII, elas teriam uma história quase milenar, a qual remontaria à Idade Média. Portanto, antes de abordar seu exercício na Idade Clássica e Moderna, vamos traçar esta história, tal como o genealogista faz, demarcando as baixas origens, os começos inconfessáveis, as montagens e

56 "Ligadas aos imperativos econômicos e políticos de uma ordem que se impunha, as disciplinas – técnicas já conhecidas na civilização ocidental, como por exemplo nos conventos, nas oficinas e nas legiões romanas – passaram a ser utilizadas maciçamente. Fábricas, hospitais, hospícios, prisões, instituições fundamentais ao funcionamento da sociedade industrial capitalista, nelas se estruturaram e adotaram como lógica de funcionamento as técnicas e táticas oriundas deste processo de disciplinarização" (MAIA, 1998, p. 130).

57 Foucault descreveu que processos históricos contribuíram para a intensificação e ampliação do uso das técnicas disciplinares. Durante o século XVIII temos dois processos: a explosão demográfica e o crescimento do aparelho de produção. Era necessário ordenar e ligar esta multiplicidade humana aos aparelhos de produção (Cf. FOUCAULT, 2009, p. 206).

transformações.

2.4.3 Uma Breve História da Disciplina: das Comunidades Religiosas aos Operários

De acordo com Foucault foi nas comunidades religiosas da Idade Média que a disciplina assumiu suas primeiras formas, ou procedimentos. Entre estas se incluíam comunidades reconhecidas pela Igreja ou espontâneas. Trabalho manual, ocupação do tempo, regulação do regime alimentar e da vestimenta, regra de obediência interna e fortalecimento da hierarquia constituíram-se em princípios de uma vida ordenada e disciplinada. Estamos falando aqui de um período extenso de mais ou menos mil anos. Mas os procedimentos durante esses séculos eram ainda muito tímidos. Pois, durante todo esse período que compreendeu a Idade Média seus pontos de atuação se limitaram a essas comunidades religiosas. Foi somente a partir do fim do século XV que os procedimentos disciplinares passaram a atuar em outros lugares. Primeiro houve a “parasitagem da juventude escolar” (FOUCAULT, 2006, p. 83). Até então o que Foucault chamou de “juventude escolar” vivia com uma margem razoável de autonomia se comparado com aquilo que se constituiu posteriormente a partir de fins do século XV. Pois, se deslocavam de cá a lá sem impedimentos, com suas regras de vagabundagem e agitações. Com a comunidade religiosa dos Irmãos da Vida Comum (fundada por Groote no século XIV), teve-se o primeiro passo para a instalação da disciplina no âmbito escolar. Segundo Foucault, “é partir daí, e sob a forma coletiva desse ascetismo que encontramos nos Irmãos da Vida Comum, que vemos esboçarem-se os grandes esquemas da pedagogia, [...]” (FOUCAULT, 2006, p. 83-84). Foi nas escolas desta comunidade religiosa de forte acento ascético que Foucault encontrou os primeiros esquemas da pedagogia, isto é, procedimentos de uma disciplina escolar.

Em primeiro lugar a relação tempo-progresso. Tal relação transparece no exercício em que o indivíduo impõe sobre si mesmo, na tentativa de sua transformação progressiva até o ponto da salvação. Isto, de acordo com Foucault, foi transposto à escola, temos assim a ideia de que se aprende através de etapas que se seguem no tempo. Etapas que se sucedem de forma progressiva. Desse modo nas escolas dos Irmãos da Vida Comum deu-se a divisão em idades e exercícios progressivos.

A regra da clausura que é de fundamental importância ao exercício

ascético também foi transposta para a disciplina escolar. Institui-se um lugar fechado, com o menor contato com o exterior para o exercício pedagógico. E aqui vale destacar aquilo que Foucault afirmou sobre tal:

e isso também é novo, é essencial; toda a mistura, toda a intricação do meio universitário com o meio ambiente, em particular o vínculo tão fundamental durante toda a Idade Média entre essa juventude universitária e as classes populares, vai ser atravessado por esse princípio da vida em clausura, [...] (2006, p. 84).

Outra característica do exercício ascético é a importância de um guia. Era este último que dirigia os exercícios; era ele que observava os progressos e retrocessos ou erros daquele que se iniciava nas atividades ascéticas. Isto também adentrou nas escolas. O guia ascético tornou-se o professor de classe.

Por fim, a formação de decúrias: as salas das escolas dos Irmãos da Vida Comum se organizavam pela constituição de grupos de dez. Sobre isto Foucault afirmou que se tratava ou de um princípio ascético ou militar, pois tal esquema das decúrias já era usado nos exércitos romanos, e também nos conventos da época cristã arcaica. Portanto, é provável que ele tenha vindo do exército para os conventos, e finalmente para as escolas.

Assim, encontramos o primeiro movimento de expansão da disciplina. Da vida ascética das comunidades religiosas para as escolas. Dando forma a uma pedagogia, a qual é no fundo uma disciplina escolar.

Um segundo momento daquilo que podemos chamar de uma expansão dos procedimentos disciplinares se deu com aquilo que Foucault chamou de “colonização dos povos colonizados” (FOUCAULT, 2006, p. 86). Fundada por Inácio de Loyola em 1534, a ordem dos jesuítas recebeu do Papa Paulo III o nome de Companhia de Jesus. Foucault descreveu sua atuação na América do Sul junto aos índios. De acordo com ele os jesuítas se opuseram à escravidão praticada na América do Sul, recém conquistada pelos europeus. A este tipo de exploração bruta e consumidora, que era a escravidão, os jesuítas opuseram a criação de comunidades nas quais os índios e eles viviam. O exemplo de Foucault refere-se às chamadas repúblicas “comunistas” dos guaranis no Paraguai. Contudo, os jesuítas ao subtraí-los à escravidão acabou por inseri-los em um sistema de controle muito mais sutil. Pois, para nosso filósofo as chamadas repúblicas eram microcosmos disciplinares. A partir dessa análise temos mais três características ou procedimentos próprios à

disciplina, ainda que o primeiro estivesse presente de alguma forma nas escolas dos Irmãos da Vida Comum. Tratava-se: a) do controle do tempo; b) vigilância; c) uma espécie de análogo de justiça penal permanente.

O controle do tempo era absoluto, e certamente que isto implicava em uma ordenação do comportamento diário dos índios. Esquadrinhava-se o dia em etapas, com hora marcada para cada atividade: hora para as refeições; para o descanso; “[...], despertava-os à noite para que pudessem fazer amor e filhos na hora marcada” (FOUCAULT, 2006, p. 86).

Por sua vez procurava-se que a vigilância fosse permanente: cada família recebia seu alojamento um ao lado do outro, ao longo de tais alojamentos tinha-se uma calçada que permitia a vigilância do interior de cada um, na medida em que suas janelas permaneciam sempre abertas à observação dos jesuítas⁵⁸.

Em terceiro: uma espécie de sistema penal permanente, de punição permanente. Porque se tudo era controlado e vigiado estava-se sempre atento a qualquer gesto, comportamento que indicasse uma má propensão, uma má tendência. Nesse sistema a punição era mais leve que a de uso nas sociedades da época. Por quê? Ora, primeiro porque ela era constante, permanente. Segundo porque se aplicava sempre em virtualidades ou inícios de ação. Tal punição, portanto, estava posta neste caso não como um exercício de reação a uma ação efetivada, mas como uma possibilidade permanente e certa diante da possibilidade de qualquer ato indesejado (crime, delito, infração de qualquer ordem: jurídico-criminal, administrativa, militar, escolar, etc).

Depois, já no século XVIII, as disciplinas avançam ainda mais, entretanto sem ponto de apoio religioso. Entram em cena outros tipos de sistemas disciplinares que prescindem do apoio regular da religião⁵⁹. Vale ressaltar aqui o exército: com o esquema de aquartelamento e prontuários na luta contra os desertores; com os exercícios corporais, e ocupação completa do tempo. Mas, não só no exército foram constituídas formas disciplinares, a classe operária também foi

⁵⁸ Sobre tal assunto vale citar uma passagem da conferência de 1967, “As heterotopias”: “[...], as casas eram dispostas em fileiras ao longo de duas ruas que se cruzavam em ângulo reto. Ao fundo da praça central do vilarejo havia uma igreja; em um lado, o colégio; no outro, a prisão. Do entardecer ao amanhecer, do amanhecer ao entardecer, os jesuítas regulamentavam meticulosamente toda a vida dos colonos” (FOUCAULT, 2013, p. 29). Nota-se possíveis linhas de continuidade entre a conferência de 1967 e PP; e, em linhas mais gerais, da arqueologia à genealogia de VP.

⁵⁹ Foucault não deixou claro se haveria certa continuidade entre as disciplinas com apoio religioso e as que se instauraram posteriormente no século XVIII.

alvo. As cidades operárias e a caderneta eram exemplos de procedimentos disciplinares. Foucault deu uma ênfase maior para a caderneta, porque acreditamos que ela seja um exemplo por excelência de um procedimento disciplinar que se exercia ao ar livre ao contrário das de caráter religioso. Dava-se assim:

cada operário só pode, só tem o direito de deslocar-se com uma caderneta que indica qual foi seu empregador anterior, em que condições, por quais motivos o deixou; e, quando quer conseguir um novo emprego ou se instalar em outra cidade, ele tem de apresentar ao seu novo patrão, à municipalidade, às autoridades locais, sua caderneta, que é, de certo modo, a própria marca de todos os sistemas disciplinares que pesam sobre ele (FOUCAULT, 2006, p. 88)⁶⁰.

Até aqui é possível notar que as disciplinas se formaram na Idade Média em certo âmbito e lá permaneceram, ou seja, elas foram durante séculos exercidas no interior das comunidades religiosas. Contudo, já por volta do início do século XVI elas adentraram outros campos e passaram a atuar nas escolas, nas colônias da América do Sul via ação de grupos religiosos: Irmãos da Vida comum e Companhia de Jesus. Posteriormente, passaram a atuar sem o apoio religioso: sobretudo no exército e entre os operários. Elas passaram de locais e laterais para uma posição cada vez mais central, ou, no mínimo, tornaram-se cada vez mais atuantes em inúmeros pontos da sociedade. Em suma, é possível afirmar, com o que vimos até aqui, que seus principais elementos ou procedimentos seriam estes:

[...]: a fixação espacial, a extração ótima do tempo, a aplicação e a exploração das forças do *corpo* por uma regulamentação dos gestos, das atitudes e da atenção, a constituição de uma vigilância constante e de um poder punitivo imediato, enfim a organização de um poder regulamentar que, em si, em seu funcionamento, é anônimo, não individual, que resulta sempre numa identificação das individualidades sujeitadas. Em linhas gerais: apropriação do *corpo* singular por um poder que o enquadra e que o constitui como *indivíduo*, isto é, como *corpo* sujeitado (FOUCAULT, 2006, p. 89; itálico nosso)⁶¹.

No limite ao descrevermos esta história esquemática das disciplinas, pode-se afirmar que o resultado obtido com seu exercício é o indivíduo, o qual é corpo sujeitado. E, certamente, haveria aí um porquê desse poder que se exerce

⁶⁰ Seria a caderneta a matriz de procedimentos similares? A carteira de trabalho, por exemplo.

⁶¹ Esta passagem de PP (1973) evidencia a correlação entre disciplina e corpo.

individualizando, criando individualidades sujeitadas, corpos sujeitados. Ora, elas teriam um duplo foco a atingir, os quais de acordo com Duarte se relacionam:

as disciplinas possuem objetivos econômicos e políticos, portanto: aumentar a produtividade do trabalhador, aumentar a eficácia da ação do soldado, aumentar a eficácia dos sistemas educacionais, mas também reduzir o potencial de revolta e neutralizar os efeitos de contrapoder. Trata-se, pois, de aumentar a utilidade econômica e a docilidade política por meio da racionalização do comportamento, diminuindo até um ponto ótimo as resistências políticas (DUARTE, 2010, p. 219-220).

Na descrição acerca dos procedimentos e objetivos das disciplinas nos deteremos doravante. Expomos nas seções anteriores a emergência do problema acerca do poder no pensamento foucaultiano, seu esforço para pensar o poder em sua efetividade e exercício. Não uma teoria do poder, mas um diagnóstico acerca dos mecanismos, técnicas e procedimentos de controle do indivíduo. Se vimos a partir de várias entrevistas e cursos do *Collège de France* a elaboração desse problema e a apresentação de hipóteses, foi em VP que Foucault apresentou de forma mais “acabada” tudo isso. Há nesse livro uma espécie de arremate, uma condensação das pesquisas que viam sendo desenvolvidas há algum tempo: poder, poder-saber, disciplina, panoptismo.

2.4.4 Vigiar, Normalizar, Examinar

Retomaremos agora a questão dos procedimentos das disciplinas⁶².

Com a distribuição dos indivíduos no espaço das instituições, cada qual ocuparia um lugar “marcado”. A partir do qual seria identificado, observado, classificado, avaliado, comparado. Mas, não só ligar o indivíduo ao espaço, como também ao ligá-lo fazê-lo ocupar uma função. Na perspectiva foucaultiana seria

⁶² Se o subtítulo de VP é: “nascimento da prisão”, “deveríamos enfatizar que as prisões são apenas um exemplo dentre muitos outros dessa tecnologia de disciplina, vigilância e punição. [...]. A instituição do hospital ou da escola não é exatamente o objetivo de Foucault, não mais do que as prisões. Ou melhor, ele se preocupa com os próprios procedimentos disciplinares” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 201). Muchail explica porque houve, no entanto, um destaque para a prisão: “Por um lado há uma certa singularidade da prisão”. Nela o projeto de Bentham encontrou seu lugar privilegiado de aplicação. “Por outro lado, porém, a prisão também aparece como sendo não mais que a forma ‘concentrada’, ‘exemplar’ e ‘simbólica’ de todas as outras instituições. [...]. Assim, ao mesmo tempo em que é ‘diferente’ das outras instituições, todas lhes são semelhantes” (MUCHAIL, 2004, p. 70-71). No limite, encontrar-se-ia na prisão o exercício dos procedimentos disciplinares em sua máxima concentração e intensidade.

assim, não só quadricular, mas um quadriculamento funcional: “lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil” (FOUCAULT, 2009, p. 139). Isto, doravante, se tornou determinante na organização dos espaços dos hospitais e das fábricas (Cf. FOUCAULT, 2009).

Somou-se a isto o controle das atividades, o qual implicaria também em um controle do tempo, na medida em que o controle das atividades demanda uma regularidade baseada na duração temporal. Assim, o indivíduo previamente posicionado deveria desenvolver suas atividades dentro de um tempo sempre mensurável: como um soldado deve marchar, ou manusear seu fuzil; como um estudante aprende a caligrafia. Ora, de certo modo, ainda podemos observar tais técnicas, ou melhor, provavelmente em algum momento de nossas vidas, nós as experimentamos. São elas, como Foucault destacou: sutis, presentes em nosso cotidiano. Sutileza que não é da ordem da repressão, ela se impõe, mas é também reclamada, exigida, desejada. Sutileza que se deve à sua inserção contínua e ininterrupta no tempo e nos espaços habitados pelos indivíduos e por onde nós circulamos.

Além de tais técnicas dos detalhes, existiram outros procedimentos disciplinares: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e a combinação de ambos, o exame.

A princípio o que possibilitou uma vigilância contínua nesses espaços disciplinares foi uma mudança de ordem arquitetural. Deixa-se de lado uma lógica de construções suntuosas, de uma arquitetura palaciana para entrar em cena um tipo de arquitetura que tem como modelo o acampamento militar. Arquitetura que permitiu estabelecer uma rede de olhares. Numa hierarquia em que se vigia e se é vigiado.

Foucault afirmou que

o acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Durante muito tempo encontramos no urbanismo, na construção das cidades operárias, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das casas de educação, esse modelo do acampamento ou pelo menos o princípio que o sustenta: o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas. Princípio do ‘encastramento’ (2009, p. 165-166).

A hipótese foucaultiana é de que a partir desse modelo ideal cria-se

nas escolas e hospitais uma arquitetura que não se preocupa mais em ser feita para ser vista ou vigiar o espaço exterior, mas importa doravante a vigilância interna, o controle. Dois exemplos: o hospital-edifício e a escola-edifício⁶³: o primeiro deixou de abrigar a miséria e a morte próxima, para que sua materialidade se torna-se um operador terapêutico: melhor observar e cuidar, evitar contatos e contágios; o segundo, efetiva operações estanques entre os indivíduos, toda uma arquitetura para eliminar os contatos indesejáveis: quartos dispostos em corredores, os quais se parecem com celas; em intervalos regulares, encontra-se um alojamento de um oficial. Nos banheiros e refeitórios a mesma lógica do quadriculamento e da visibilidade.

Com tal arquitetura do ideal de tudo ver, criou-se em tais instituições uma rede de olhares, uma pirâmide de fiscalização, em que todos fiscalizam e são fiscalizados. É, portanto, o que Foucault chamou de vigilância hierárquica: uma rede de relações, de intermediações, de apoios múltiplos e contínuos. Os exemplos estão presentes nos hospitais, escolas e fábricas.

Outro instrumento utilizado pelo poder disciplinar foi a sanção normalizadora. A disciplina faz funcionar um pequeno mecanismo penal no qual se pune os desvios dos indivíduos. Tem como fim a correção do comportamento desviante, não conforme a norma, para adequá-lo aos fins das instituições.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes "incorretas", gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizado, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações (FOUCAULT, 2009, p. 171-172).

Tudo aquilo que no indivíduo for considerado como não conforme, não adequado, em desacordo com a regra, em última instância, tudo aquilo que não for normal deve-se tornar normal através das aplicações dessas pequenas penas. Ou seja, o poder disciplinar é o operador de uma normalização: a disciplina faz funcionar um pequeno tribunal que normaliza. Vale ressaltar este ponto, indicando um passagem de Fonseca:

⁶³ Em VP o exemplo da escola-edifício é dado a partir da Escola Militar de Paris. A qual juntamente com o Zoológico de Versalhes construído por Le Vaux teria provavelmente inspirado o projeto do *Panopticon* de Bentham (FOUCAULT, 2009, p. 167 e 192).

A sanção normalizadora não incide sobre delitos especificados em leis, mas, pequenas insolências no interior das instituições. Assim, aquilo a que visa o instrumento da sanção normalizadora é a criação de hábitos por meio do exercício, por meio da prática reiterada de condutas esperadas, aquilo a que visa esse tipo peculiar de sanção não é propriamente uma punição, mas uma correção com vistas à normalização (2002, p. 178).

Existe também um terceiro instrumento da disciplina que combina vigilância hierárquica e sanção normalizadora: o exame. “É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 2009, p. 177). O exame é um procedimento que superpõe relação de poder e produção de saber. Através da observação, de anotações, da constituição de formulários que identificam, classificam indivíduos, o exame faz funcionar uma objetivação e sujeição simultânea. Conhece-se, e ao conhecer cria-se a objetivação, e desta a sujeição. Nos hospitais e escolas o exame tem sua presença perpétua. Nos exércitos temos as revistas, as paradas, nas quais se observa detalhes da ação de cada componente.

O exame é também o instrumento que faz a individualidade entrar num campo de registros. Ele ao colocar a individualidade sob vigilância propicia a entrada da mesma numa rede de anotações escritas. Traz em si o que Foucault chamou de um “poder de escrita”. Cria-se arquivos documentais nos exércitos, nas escolas e hospitais, logo que, no exército era importante criar um meio para se conhecer os desertores, evitar as convocações repetidas; nos hospitais reconhecer os doentes, expulsar os simuladores; nas escolas dever-se-ia caracterizar a aptidão de cada um, situar seu nível e capacidades (Cf. FOUCAULT, 2009). Quando investido sob o exame cada indivíduo torna-se um caso a ser mensurado, corrigido, treinado e retreinado. “Finalmente”, como diz Foucault “o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber”. (FOUCAULT, 2009, p. 183). Ele deslocou o nível e o alvo dos processos de individualização, na medida em que, por exemplo, nas sociedades de caráter feudal “[...] quanto mais o homem é detentor de poder ou de privilégio, tanto mais é marcado como indivíduo, por rituais, discursos, ou representações plásticas”. (FOUCAULT, 2009, p. 184). Tratava-se de uma individualização “ascendente”. Em um regime disciplinar isso se inverteu, trata-se doravante de uma individualização

“descendente”; individualização

por fiscalizações mais que por cerimônias, por observações mais que por relatos comemorativos, por medidas comparativas que têm a ‘norma’ como referência, e não por genealogias que dão os ancestrais como ponto de referência; por desvios mais que por proezas. Num sistema de disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto, o doente o é antes do homem são, o louco e delinquente mais que o normal e o não-delinquente. É em direção aos primeiros, em todo caso, que se voltam em nossa civilização todos os mecanismos individualizantes; e quando se quer individualizar o adulto são, normal e legalista, agora é sempre perguntando-lhe o que ainda há nele de criança, que loucura secreta o habita, que crime fundamental ele quis cometer (FOUCAULT, 2009, p. 184).

São estas técnicas e instrumentos que deram forma à disciplina. Uma forma de poder sutil, mas com uma capacidade enorme de alcance. Ela com suas técnicas e instrumentos fabricou o indivíduo moderno⁶⁴. O qual ainda somos, na medida em que ainda somos investidos por vários desses instrumentos disciplinares.

2.4.5 Jeremy Bentham e o *Panopticon*

Somando e articulando todos estes procedimentos, Foucault detectou o projeto de um edifício, de uma instituição: o *Panopticon*⁶⁵. O qual teria uma funcionalidade enorme, pois colocaria em movimento todos os procedimentos disciplinares. Ou como afirmou Foucault: “[...], existiu uma formalização muito nítida, muito evidente dessa microfísica do poder disciplinar; essa formalização vocês encontram simplesmente no *Panopticon* de Bentham” (FOUCAULT, 2006 p. 91-92). E o que seria o *Panopticon*?

O princípio do (*Panopticon*) é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas

⁶⁴ Vale destacar esta observação: “O indivíduo moderno – objetivado, analisado e fixado - é uma realização histórica. Não uma pessoa universal sobre o qual o poder tenha exercido suas operações, [...]. Ao contrário, o indivíduo é o efeito e objeto de certo entrecruzamento de poder e saber” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 210).

⁶⁵ “O panóptico representa o modelo por excelência desta tecnologia de poder” (disciplinas) “que se impõe ao longo do século XIX” (MAIA, 1998, p. 130; acréscimo nosso).

janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravessasse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou escolar (FOUCAULT, 2009, p. 190).

Seria o *Panopticon* um modelo para a prisão? Sim, ele é, mas não somente para a prisão. Ele é um modelo para toda e qualquer instituição: escolas, hospitais, quartéis, e assim por diante. E no limite, de acordo com Foucault, o *Panopticon* é mais que um modelo que pode ser adotado por diferentes instituições, ele é um mecanismo⁶⁶. Mecanismo que é capaz de intensificar o exercício do poder, melhorar sua distribuição, e tornar seu alvo de aplicação mais certo (Cf. FOUCAULT, 2006). O *Panopticon* com sua disposição arquitetural faz funcionar toda uma gama de procedimentos disciplinares.

Vejamos os efeitos dessa arquitetura. Na periferia uma construção aneliforme que era dividida em celas com aberturas para fora e para dentro. Janelas para fora e portas para dentro. No centro uma torre com vários andares e em sua parte superior uma espécie de observatório. Em cada cela um indivíduo, cada corpo ocupando um lugar, portanto, temos a ideia da vinculação espacial do indivíduo⁶⁷. E na torre um diretor/vigilante.

O *Panopticon* dissocia o par ver-ser-visto: o vigilante vê sem ser visto; e o vigiado/visto não vê o vigilante. O que resta aquele que é visto? Ver a torre sempre diante de si. Não a face daquele que o vigia, mas a torre de vigilância que está lá o tempo todo para que ele jamais esqueça de que é vigiado. Desse modo, além de dissociar o par ver-ser-visto, o *Panopticon* produziria um tipo de poder visível, mas inverificável; visível porque a alta torre central sempre está ali aos olhos dos detentos; e, inverificável, pois jamais o detento saberá se está ou não a ser vigiado, porque as janelas das torres são cobertas por persianas, além das divisórias internas que impedem sequer que uma silhueta venha a ser vislumbrada pelo

⁶⁶ Foucault apresentou em VP em sua Terceira Parte, Capítulo III, “O panoptismo”, uma diferença entre duas imagens da disciplina: uma a partir da cidade pestilenta em quarentena, já descrita por nós no início deste capítulo, a outra a partir do panoptismo, em parte também já descrita por nós. “Duas imagens, portanto, da disciplina. Num extremo, a *disciplina-bloco*, a instituição fechada, estabelecida à margem, e toda voltada para funções negativas: fazer parar o mal, romper as comunicações, suspender o tempo. No outro extremo, com o panoptismo, temos a *disciplina-mecanismo*: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 198; itálicos nossos).

⁶⁷ “Todos os fenômenos coletivos, todos os fenômenos de multiplicidade encontram-se assim abolidos. E, como diz Bentham com satisfação, nas escolas não haverá mais ‘cola’, que é o início da imoralidade; nas oficinas não haverá mais distração coletiva, [...]” (FOUCAULT, 2006, p. 94).

detento. Ora, temos aí um dos efeitos mais importantes desse mecanismo: “[...], se o prisioneiro nunca sabe quando está sendo observado, ele se torna seu próprio guardião” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 248-249).

Nesse mecanismo qualquer um poderia desta forma vir a ocupar o posto de diretor/vigilante dentro da torre na medida em que o poder que se exerce no *Panopticon* teria esse caráter de anonimato, não concentrado em uma individualidade. Por sua disposição arquitetural o *Panopticon* pôde desindividualizar e automatizar o poder. Isto fica mais claro se observarmos esta passagem:

O diretor não tem corpo, porque o verdadeiro efeito do Panopticon é o de ser tal que, mesmo quando não há ninguém, o indivíduo na sua cela não apenas se creia, mas se saiba observado, que tenha a sensação constante de estar num estado de visibilidade para um olhar – que está ou não está presente, pouco importa. Por conseguinte, o poder é inteiramente desindividualizado. No limite, essa cúpula central poderia estar absolutamente vazia, e mesmo assim o poder se exerceria. [...]. Esse poder não necessita de instrumento; seu único suporte é o olhar e a luz (FOUCAULT, 2006, p. 95-96).

O olhar inverificável que vem da torre, que vem do centro em direção à cela, à periferia. A cela com sua janela aberta para o exterior que permite que a luz a atravesse pondo aquele que nela se encontra aprisionado sob uma observância permanente. Mas os efeitos de poder não param aí, esse mecanismo possibilita o controle dos controladores:

Além disso, o arranjo dessa máquina é tal que seu fechamento não exclui uma presença permanente do exterior: [...]. Na realidade qualquer instituição panóptica, [...], poderá sem dificuldade ser submetida a essas inspeções ao mesmo tempo aleatórias e incessantes: e isso não só por parte dos controladores designados, mas por parte do público; qualquer membro da sociedade terá direito de vir constatar com seus olhos como funcionam as escolas, os hospitais, as fábricas, as prisões (FOUCAULT, 2009, p. 196).

Com isso nota-se a incessante aplicação e funcionamento da vigilância hierárquica, uma vigilância em rede, na qual tudo e todos se encontram sobre o olhar onipresente do outro. Não há fora do poder, mas uma incessante permanência sob seus procedimentos. De modo que até os controladores podem sofrer os efeitos de individualização próprios à maquinaria panóptica.

O *Panopticon* confirma a tese foucaultiana da imbricação do binômio

poder-saber: sua funcionalidade implica também uma coleta de dados. A partir da observação constante do comportamento, dos gestos de cada indivíduo se constituem anotações, registros e arquivos. “Logo, o Panopticon é, [...], um aparelho de individualização e de conhecimento ao mesmo tempo; é um aparelho de saber e de poder ao mesmo tempo, que individualiza, por um lado, e que, individualizando, conhece” (FOUCAULT, 2006, p. 97). E que ao conhecer também reforça a individualização. A atividade da escrita, de anotações e registros constitui individualização de todos: dos detentos e vigiados, mas também dos vigilantes.

Temos, portanto, com o projeto *Panopticon* um modelo de instituição disciplinar perfeita, mas também temos com ele um modo de fazer circular as disciplinas por toda a sociedade.

Na famosa jaula transparente e circular, com sua torre alta, potente e sábia, será talvez o caso para Bentham de projetar uma *instituição disciplinar perfeita*; mas também importa mostrar como se pode ‘destrancar’ as disciplinas e fazê-las funcionar de maneira difusa, múltipla, polivalente no corpo social inteiro. Bentham sonha fazer delas uma rede de dispositivos que estariam em toda parte e sempre alertas, percorrendo a sociedade sem lacuna e sem interrupção. O arranjo panóptico dá a fórmula dessa generalização. Ele programa, ao nível de um mecanismo elementar e facilmente transferível, o funcionamento de base de uma sociedade toda atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares (FOUCAULT, 2009, p. 197-198; itálicos nossos).

Foucault fez notar essa expansão e ramificação dos mecanismos disciplinares para além das próprias instituições na medida em que observou uma tendência à desinstitucionalização das disciplinas: houve uma crescente ramificação da vigilância externa, constituindo-se uma espécie de controles laterais. Por exemplo, a escola: deve não só formar crianças dóceis, mas vigiar os pais, informar-se de sua maneira de viver, seus recursos. O mesmo com os hospitais: que além de recolher os doentes do bairro, passou a ter a função de recolher informações, dar conselhos aos moradores. Mas,

Vemos também se difundirem os procedimentos disciplinares, não a partir de instituições fechadas, mas de focos de controles disseminados na sociedade. Grupos religiosos, associações de beneficência por muito tempo desempenharam esse papel de ‘disciplinamento’ da população (FOUCAULT, 2009, p. 200).

Isso nos remete às discussões de VFJ, as quais apresentamos

acima: procedimentos de controle e vigilância elaborados na Inglaterra entre os mais variados grupos desde o fim do XVII até fim do XVIII. Um controle independente de instituições, mas nem por isso menos presente.

O projeto *Panopticon* atestaria o sonho da generalização das disciplinas, (sonho, que de acordo com Foucault, se realizou) sua multiplicação gradual em um movimento que vai do século XVII ao XIX; e forma o que se pode chamar, como Foucault afirmou, uma sociedade disciplinar, uma sociedade do panoptismo.

2.5 CORPO: DOS SUPLÍCIOS AO ADESTRAMENTO DISCIPLINAR

Até aqui procuramos mostrar a emergência da disciplina no âmbito das investigações foucaultianas. A passagem de uma concepção negativa para uma positiva de poder, ou seja, da repressão à produtividade. Agora, após esse itinerário, vamos demarcar a relação da disciplina com seu objeto mais imediato: o corpo. Vimos no capítulo anterior, que na arqueologia poder e corpo não se encontram lado a lado. Já no início da década de 1970 temos um deslocamento, poder e corpo constituem um binômio, na medida em que a disciplina é um tipo de poder que tem como alvo e objeto o corpo. Que corpo é esse, como isso funciona? De acordo com Foucault,

Se fizéssemos uma história do controle social do corpo, poderíamos mostrar que, até o século XVIII inclusive, o corpo dos indivíduos é essencialmente a superfície de inscrição de suplícios e de penas; o corpo era feito para ser supliciado e castigado. Já nas instâncias de controle que surgem a partir do século XIX, o corpo adquire uma *significação* totalmente diferente; ele não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar (FOUCAULT, 2005, p. 119; itálico nosso).

Para que se possa compreender o lugar, a posição que o corpo ocupou nas investigações foucaultinas no período por nós estudado neste capítulo, essa passagem – de VFJ - pode ser um importante ponto de partida. Dois modos pelos quais o poder investiu o corpo, primeiro: superfície de suplícios; segundo: aquilo que deve ser formado e reformado. Daí duas significações diferentes acerca

do corpo⁶⁸.

É, sobretudo, em VP que encontramos de forma explícita a formulação desses dois modos de exercer o poder sobre o corpo: “o corpo dos condenados” e “os corpos dóceis”.

Em VP Foucault partiu do estudo do corpo supliciado, o qual foi exposto à vingança do poder real até fins do século XVIII. O corpo do condenado era a superfície material sobre a qual o poder real se exercia. Castigar certos crimes até essa época era apossar-se do corpo do súdito e sobre ele provocar sofrimentos calculados, graduados até o termo final: a morte. Isto porque

Nas monarquias europeias, o crime era não somente descaso pela lei, transgressão. Era, a um só tempo, uma espécie de ultraje feito ao rei. Todo crime era, por assim dizer, um pequeno regicídio. Atacava-se não apenas a vontade do rei, mas também, de algum modo, sua força física. Na mesma medida, a pena era a reação do poder real contra o criminoso⁶⁹ (FOUCAULT, 2012b, p. 105-106).

Mas, ao lado dos suplícios havia uma outra forma de exercício de poder sobre o corpo. Fora do campo da Lei e ao lado dele uma forma menos visível de poder, mais sutil, corria toda a sociedade, esta como já vimos, era a disciplina. A qual na virada do século XVIII para o XIX colonizaria a justiça penal, impondo a prisão como a pena universal por excelência⁷⁰. Ou seja, se o corpo no âmbito do Direito, até início do XIX, era marcado, destroçado, havia paralelamente outra tecnologia de poder que dele fazia outro uso. Sua ação era mais da ordem da modelagem, da ortopedia, do exercício do que da destruição, da violência calculada e da morte.

Ora, ao menos duas formas diferentes de se tratar o corpo

⁶⁸ De acordo com Dreyfus e Rabinow (2010, p. 151), em referência a HL e o NC - como também mostramos em nosso primeiro capítulo: “Desde o início ele se interessou pelo corpo conforme era investigado pelos cientistas e pelo poder que reside em instituições especializadas. Mais recentemente, Foucault reconheceu que essa potente relação entre saber e poder, localizada no corpo, é, na verdade, um mecanismo geral de poder da maior importância para a sociedade ocidental”.

⁶⁹ Sobre o ritual do suplício: as primeiras páginas de VP descrevem o suplício de Damians em 1757 (Cf. FOUCAULT, 2009).

⁷⁰ “De onde vem a prisão? Eu responderia: ‘um pouco de todas as partes’. Houve ‘invenção’, sem dúvida, mas invenção de toda uma técnica de vigilância, de controle, de identificação dos indivíduos, enquadramento de seus gestos, de sua atividade, de sua eficácia. E isso, a partir do século XVI e XVII, no exército, nos colégios, escolas, hospitais, ateliês. Uma tecnologia do poder apurado e cotidiano, do poder sobre os corpos. A prisão é a figura última dessa era das disciplinas” (FOUCAULT, 2012, p. 33). Vol. VIII, “Dos suplícios às celas”, p. 32-36, 1975.

coexistiam nas sociedades ocidentais durante o século XVIII. Mas aos poucos, de acordo com uma necessidade de ordem econômica e social, o poder em sua forma positiva passa a ocupar cada vez mais espaço. Sai de cena o corpo supliciado e cada vez mais fica em evidência o corpo adestrado, seja nas instâncias da justiça penal, seja em toda a sociedade. Assim, para que se possa compreender o exercício do poder:

É preciso, em primeiro lugar, afastar uma tese muito difundida, segundo a qual o poder nas sociedades burguesas e capitalistas teria negado a realidade do corpo em proveito da alma, da consciência, da idealidade. Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder... Qual é o tipo de investimento do corpo que é necessário e suficiente ao funcionamento de uma sociedade capitalista como a nossa? Eu penso que do século XVII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo pelo poder devia ser denso, rígido, constante, metucioso. Daí esses terríveis regimes disciplinares que se concentram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias... (FOUCAULT, 2004c, p. 147-148).

Antes de se exercer sobre alma (a subjetividade, a consciência) o poder visa ao corpo. E se “atinge” a alma é porque antes atingiu o corpo: alma, subjetividade seriam produtos do exercício do poder sobre o corpo, as quais serviriam de instrumentos para melhor prendê-lo às malhas do poder, serviriam para reforçar seu domínio sobre ele. Adestra-se, torna-se dócil o corpo do soldado, do aluno, do operário, do criminoso e só a partir daí constitui-se a alma de um e de outro⁷¹. No limite aquilo, por exemplo, que a psicologia se atribui como objeto, é antes efeito do poder sobre o corpo. Pois, o poder disciplinar opera produzindo, de modo que a noção de repressão – como apontamos no início desse capítulo -, que identifica poder à proibição, torna-se inútil quando adentramos esses campos de análise. Dessa forma se quisermos efetivar um investigação consistente, torna-se importante não só considerar que o alvo primeiro do poder é o corpo, mas também

⁷¹ “Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 32).

É preciso se distinguir dos para-marxistas como Marcuse, que dão à noção de repressão uma importância exagerada. Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (FOUCAULT, 2004c, p. 148-149).

Se Foucault criticou os para-marxistas, tal como Marcuse, pela importância exagerada dada a noção de repressão, esta crítica também poderia se voltar contra ele, por quê? Como foi visto ele também fez uso dessa noção durante suas pesquisas arqueológicas, mudando de posição posteriormente, na procura de refinar sua perspectiva sobre o poder e seus objetos, seus modos de exercícios e procedimentos. O poder não só como forma compacta, limitadora, aliás, não uma forma, mas o caráter produtivo do poder, o caráter relacional entre poder e saber, relação que é uma constante nesse período no pensamento de Foucault. Pode-se afirmar, como observou Dreyfus e Rabinow (2010, p. 140), que suas pesquisas nessa época tem como baliza uma tríade: “o genealogista é aquele que diagnostica e se concentra nas relações de poder, saber e corpo na sociedade moderna”. O intercâmbio, a articulação dessa tríade daria forma a uma noção cara a ele: a tecnologia política do corpo “[...] - o cruzamento das relações entre poder, saber e corpo – [...]” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 151).

Esta tecnologia política do corpo é ativada ou posta em funcionamento pelos procedimentos disciplinares, que se exercem sobre ele de forma detalhada, mais sobre os processos do que sobre os resultados. Técnicas sempre menores, se comparadas aos rituais do poder soberano, minuciosas, mas muito mais eficazes por serem elas ininterruptas, formando uma rede sobre a sociedade; a disciplina é em última instância, e daí sua astúcia: “[...] uma anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 2009, p. 134).

É frequente entre os textos dessa época expressões que faça referência ao corpo: “tecnologia política do corpo”; “anatomia política”; “anatomia política do detalhe”; “ortopedia social”, pois, “um dos maiores empreendimentos de Foucault foi sua habilidade de isolar e conceituar o modo pelo qual o corpo se tornou

o componente essencial para a operação das relações de poder na sociedade moderna” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 150). Certamente um dos maiores empreendimentos de Foucault, e certamente uma novidade no campo do pensamento filosófico. Novidade que nos mostrou com maior evidência quem somos e como nos tornamos aquilo que somos, e que nos deixou, a partir daí, tal problema: como podemos deixar de ser aquilo que somos? E um problema de extrema relevância. Pois, feito o diagnóstico acerca daquilo que somos, e afirmando que aquilo que somos é sempre a efetivação de transformações de ordem histórica e jamais necessárias, como fazer um torção no devir e dar um outro rumo aos acontecimentos e nos tornarmos outros também? Como podemos deixar de ser normalizados, enquadrados, sujeitados, não ser mais uma corpo dócil entre tantos corpos dóceis? É provável que um primeiro passo em direção a “resolução” de tais questões seja o já dado por Foucault: o diagnóstico do presente. Orientarmo-nos acerca daquilo que hoje acontece e que forçosamente nos afeta, eis o primeiro passo para uma torção no devir e uma abertura para a possibilidade de deixar de ser aquilo que somos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo afirmamos que Foucault teria focado suas pesquisas sobre as formas: instituições de internamento e hospitais. E que a noção de poder utilizada por Foucault, para caracterizar o internamento geral e o específico, era, a de repressão. A qual indicava um tipo de poder compacto, duro, unívoco: fazer parar, excluir, proibir. Encerravam-se os desrazoados nas instituições de internamento; assistia, mas também, e junto, reprimia-se a vagabundem, isolava-se os ociosos, opunha-se a ordem à desordem; reprimia-se e moralizava-se os libertinos e loucos. Muros e paredes dos antigos leprosários, mas também outros edifícios foram a morada de tal população. Ao final do século XVIII esse mundo se dissolveu e para os loucos, doravante doentes mentais, criaram-se os asilos. Entram em cena as terapêuticas-punitivas: hidroterapia, isolamento, trabalho.

O hospital, instituição com finalidade a abrigar e assistir pobres doentes, também não deixou de ser um local de exercício de poder. Mas se ele, mais o médico exerciam poder, esse já era de outra ordem. Não há em NC referência à repressão, como antes em HL. O que se encontra é: vigilância, rede, olhar. E isso em função do próprio estatuto do hospital e do lugar do médico nesse momento do fim do século XVIII. Aqui não se tratava de trancar os desrazoados e curar o louco, mas de se ocupar dos pobres doentes e da saúde pública de um modo geral. Tal vigilância médica, com o hospital como suporte, tinha, para além de suas competências técnicas, uma função moral, a qual, todavia, não partia de um saber efetivo sobre o corpo doente. A medicina dessa época não identificava a doença ao corpo, encarava-o como superfície, na qual se observava sintomas que independiam da corporeidade. Somente a partir do início do século XIX, com o acoplamento da clínica à anatomia patológica, tomou-se o corpo como sede das doenças. E ainda que NC não tenha articulado poder e corpo, vale destacar que surgiram aí noções importantes à genealogia: vigilância, rede, olhar foram retomados durante a década de 1970, e se tornaram pontos centrais às investigações foucaultianas sobre disciplina(s), poder-corpo, poder-saber.

A conferência de 1966 que tratou do corpo e da utopia, é mais um exercício literário de Foucault, ainda que ela também seja um exercício de pensamento filosófico, na medida em que ela foi pensada por Foucault para atender às demandas de um programa de rádio que tinha como tema geral: “Utopia e

Literatura”⁷². Contudo, diante desse tema geral, vale enfatizar: Foucault optou por pensá-lo ao lado do corpo, o que mostra novamente a atenção de Foucault com esse tema durante a arqueologia, embora separado do tema do poder. O que Foucault mostrou é como o corpo pode ser encarado como a matriz das utopias, como o corpo pode ser o primeiro não-lugar, o qual prepara os outros não-lugares.

Concluindo esse primeiro capítulo tivemos a convicção de que poder e corpo não era aquilo que se remetia unicamente à genealogia, ambos já haviam sido explorados por Foucault. E doravante na década de 1970 eles reapareciam com um ímpeto maior, formando um binômio inseparável, articulando-se. Para tanto Foucault muda sua concepção de poder. Doravante o poder passa a ter uma positividade. Passou-se do modelo da exclusão do leproso, aplicado sobretudo à HL, ao modelo de inclusão do pestífero. Dois tipos, duas modalidades de exercício de poder e controle dos indivíduos, mas com os quais se tem meios e efeitos diferentes. Entra em cena as relações, o caráter relacional do poder, e Foucault deixa de lado as instituições e passa a explorar aquilo que às atravessam: entra em cena a ideia de uma “tecnologia política do corpo” fundamentada a partir de técnicas e procedimentos disciplinares. Encontramos nessa passagem pontos importantes: observamos que durante a época do GIP e mais precisamente em 1973 é que a perspectiva acerca do poder e do corpo sofreu inflexões relevantes, culminado com a publicação de VP em 1975.

Durante os anos de 1971-1973, Foucault pesquisou e militou em torno da questão da prisão, e em entrevistas da época nota-se, num primeiro momento, que sua concepção de poder permanecia próxima ainda daquela da década de 1960, pois ele qualificava a prisão a partir de tais noções: opressão, repressão. E a crítica era dirigida às instituições, às formas. Já no primeiro semestre de 1973 encontramos uma virada: Foucault começa a falar de disciplina, e em identidade morfológica dos mecanismos de poder que operam nas instituições desde o século XIX. Ou seja, Foucault começa a isolar o problema do microfísico. Contudo, o caminho não é reto. Antes de uma formulação efetiva acerca da disciplina, Foucault valeu-se da noção de panoptismo como tema central da conferência de 1973 (VFJ) na PUC – RJ. Pode-se notar nesse período de

⁷²Quem nos informa sobre isso é Daniel Defert (2013, p. 34-35): “Em 7 de dezembro de 1966, no quadro de uma série radiofônica chamada de ‘Cultura francesa’, consagrada à utopia, ele fora convidado a falar sobre ‘Utopia e Literatura’”. Assim no dia 7 de dezembro de 1966 ele apresentou a conferência “O corpo utópico” e em 21 de dezembro do mesmo ano, “As heterotopias”.

formulação do problema poder-corpo, uma certa imprecisão de Foucault, em que disciplina e panoptismo ainda não têm um lugar definido em suas reflexões. Mas, no fim do ano de 1973, em PP, as coisas começaram a ficar mais claras: Foucault traça uma breve história esquemática das disciplinas no Ocidente, da Idade Média à Modernidade, e, o tema do panoptismo já aparece acoplado ao de disciplina. Panoptismo já aparece, como aparecerá em VP, como um componente da disciplina, e como uma sistematização dos procedimentos disciplinares, como a sua forma mais acabada. Temos, portanto, entre 1971 e 1973: 1. Pesquisas e militância em torno da questão da prisão, e aqui poder ainda é visto como repressão e, mais, poder e corpo não se articulam. 2. No primeiro semestre de 1973 Foucault começa a falar de disciplina; 2.1 na conferência VFJ a noção de panoptismo é central; 3. Já no fim de 1973, em PP, as coisas começaram a tomar a direção e acabamento que se encontram em VP: disciplina e panoptismo foram demarcados.

Em 1975 Foucault publica VP, toda uma discussão em torno do binômio poder-corpo nos é apresentada de forma lapidar. É um livro sobre as disciplinas que Foucault nos apresenta. Poder que fabrica indivíduos a partir do adestramento e sujeição dos corpos. Distribuição espacial, controle do tempo, vigilância hierárquica, sanção normalizadora, exame, eis os procedimentos e técnicas disciplinares. O corpo que antes era supliciado, superfície de inscrição do poder real, doravante, sobretudo a partir do século XIX, passa a ser objeto de um outro tipo de poder: adentra-se o corpo, intensifica-se sua capacidade de produção, torna-o dócil e útil. A individualização é permanente e ininterrupta, isso quer dizer, a sujeição dos corpos não para, da escola à fábrica, do quartel ao hospital. Entramos na era da maquinaria panóptica, da mecânica do detalhe, da articulação poder-corpo.

Nossa dissertação por meio dessa trajetória procurou tornar visível os pontos de contato entre a arqueologia e a genealogia no que se refere ao tema poder e corpo, procurou assim mostrar as passagens e inflexões de uma à outra. De que a temática, por nós explorada, não é, portanto, una e própria à década de 1970, mas que de certa forma ela já era pensada por Foucault. É certo que não como um binômio articulado, e também com estatutos diferentes, mas os objetos e problemas da década de 1960 o conduziu ao tema, o qual foi retomado de forma marcante durante a genealogia. Vale ressaltar que durante a genealogia poder e corpo, não foram pensados desde o início lado a lado, e que a própria concepção de poder,

como mostramos, passou por transformações. Por fim, nota-se que Foucault é certamente um filósofo cuja maneira de pensar é mutante, não amarrada à evidências e verdades definitivas, um pensamento que se movimenta sem jamais se fixar, por isso, o que encontramos nele não são contradições, mas modos diferentes de pensar, um afastar-se e um aproximar-se de si mesmo.

Um corpo indócil e inútil

Se o corpo é objeto de um poder de tamanha flexibilidade e funcionalidade; se a partir desse investimento sobre o corpo se constituiu o indivíduo que somos, o corpo sujeitado que somos, o que fazer? É possível um outro corpo que não seja o produto da disciplina, um corpo indócil e inútil? Já que a disciplina o torna dócil e útil. Um corpo que seja improdutivo, que não se deixe levar pelos objetivos da sociedade ocidental moderna. Corpo que não seja só produtor de objetos e mercadorias, que não seja produtor e fonte de saber, que não seja consumidor e consumido. Em suma: é possível um corpo indisciplinado? Ora, é provável que um outro corpo que não o formatado pela disciplina seja possível. Para tanto seria imprescindível atacar a disciplina, fazer parar seus procedimentos e técnicas, desarranjar sua rede, na medida que é através deles que somos aquilo que somos enquanto corpos disciplinados.

Mas, ainda que possível, isso não seria muito fácil, na medida em que o próprio Foucault não apontou uma saída evidente, uma forma de se esquivar às malhas da disciplina, à maquinaria panóptica, que cotidianamente toma uma multiplicidade qualquer e individualiza, treina e exercita, cria hábitos. O que fazer se a escola-disciplina nos parece necessária e desejável? O que fazer se com o exército-disciplina acontece o mesmo, e o mesmo dentro e fora das demais instituições? Ou seja, o que fazer se a disciplina hoje não só fabrica indivíduos, mas já é parte inseparável da vida ordinária?

De modo mais radical e difícil: vimos que o controle sobre o indivíduo passou e passa por muitas vias: do internamento dos desrazoados à disciplina do soldado; isto é, do modelo de exclusão do leproso ao modelo de inclusão do pestífero e, por fim, ao panoptismo. Seria um beco sem saída? Porque se o poder funciona em rede, e nós somos os pontos de tal rede, aquilo que liga os fios de tal rede, como modificar isso? Como se esquivar daquilo que nos constitui? Apresenta-se aqui um problema que o próprio Foucault parece ter notado. Vejamos: quando estudou os arquivos sobre “a vida dos homens infames” e preparou um livro a partir desse material, Foucault expôs assim o problema:

Alguém me dirá: isso é bem próprio de você, sempre a mesma incapacidade de ultrapassar a linha, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a linguagem que vem de outro lugar ou de baixo; sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou do que ele faz dizer. Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças? Afinal, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas (2003, p. 208).

Nosso filósofo procurou justificar essa hipotética crítica a sua “incapacidade de ultrapassar a linha”, isto é, sua incapacidade de estar fora do poder, assim: afirmou que aquilo que estudou e doravante apresentaria a nós não poderia ser estudado se não fosse o poder. Foi na medida em que vidas e técnicas de poder se encontraram que essas vidas, que estariam perdidas de uma vez por todas, puderam ocupar um lugar nos arquivos da história: existências cotidianas e ordinárias que ao se chocarem com o poder puderam ser anotadas, escritas e registradas. Deleuze na pista do mesmo problema, afirmou que

O sujeito é sempre uma derivada. Ele nasce e se esvai na espessura do que se diz, do que se vê. Foucault tirará daí uma concepção muito curiosa do ‘homem infame’, [...]. O homem infame é [...] o homem comum, o homem qualquer, bruscamente iluminado por um fato corriqueiro, queixa dos vizinhos, presença da polícia, processo... É o homem confrontado ao Poder, intimado a falar e se mostrar (DELEUZE, 1992, p. 134).

O homem infame, que é o homem comum, e nós que também somos homens comuns somos uma derivada, na medida em que estamos sempre em embate com o poder disciplinar do nascimento à morte. Essa tecnologia de poder que marca a vida de todos à toda hora, como dela se esquivar? Voltamos aqui, portanto, ao ponto inicial, como constituir um corpo indisciplinado, não normalizado, não enquadrado e fabricado? Ou ao menos, como constituir um corpo que volta os procedimentos disciplinares a seu favor? Sabe-se que a disciplina não encera uma negatividade, pelo contrário, é antes produtiva, mas é uma produtividade que torna dócil-útil, corpo dócil que obedece, corpo útil que produz. O

importante talvez fosse voltar a produtividade da disciplina a outros objetivos, um corpo disciplinado que dança, como o do bailarino. Ou dois exemplos que nos vêm do Oriente⁷³: o corpo do iogue, e o corpo do faquir. Corpos forjados sob práticas ascéticas, sobre os quais se poderia dizer: “mas não participam da cultura Ocidental, portanto não são alvos do tipo de poder que se desenvolveu aqui”. Ao que se poderia responder: “corpos não ocidentais, que não sabem o que é a disciplina tal como a conhecemos, mas que servem de exemplo, e mostram outras possíveis configurações do corpo”. Um corpo ascético, e “disciplinado” (todavia, uma disciplina que desafia a nossa e, portanto, implicando em indisciplina), mas que se volta sobre si mesmo, que adestrando-se, se adentra para que o domínio sobre si seja maior; assim teríamos, em relação ao corpo disciplinado de todos os dias, um heterocorpo. Talvez por isso esses corpos orientais nos pareçam exóticos, na medida em que encerram o outro daquilo que somos. É certo que isso talvez pareça um exagero, na medida em que o mundo há vários séculos se torna maior e menor ao mesmo tempo, isto é, as distâncias se apagam cada vez mais e com isso as diferenças. Mas é provável que ainda possam existir muitos tipos de corpos indisciplinados, até mesmo entre nós. Vejamos dois exemplos da literatura moderna usados por Pelbart, o corpo magro do jejuador (Kafka, “Um artista da fome”), e o corpo raquítico de Bartleby (Melville, “Bartleby, o escrivão”):

pensemos na fragilidade desses corpos, próximos do inumano, em posturas que tangenciam a morte, e que no entanto encerram uma estranha obstinação, uma recusa inabalável. Nessa renúncia ao mundo pressentimos o signo de uma resistência. Aí se afirma algo essencial do próprio mundo. Nesses seres somos confrontados a uma surdez que é uma audição, uma cegueira que é uma vidência, um torpor que é uma sensibilidade exacerbada, uma apatia que é puro *páthos*, uma fragilidade que é indício de uma vitalidade superior (PELBART, 2003, p. 43-44).

Em ambos, o jejuador e Bartleby, imagens de corpos frágeis, mas que atestam uma recusa inabalável, recusa do quê? Poderíamos dizer que é uma recusa ao sistema de coerção da disciplina, que toma para si o corpo de cada um de

⁷³ Sobre esse ponto acerca do Oriente e Ocidente: “essa dissolução da constrangedora subjetividade europeia que nos foi imposta pela cultura a partir do século XIX é ainda o que está em jogo, penso eu, nas lutas atuais. É nisso que o zen budismo me interessa. [...] as regras da espiritualidade budista devem tender a desindividualização, a uma dessubjetivação, a fazer passar a individualidade aos seus limites visando a uma libertação no que diz respeito ao sujeito” (FOUCAULT, 2011a, p. 244-245).

nós e molda, adestra. Em ambos uma recusa que é uma marca de resistência, ainda que essa resistência possa conduzir à morte. Portanto, um outro corpo que não o disciplinado pode existir, contudo é sempre um risco, um risco que nos levaria ao limite de nós mesmos.

REFERÊNCIAS

De Michel Foucault

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, As heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____. Dos suplícios às celas. In: _____. **Ditos e escritos**: segurança, penalidade e prisão. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a. v. 8. p. 32-36.

_____. A tortura é a razão. In: _____. **Ditos e escritos**: segurança, penalidade e prisão. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b. v. 8. p. 104-112.

_____. O que chamamos punir? In: _____. **Ditos e escritos**: segurança, penalidade e prisão. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c. v. 8. p. 280-291.

_____. **Os anormais**: curso dado no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **Ditos e escritos**: arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a.

_____. A loucura só existe em uma sociedade. In: _____. **Ditos e escritos**: problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. v. 1, p. 162-164.

_____. A água e a loucura. In: _____. **Ditos e escritos**: problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. v. 1, p. 205-209.

_____. O grande internamento. In: _____. **Ditos e escritos**: problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c. v. 1, p. 258-268.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

_____. **Ditos e escritos:** arqueologia das ciências e história dos sistemas de saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a. v. 2.

_____. **Ditos e escritos:** estética: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b. v. 3.

_____. Verdade e poder. In:_____. **Microfísica do poder.** Trad. Roberto Machado. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004a. p. 1-14.

_____. O nascimento do hospital. In:_____. **Microfísica do poder.** Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004b. p. 99-112.

_____. Poder-corpo. In:_____. **Microfísica do poder.** Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004c. p. 145-152.

_____. A política da saúde no século XVIII. In:_____. **Microfísica do poder.** Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004d. p. 193-208.

_____. **Ditos e escritos:** Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

_____. Sobre as prisões. In:_____. **Ditos e escritos:** Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a. v. 4. p. 4-5.

_____. Inquirição sobre as prisões: quebremos a barreira do silêncio. In:_____. **Ditos e escritos:** Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b. v. 4. p. 6-12.

_____. A prisão em toda parte. In:_____. **Ditos e escritos:** Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003c. v. 4. p. 26-27.

_____. Prefácio a *Enquête dans Vingt Prisons*. In:_____. **Ditos e escritos:** Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003d. v. 4. p. 28-31.

_____. Um problema que me interessa há muito tempo é o do sistema penal. In:_____. **Ditos e escritos:** Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003e. v. 4. p. 32-36.

_____. Os intelectuais e o poder. In:_____. **Ditos e escritos:** Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003f. v. 4. p. 37-47.

_____. Prisões e revoltas nas prisões. In:_____. **Ditos e escritos:** Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003g. v. 4. p. 61-68.

_____. Sobre o internamento penitenciário. In:_____. **Ditos e escritos:** Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003h. v. 4. p. 69-80.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France.** Trad. Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France. 3. ed. São

Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Surveiller et punir**: naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.

_____. **Histoire de la folie à l'âge classique**. Paris: Gallimard, 1972.

Complementar

ALVAREZ, Marcos César. Punição, poder e resistências: a experiência do *Groupe d'Information sur les Prisons* e a análise crítica da prisão. In: Scavone, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (Org.). **O legado de Foucault**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p. 45-60.

DEFERT, Daniel. "Heterotopia": tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles. In: FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, As heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013. p. 33-55.

_____. Cronologia. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. v. 1. p. 1-64.

DELEUZE, Gilles. "Aquilo que os prisioneiros esperam de nós". In: _____. **A ilha deserta e outros textos**: textos e entrevista (1953-1974). São Paulo: Editora Iluminuras, 2004. p. 179- 181.

_____. Sobre as cartas de H.M. In: _____. **A ilha deserta e outros textos**: textos e entrevista (1953-1974). São Paulo: Editora Iluminuras, 2004a. p. 189-192

_____. **Conversações (1972-1990)**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUARTE, André. **Vidas em risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

EDGARDO, Castro. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. p. VII-XXIII.

MAIA, Antonio C. A genealogia de Foucault e as formas fundamentais de poder/saber: o inquérito e o exame. In: BRANCO, Guilherme Castelo; NEVES, Luiz Felipe Baêta (Org.). **Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência**. Rio de Janeiro: NAU, 1998. p. 103-145.

MUCHAIL, Salma Tannus. A trajetória de Michel Foucault. In:_____. **Foucault, simplesmente: textos reunidos**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 9-20.

_____. O mesmo e o outro. In:_____. **Foucault, simplesmente: textos reunidos**. São Paulo, Edições Loyola, 2004a. p. 37-48.

_____. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In:_____. **Foucault, simplesmente: textos reunidos**. São Paulo, Edições Loyola, 2004b. p. 59-72.

_____. De práticas sociais à produção de saberes. In:_____. **Foucault, simplesmente: textos reunidos**. São Paulo, Edições Loyola, 2004c. p. 73-84.

_____. “... como na orla do mar, um rosto de areia” notas sobre maio de 68. In:_____. **Foucault, simplesmente: textos reunidos**. São Paulo, Edições Loyola, 2004d. p. 115-122.

NALLI, Marcos Alexandre Gomes. **Foucault e a fenomenologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. Figuras da Loucura em *Histoire de la Folie*. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n. 2, p. 39-47, jul./dez. 2001.

_____. Édipo foucaultiano. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 109-128, nov. de 2000.

NOVAES, Adauto (Org.). **O homem máquina: a ciência manipula o corpo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

ORLANDI, Luiz B. L. **Corporeidades em minidesfile**. Disponível em: <<http://www.alegrar.com.br>>. Acesso em: 12 jul. 2013

PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo, Editora Iluminuras Ltda, 2003.

VIEIRA, Priscila Piazzentini. **A coragem da verdade e ética do intelectual em Foucault**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

_____. **Pensar diferentemente a História: o olhar genealógico de Michel Foucault em Vigiar e Punir**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

WELLAUSEN, Saly da Silva. Os dispositivos de poder e o corpo em *Vigiar e punir*. **Revista Aulas**, Campinas, n. 3, p. 1-23, dez. de 2006/marc. de 2007.